

EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0015/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0010/2025-e
REGISTRO DE PREÇOS

O **Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. André Luiz de Oliveira, no uso de suas atribuições, na condição de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA** auxiliado pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** desta licitação, observado as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições das Resoluções 0103, 0104, 0105, 0186, 0209 e suas alterações, todas do ano de 2022 do CINCATARINA, bem como, das Resoluções 226/2023 e 104/2024 do CINCATARINA e da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

TIPO: Menor preço por **ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 10/03/2025 até às 09:00 horas do dia 20/03/2025.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Na mesma data e horário do recebimento das propostas, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 20/03/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 20/03/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede do CINCATARINA

ENDEREÇO: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC. CEP 88.070-800

Pregoeiro 1: Júlia Emily Vier

Pregoeiro 2 (Pregoeiro Substituto): Solange Zanetti

E-mail: selecao@cincatarina.sc.gov.br ou pregoeiro@cincatarina.sc.gov.br

Telefone: (48) 3380-1620

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) e com os quantitativos estimados (**ANEXO IX**), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

Descritivo de Itens para Registro de Preços

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	UNIDADE	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27108)
2	UNIDADE	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO COM ELÁSTICOS NA CINTURA E TORNOZELO, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27109)

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
3	PAR	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE AÇO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27110)
4	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE CONFORMAÇÃO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN25076)
5	UNIDADE	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO III (SEM ABA), CLASSE A, CASCO COM VENTILAÇÃO, CARNEIRA COM REGULAGEM, TIRA (JUGULAR) AJUSTÁVEL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27111)
6	UNIDADE	CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E/OU PROCESSOS SIMILARES, MODELO ÁRABE, FECHAMENTO FRONTAL EM VELCRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27112)
7	UNIDADE	CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO, TIPO PESCADOR, CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, BOTÕES DE PRESSÃO NAS LATERAIS DAS ABAS, TAMANHO ÚNICO ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27113)
8	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE CAPACETE DE SEGURANÇA, PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, PROTETOR FACIAL EM TELA E SUPORTE (SLOT). POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PARA CAPACETE E PROTETOR AUDITIVO. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27114)
9	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO FACIAL INTEIRA REUTILIZÁVEL COM UM PAR DE FILTROS COMPATÍVEIS COM O RESPIRADOR. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE FILTROS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE FILTRO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27115)
10	UNIDADE	FILTRO MECÂNICO CLASSE P2S PARA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS. MODELO DE REFERÊNCIA 5N11. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27116)
11	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA E METILAMINAS. MODELO DE REFERÊNCIA M6000 ABEK1. COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR FACIAL JUPITER DELTA PLUS. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN27117)
12	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1. MODELO DE REFERÊNCIA 6003. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27118)
13	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR PRETA. TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27119)
14	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR ZEBRADA, TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27120)
15	UNIDADE	JAQUETA (BLUSÃO) DE CHUVA CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURADA POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, NO MÍNIMO 3(TRÊS) TAMANHOS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27121)
16	UNIDADE	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTÔNOMA DE 60 LEDS DE AUTOBRILHO, BIVOLT, BATERIA DE LÍTIU. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27122)
17	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, CANO LONGO, SEM REVESTIMENTO INTERNO, PALMA ANTIDERRAPANTE, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO NO MÍNIMO PARA TAMANHOS ACIMA DE P. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27123)
18	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX E NEOPRENE NA PALMA E DORSO, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
		DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27124)
19	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, REVESTIMENTO EXTERNO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) E ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA REGIÃO PALMAR. DISPONÍVEL NOS COMPRIMENTOS DE 26CM, 35CM e 45CM, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27125)
20	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER, FACE PALMAR COM PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO OVERLOQUE. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27126)
21	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER. ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHOS E TORNOZELOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27127)
22	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, BOTÕES DE PRESSÃO OU VELCRO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E XG, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27128)
23	UNIDADE	MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO/POLIAMIDA, CARNEIRA AJUSTÁVEL FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO COM APARADOR DE SUOR, BATERIA DE LÍCIO RECARREGÁVEL ATRAVÉS DE CÉLULA SOLAR, CONTROLE MANUAL DE TONALIDADE DE 4/9-13. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27129)
24	UNIDADE	MOSQUETÃO EM ALUMÍNIO. FORMATO "D", COM TRAVA DE ROSCA E SISTEMA KEYLOCK DE GATILHO, ABERTURA DE GATILHO DE NO MÍNIMO 22MM, CARGA DE RUPTURA DE NO MÍNIMO 25KN. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27130)
25	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS EM UMA ÚNICA PEÇA DO MESMO MATERIAL DO VISOR E FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27131)
26	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA TIPO SOBREPOSIÇÃO DE ARMAÇÃO E LENTE DE PROTEÇÃO CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO, HASTES TIPO ESPÁTULA DO MESMO MATERIAL COM PROTEÇÃO LATERAL E SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27132)
27	PAR	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, FECHAMENTO POR COSTURA DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHOS PLÁSTICOS OU VELCRO. MÍNIMO DE TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27133)
28	UNIDADE	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO CAVALETE DUPLO "PERIGO! AFASTE-SE" EM AMBAS AS FACES, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO OU POLIPROPILENO. TAMANHO MÍNIMO 400MM X 300MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27134)
29	UNIDADE	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA INFANTIL, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICO REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE ESPUMA NAS LATERAIS E NO INTERIOR, HASTE ALMOFADADA, AJUSTÁVEL, NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 22dB. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27135)
30	UNIDADE	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) COMPOSTO DE COROA DE MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, VISOR INCOLOR E CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO REGULÁVEL ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES PRESO À COROA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS DO VISOR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, DISPONIBILIZADO NO MÍNIMO OS TAMANHOS 6" E 8". NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27136)

Inovação e Modernização na Gestão Pública

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
31	UNIDADE	RETENTOR PLÁSTICO MODELO 501 PARA USO COMBINADO DE FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. COMPATÍVEL COM O FILTRO 5N1. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27137)
32	UNIDADE	TRAVA-QUEDAS EM AÇO CARBONO PARA CORDA 12MM, PROLONGADOR EM FITA POLIÉSTER, DUPLO TRAVAMENTO NO CORPO, CONECTOR CLASSE T EM AÇO E ABERTURA MÍNIMA DE 17MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27138)

1.1.1 – O texto “(CIM/CIN????)”, ao final de cada descritivo dos itens deste Edital, refere-se ao cadastro de bens e serviços do CINCATARINA, trata-se de um controle de uso interno que não deverá ser considerado na especificação do item.

1.1.2 – A necessidade de sua realização decorre da demanda histórica apresentada pelos entes consorciados e cooperados e verificável pelos quantitativos de Editais anteriores para proporcionar condições apropriadas às atividades profissionais, garantir a segurança e a saúde dos servidores e empregados públicos em diversos ambientes e funções onde há riscos que possam causar lesões ou doenças ocupacionais, comprometendo a capacidade de trabalho e qualidade de vida desses profissionais durante ou após o período ativo de suas carreiras. Consta-se por meio do artigo 166 da Consolidação das Leis do Trabalho, que a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. Somado a isso, o art. 39, § 3º da Constituição Federal, o qual assegura aos servidores ocupantes de cargos públicos os mesmos direitos dos trabalhadores em geral, em especial ao que tange o inciso XXII do art. 7º que preceitua que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Segundo a Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual regulamenta a execução do trabalho com uso de EPI, considera-se Equipamento de Proteção Individual – EPI: “O dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho”. Por conseguinte, os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC são dispositivos e sistemas implementados para proteger grupos de trabalhadores e o ambiente de trabalho, de maneira mais abrangente expostos a um determinado risco. Diferente dos Equipamentos de Proteção Individual que são usados individualmente para proteger cada trabalhador de riscos específicos, os Equipamentos de Proteção Coletiva possuem a função de reduzir ou eliminar os riscos presentes no ambiente de trabalho, oferecendo uma proteção coletiva. A integração de Equipamentos de Proteção Coletiva e Equipamentos de Proteção Individual são partes de uma estratégia de segurança proporcionando uma abordagem completa à segurança no trabalho, garantindo tanto a mitigação de riscos coletivos quanto a proteção individual. Verifica-se, portanto, que a satisfação da demanda por proteção contra riscos que afetem a segurança e a saúde de servidores e empregados públicos no ambiente de trabalho requer a aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva.

1.2 – Conforme o artigo 19, §7º da Resolução nº 186/2022, alterado pela Resolução nº 55/2024 do CINCATARINA, sendo este um processo complementar, a Ata de Registro de Preços **terá sua vigência iniciada a partir da homologação da licitação até a data de 06 de dezembro de 2025**, correspondente ao processo principal PE 60/2024.

1.3 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por **1 (um) ano**, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e de acordo com as disposições do art. 19, da Resolução nº 0186/2022, do CINCATARINA.

1.4 – O contrato ou documento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.5 – O CINCATARINA é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada.

1.6 – Os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais desta licitação e não integram a ata de registro de preços, desde que atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

e Resolução nº 0186/2022, na condição de “Órgão Não Participante”, poderão aderir à Ata de Registro de Preços, nos termos e condições previstas neste Edital.

2 – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 – São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados conforme lista.

2.1.1 – Entes da Federação: União, Estado de Santa Catarina e os Municípios: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvás, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitiba, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guarimir, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaipópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontres, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Paineira, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristovão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbó do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tilias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vítor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa

2.1.2 – Entidade Interfederativa: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

2.2 – Entes da Federação consorciados: são os entes da federação (União, Estado de Santa Catarina e Municípios) que ratificaram por lei o Protocolo de Intenções do CINCATARINA e que, independentemente de manifestação formal no procedimento público de IRP, participam dos procedimentos iniciais da licitação para o Sistema de Registro de Preços e, após manifestação, integram a Ata de Registro de Preços.

2.3 – Entes da Federação referendados: são os entes da federação (União, Estado de Santa Catarina e Municípios) consorciados ou que estão identificados no Protocolo de Intenções do CINCATARINA e que poderão a qualquer momento ratificá-lo por lei, que, independentemente de manifestação formal no procedimento público de IRP, participam dos procedimentos iniciais da licitação para o Sistema de Registro de Preços e, após manifestação, integram a Ata de Registro de Preços.

2.4 – Também são órgãos participantes os órgãos ou entidades dos Entes da Federação (União, Estado, Distrito Federal e Municípios), os Consórcios Públicos, a Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, as Associações de Municípios de Santa Catarina, após a assinatura de Convênio ou Termo de Cooperação Técnica com o CINCATARINA, que poderão realizar contratações de produtos decorrentes deste processo administrativo licitatório, através de solicitação e autorização do Órgão Gerenciador.

2.5 – São Órgãos Não Participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação e não integram a ata de registro de preços, mas que, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e da Resolução nº 0186/2022, podem fazer adesão à Ata de Registro de Preços.

2.5.1 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública dos Entes da Federação que não aderiram ao Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e/ou não tenham participado do certame licitatório e/ou não estejam previstos no edital como órgãos participantes, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

2.5.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.5.3 – A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o item 2.5.2 fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

2.5.4 – O estudo de que trata o item 2.5.3, após aprovação da utilização da ata de registro de preços pelo Órgão Gerenciador, será divulgado no Portal do CINCATARINA.

2.5.5 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com ao Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

2.5.6 – As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

2.5.7 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.5.8 – Após a autorização do Órgão Gerenciador da utilização da ata de registro de preços, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

2.5.9 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

2.5.10 – É facultada aos órgãos ou entidades dos Entes da Federação a adesão a ata de registro de preços do CINCATARINA.

3 – DAS AMOSTRAS/ENTREGAS E EXECUÇÃO

3.1 – Nos termos do art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II e do art. 42, todos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

3.1.1 – O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras dos itens através de catálogo, prospecto ou ficha técnica, disponibilizado no idioma português (Brasil), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até **02 (dois) dias úteis** após o encerramento da disputa dos lances.

3.1.1.1 – O pregoeiro enviará mensagem através da Plataforma Eletrônica solicitando apresentação das amostras, no prazo estabelecido.

3.1.2 – A amostra deverá conter descrição detalhada do modelo, marca, fabricante, dimensões, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do item pela Equipe do CINCATARINA, não sendo admitida a mera transcrição do descritivo técnico da folha de dados, sem a descrição do item a ser ofertado, a qual deverá ser a sua realidade. A amostra também deve ser apresentada por imagens (fotografia, ilustração, desenho, figura e outras formas) que permitam a identificação visual do objeto ofertado.

3.1.3 – Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita declaração descrevendo a especificação ausente no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do item na forma declarada.

3.1.4 - Para os itens que contiverem tal disposição nas folhas de dados, deverá ser fornecido a título de amostra:

3.1.4.1 - Certificação do INMETRO, podendo ser comprovada por selo de marcação impresso no produto ou ainda por meio do site do INMETRO.

3.1.4.2 - Certificado de Aprovação – CA, dentro da validade conforme o artigo 167 da CLT assim como a NR nº 6 regulamentam que todo EPI deve possuir. O certificado deve ser expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego. O CA atesta que o EPI atende aos requisitos técnicos estabelecidos por normas brasileiras ou internacionais, é eficaz e garante a proteção necessária para a segurança do trabalhador. No Certificado ainda constam informações sobre o fabricante, tipo de EPI, suas características e a validade. Vale ressaltar que Certificado de Aprovação válido é um requisito legal para que o EPI possa ser vendido ou utilizado.

3.1.4 – A documentação referida deverá ser enviada através da Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.5 – Caso as amostras nos formatos digitais, através de catálogo ou prospecto ou ficha técnica, não sejam suficientes para sanar todas as dúvidas quanto ao atendimento às exigências das folhas de dados, do Termo de Referência e do Edital a serem publicados, poderá ser exigida também amostra física dos itens, devendo o licitante fazer o envio da mesma no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, condicionada, ainda, à comprovação do envio mediante apresentação de código para rastreamento do produto.

3.1.5.1 – Quando solicitadas, as amostras físicas deverão ser enviadas para a Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102 – Centro – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000. Após analisadas, as amostras poderão ser retiradas no mesmo endereço.

3.1.6 – Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item deste Edital, a marca e o modelo do objeto proposto.

3.2 – A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade.

3.2.1 – Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.

3.2 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP será realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

3.2.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

3.2.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.2.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.2.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.2.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.3 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do Fornecedor.

3.3.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

4 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

4.1 – O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.

4.2 – Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelos Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação do CINCATARINA ou Órgãos Participantes e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.

4.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

4.4 – As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório.

4.4.1 – Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

5 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1 – O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

5.2 – A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, por intermédio de (a) seu (ua) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica da Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

6 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1 – O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2 – As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.

6.3 – O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

7 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 – Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regimentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

7.2 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

7.3 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4 – É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas e deverá observar o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes normas:

I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;

IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI – O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata de registro preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a homologação, bem como deverá, dentro do mesmo prazo, encaminhar os dados bancários relativos ao pagamento, de acordo com o previsto no item 22 do presente Edital.

VII – A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido.

7.5 – Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública.

7.6 – Com relação à penalidade de impedimento de licitar e contratar, a vedação à participação na licitação funcionará da seguinte maneira:

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



7.6.1 – Caso o responsável pela aplicação de impedimento de licitar seja o CINCATARINA, a empresa ficará impedida de participar em licitações do CINCATARINA e de todos seus Entes da Federação consorciados.

7.6.2 – Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de participar em licitações e contratar com o Ente da Federação aplicador da pena.

7.6.2.1 – Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de contratar também com o CINCATARINA.

7.6.2.2 – O impedimento de que trata o item anterior não impede a participação em licitações compartilhadas do CINCATARINA.

7.7 – Para as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, aplicadas com base na Lei Federal 8.666/93, aplicam-se as disposições dos itens 7.6.1, 7.6.2 e subitens, ressalvada disposição em contrário do procedimento que originou a pena.

7.8 – O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

7.9 – Não poderá participar da licitação pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO V**).

7.10 – Não poderá participar da licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO VI**).

8 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro 1, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de **03 (três) dias úteis** (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- k) encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; e
- l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

8.1.1 – O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

8.1.2 – O pregoeiro 2 (pregoeiro substituto) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro 1, com as mesmas atribuições previstas neste item.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO:

8.2 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

8.3 – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

8.4 – É de exclusiva responsabilidade do Usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao CINCATARINA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais eletrônicos que escolher participar.

PARTICIPAÇÃO

8.6 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.7 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8 – A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos itens nas condições, locais e prazos definidos.

PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.9 – O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do Contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

8.10 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.

8.11 – O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.

8.12 – Fica vetada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da empresa licitante.

8.13 – O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.14 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



8.15 – A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei.

8.16 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8.17 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8.18 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8.19 – Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCATARINA, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a **02 (duas) horas**.

8.20 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.21 – O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais.

8.22 – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

8.22.1 – Não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes em razão do local de entrega dos bens, da forma e local de acondicionamento ou, ainda, em razão do tamanho do pedido autorizado.

8.23 – Para composição do preço unitário e total do item, os participantes deverão considerar até **02 (dois) dígitos após a vírgula**. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.

8.24 – Os participantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

8.25 – A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

9 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no Edital e no site www.portaldecompraspublicas.com.br, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2 – Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2.1 - Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação da marca/modelo.

9.3 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

9.4 – Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

9.5 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação de todos os demais ofertantes.

9.6 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.7 – Os itens poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.

9.8 – Poderão ser ofertados lances intermediários, na impossibilidade de cobrir o menor preço, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

9.9 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10 – Fica a critério do pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

9.11 – No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.12 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa disponível na plataforma eletrônica, resguardado o interregno mínimo de 30 (trinta) minutos entre o comunicado e a retomada da sessão.

(MODO DE DISPUTA ABERTO)

9.13 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.14 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

9.15 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.16 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.17 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.18 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

9.19 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital no prazo fixado, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.20 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.21 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

9.22 – O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22.1 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.22.2 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, bem como complementação dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, após a etapa de lances.

9.23 – Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

9.24 – Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o Pregoeiro (a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será Declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes.

9.24.1 – O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não será concedido nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, assim como às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.25 – Caso ocorrer empate, serão utilizados os critérios previstos no art. 60, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.26 – Persistindo o empate após aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, será utilizado o sorteio como critério de desempate final.

10 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

10.1 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 – O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
- c) nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a **02 (duas)** casas decimais para os centavos;
- f) conter discriminado a vigência da ata até a data de 06 de dezembro de 2025, conforme o artigo 19, §7º da Resolução nº 186/2022, alterado pela Resolução nº 55/2024 do CINCATARINA, por ser tratar de um processo complementar, a ata terá vigência correspondente ao processo principal PE 60/2024, podendo ser prorrogado por **1 (um) ano**;
- g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens **de até 30 (trinta) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Gerenciador**;
- h) especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
- i) valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme modelo (**ANEXO III**).

11 – VALIDADE/GARANTIA

11.1 - O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

11.2 - Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **3 (três) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

11.3 - No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.

11.4 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência, parte integrante do presente edital (**ANEXO I**).

12 – DA HABILITAÇÃO

12.1 - Toda a documentação de habilitação poderá ser encaminhada concomitantemente com a proposta ou encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação exigida, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema.

12.2 – Para habilitação na presente licitação será exigido o encaminhamento via sistema dos seguintes documentos:
a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como

a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante ou outro meio de autenticação reconhecido, acompanhados com cópias dos respectivos RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, do Outorgante e do Outorgado;

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO IV**).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.

d) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

d.1) Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

I - Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>; e

II - Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (**ANEXO VII**); ou

III - Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.M do dia 22/05/2007.

IV - Esta certidão terá validade até o prazo de **120 (cento e vinte) dias** após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

V - A mera juntada da declaração disposta no item II não será suficiente para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Não sendo a licitante optante pelo sistema Simples de Tributação, deverá juntar ao processo licitatório a Certidão descrita no item "III".

VI - Declaração de que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (**ANEXO VIII**).

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual. As empresas sediadas em Estados que façam a divisão entre certidões negativas de débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa, para fins de comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, somente serão consideradas habilitados e regulares aquelas que juntarem ambas as certidões;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

i) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

j) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS);

k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11;

l) **DECLARAÇÃO** expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002, conforme modelo constante deste Edital (**ANEXO X**);

m) **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (**ANEXO XI**);

n) **DECLARAÇÃO** de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (**ANEXO XII**);

o) As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

12.2.1 – Os documentos referidos nos itens “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “k” poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

12.2.2 – Na hipótese de participação de empresa em recuperação judicial cujo processamento da recuperação judicial tenha sido deferido pelo juiz, a apresentação das certidões negativas referidas nos itens “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “k” será dispensada mediante o envio de cópia da decisão judicial deferindo o processamento da recuperação judicial e dispensando a apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades, nos termos do art. 52, caput, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

12.2.2.1 – A dispensa da apresentação de certidões negativas referida acima não exime a empresa em recuperação judicial da obrigação de demonstrar a regularidade relativa ao Sistema de Seguridade Social, por imperativo constitucional expresso no art. 195, § 3º, da Constituição Federal e ressalvado no art. 52, caput, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

12.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/14.

12.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

12.4 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em via eletrônica. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. A verificação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

12.5 – Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “protocolo” de documento necessário à habilitação.

12.5.1 – Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **120 (cento e vinte) dias** após a sua expedição.

12.6 – A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia, eletrônico ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

12.7 – Após a entrega dos documentos para habilitação na forma prevista no edital, inclusive após a complementação, em sendo declarado vencedor, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8 – Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e no Contrato:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

- d) responsabilizar-se por todas as despesas/custos oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA;
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de quaisquer outras notificações enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- i) emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;
- j) a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelos Órgãos Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.
- k) respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA, Resolução nº 226/2023.

13.2 – Será de responsabilidade do Órgão Participante:

- a) pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- b) fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) indicar prepostos para contato com os responsáveis da fornecedora;
- d) cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- e) demais disposições contidas nesta ata e na lei.

14 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

14.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas às demais exigências deste Edital.

15 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão, até o dia **14/03/2025 (sexta-feira)**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

15.1.1 – Serão admitidas as seguintes formas de Impugnação do Edital:

- a) *Por intermédio de meio eletrônico, exclusivamente, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado", sendo aceita até às 23:59h da data limite estipulada no item 15.1; ou*
- b) *Através de peça original protocolada em meio físico, junto a Sede do CINCATARINA (Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC., CEP 88.070-800), observando-se o horário de expediente, até às 17:30h da data limite estipulada no item 15.1.*

15.2 – Caberá ao Pregoeiro(a) decidir, no prazo de **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, sobre a Impugnação interposta no que se refere aos procedimentos de licitação, podendo ser auxiliado pela equipe técnica no que tange a avaliações dos produtos, normas e outros temas que não sejam de conhecimento técnico ou especializado do (a) Pregoeiro (a).

15.3 – Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Inovação e Modernização na Gestão Pública

16.1 – As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e o Fornecedor, com manifestação dos Órgãos Participantes, serão formalizados através da Ata de Registro de Preços que conforme o artigo 19, §7º da Resolução nº 186/2022, alterado pela Resolução nº 55/2024 do CINCATARINA, **terá sua vigência iniciada a partir da homologação da licitação até a data de 06 de dezembro de 2025**, correspondente ao processo principal PE 60/2024, podendo ser prorrogado por **1 (um) ano**.

16.1.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

16.1.2 – Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador e Fornecedores (**ANEXO XIV**), com manifestação do Órgão Participante 1; Órgão Participante 2; Órgão Participante 3 e sucessivamente (**ANEXO XV**).

16.1.3 – Os Órgãos Participantes, os Fornecedores e totais dos itens deste Edital estarão registrados em Ata de Registro de Preços Consolidada (**ANEXO XIII**).

16.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados e devidamente habilitado, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e manifestação do Órgão Participante conforme estimativa de consumo), no prazo de **3 (três) dias úteis** após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio Público, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

16.2.1 – Não serão registrados mais de um fornecedor por item.

16.2.2 – As demais ocorrências de convocação do fornecedor para firmar ata de registro de preços, terão as mesmas condições do item 16.2, após notificação.

16.3 – A ata de registro de preços deverá ser assinada por certificação digital.

16.4 – O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

16.5 – Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

16.6 – Excetuados os fornecedores mais bem classificados durante a fase competitiva, todos os demais licitantes formarão o cadastro de reserva de fornecedores.

16.6.1 – Os Fornecedores do cadastro de reserva serão incluídos na respectiva ata da sessão na forma de anexo, na sequência da classificação do certame, segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.7 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

16.8 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



inferior ao máximo previsto no edital, ou, ainda, caso tenha se esgotado o quantitativo estimado de determinado item na ata vigente, cancelado o registro de preço do item ou por outros motivos devidamente justificados.

17 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

17.1 – Os preços registrados não serão reajustados durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo em caso de prorrogação, podendo ser revisto na forma do item 19, deste Edital.

18 – DOS RECURSOS, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

18.1 – Dos atos da Administração praticados neste certame cabem:

- a) recurso, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
 - a.1) julgamento das propostas;
 - a.2) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - a.3) anulação ou revogação da licitação;
 - a.4) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) pedido de reconsideração, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.1.1 – Quanto ao recurso apresentado com base nos itens a.1 e a.2 da alínea “a” do item 18.1, serão observadas as seguintes disposições:

- I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto na alínea “a” do item 18.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- II – a apreciação dar-se-á em fase única.

18.1.2 – O recurso de que trata a alínea “a”, do item 18.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

18.1.3 – O prazo para contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início após encerrado o prazo das razões do recurso.

18.1.4 – Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.1.5 – O recurso ou Pedido de Reconsideração deverá ser interposto da seguinte forma:

- a) *Por intermédio de meio eletrônico, exclusivamente, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”, sendo aceito até às 23:59h da data limite estipulada pelo pregoeiro (a); ou*
- b) *Através de peça original protocolada em meio físico, junto a Sede do CINCATARINA (Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC., CEP 88.070-800), observando-se o horário de expediente, até às 17:30h da data limite estipulada pelo pregoeiro (a).*

18.2 – O Recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.3 – Não sendo interpostos recursos, ou sendo interposto em desacordo com o Edital, ou decididos os recursos interpostos o Pregoeiro(a) encaminhará o processo licitatório para ao Diretor Executivo para os procedimentos de adjudicação do objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) e homologação.

18.4 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.4.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

- a) advertência;

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**;
- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto)** dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCATARINA ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.5 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.6 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.7 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

19 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 0186/2022 ou outra que vier a substituir.

19.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

19.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.2 – Em conformidade com o art. 13 da Resolução n. 186/22 do CINCATARINA, será realizada pesquisa de preços periódica para comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados ao longo da vigência da ARP.

19.3 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento,

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – tiver presentes razões de interesse público;
- V – sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI - for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII – não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

20.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I – por razão de interesse público; ou
- II – a pedido do fornecedor.

21 – DA DOTAÇÃO

21.1 – As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante, referente ao exercício de 2025 e seguintes.

21.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

22 – DO PAGAMENTO

22.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

22.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

22.1.2 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta vinculada, sendo responsabilidade da fornecedora manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

22.1.2.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

22.1.2.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

22.1.3 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

22.1.4 – Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

22.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

22.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

22.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital.

22.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

23 – DA FISCALIZAÇÃO

23.1 – A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor e Fiscal indicados pelo Município consorciado no momento do protocolo da intenção de registro de preço.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

24.2 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

24.3 – A Empresa vencedora deverá declarar ao Órgão Gerenciador (**ANEXO III**), o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preço e recebimento das autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.

24.4 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

24.5 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na Central Executiva do CINCATARINA, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas e no sítio eletrônico oficial: www.cincatarina.sc.gov.br.

24.6 – Detalhes não citados referentes ao fornecimento dos produtos, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

24.7 – O Diretor Executivo do CINCATARINA poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.8 – O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, devendo ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico

Inovação e Modernização na Gestão Pública

via portal indicado neste Edital, bem como excepcionalmente irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, através dos telefones (48) 3380-1620, ou pessoalmente na Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC, CEP 88.070-800, sendo que o processamento e arquivo dos documentos desta Licitação será realizado na Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, 650, 1º andar, sala 102, Centro, Fraiburgo, SC. – CEP 89.580-000.

24.8.1 – Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários deverão ser manifestados através da plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

24.8.1.1 – Consultas a respeito de dúvidas ou esclarecimentos solicitadas fora dos parâmetros descritos no item 24.8.1 (como, por exemplo, através de “e-mail”), não serão respondidas.

24.8.1.2 – As previsões dos itens 24.8, 24.8.1 e 24.8.1.1 dizem respeito às dúvidas e esclarecimentos, de maneira que eventuais inconformismos, discordâncias ou pedidos de reconsideração [dentre outros requerimentos] com relação a atos praticados nesta licitação deverão ser combatidos através de impugnação ou recurso, respeitando os procedimentos previstos neste edital.

24.9 – Não cabe ao Portal de Compras Públicas ou ao CINCATARINA qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

24.10 – O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução n. 082, de 04 de abril de 2023.

24.11 – São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Declaração de Ausência de Condenação;
- f) ANEXO VI – Declaração de Ausência de Vínculo;
- g) ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h) ANEXO VIII – Declaração de Enquadramento Receita Bruta;
- i) ANEXO IX – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- j) ANEXO X – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- k) ANEXO XI – Declaração Reserva de Cargos;
- l) ANEXO XII – Declaração de Integralidade de Custos;
- m) ANEXO XIII – Minuta da Ata de Registro de Preços Consolidada;
- n) ANEXO XIV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- o) ANEXO XV – Manifestação do Órgão Participante;
- p) ANEXO XVI – Folha de Dados.

Florianópolis (SC), 06 de março de 2025.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

PARA REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (COMPLEMENTAR) NA MODALIDADE PREGÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA PARA USO DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DOS ENTES CONSORCIADOS, COOPERADOS OU REFERENDADOS AO CINCATARINA.



1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

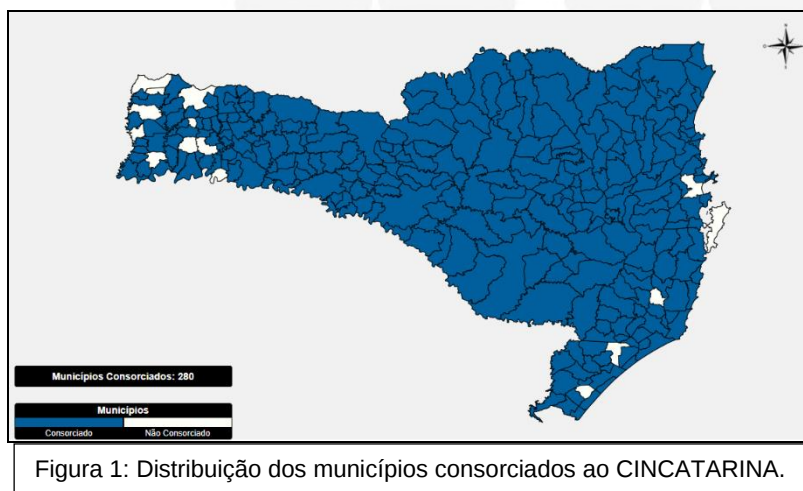
A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com o planejamento de licitações do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, com o plano anual de contratações do CINCATARINA, quando aplicável, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que, nos termos do art. 11, § 2º, da Resolução n. 209/2022 do CINCATARINA, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da melhor proposta (com indicação da modalidade eleita, critério de julgamento e modo de disputa), bem como as condições que regerão a futura contratação.

Assim, o presente Termo de Referência configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda dos entes da federação consorciados, cooperados ou referendados ao CINCATARINA por proteção de riscos suscetíveis a segurança e a saúde no trabalho e foi antecedido pela elaboração de Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos deste processo licitatório, o qual concluíra pela maior vantajosidade na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para atendimento da demanda.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA é um Consórcio Público, multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005. Conforme previsão do art. 6º, *caput*, do seu Protocolo de Intenções, podem ingressar no CINCATARINA a União, o Estado de Santa Catarina e os municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que, atualmente, o CINCATARINA possui 280 municípios consorciados, espalhados por todas as regiões do Estado de Santa Catarina, conforme a figura abaixo.



Os objetivos e finalidades dos CINCATARINA encontram-se dispostos no art. 2º de seu Protocolo de Intenções, quais sejam:

Art. 2º - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entidade pública multifinalitária, tem por objetivo estabelecer relações de cooperação federativa, através de ações de interesse comum, para promover a inovação e a modernização da gestão pública.

Parágrafo único. O consórcio público tem por finalidades o desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao CINCATARINA, o qual, para atendê-las, poderá “realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados”, nos termos do art. 3º, inciso XIII, do Protocolo de Intenções.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos órgãos e entidades dos entes da federação, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o “poder de compra” e promove a “economia de escala”, resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

Apesar de estar presente no corpo do Estudo Técnico Preliminar elaborado previamente a este Termo de Referência, cumpre expor a demanda que originou a realização deste processo licitatório.

Dessa maneira, considerando tratar-se não apenas de um processo licitatório individual, mas que atende a centenas de órgãos e entidades dos Entes da Federação, a necessidade de sua realização decorre da demanda apresentada pelos entes consorciados e cooperados e verificável pelos quantitativos do Edital n. 0060/2024 (e-PAL 0072/2024) para proporcionar condições apropriadas às atividades profissionais, garantir a segurança e a saúde dos servidores e empregados públicos em diversos ambientes e funções onde há riscos que possam causar lesões ou doenças ocupacionais, comprometendo a capacidade de trabalho e qualidade de vida desses profissionais durante ou após o período ativo de suas carreiras.

Constata-se por meio do artigo 166 da Consolidação das Leis do Trabalho, que a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. Somado a isso, o art. 39, § 3º da Constituição Federal, o qual assegura aos servidores ocupantes de cargos públicos os mesmos direitos dos trabalhadores em geral, em especial ao que tange o inciso XXII do art. 7º que preceitua que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Segundo a Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual regulamenta a execução do trabalho com uso de EPI, considera-se Equipamento de Proteção Individual – EPI: “O dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho”.

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

Por conseguinte, os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC são dispositivos e sistemas implementados para proteger grupos de trabalhadores e o ambiente de trabalho, de maneira mais abrangente expostos a um determinado risco. Diferente dos Equipamentos de Proteção Individual que são usados individualmente para proteger cada trabalhador de riscos específicos, os Equipamentos de Proteção Coletiva possuem a função de reduzir ou eliminar os riscos presentes no ambiente de trabalho, oferecendo uma proteção coletiva. Podem incluir uma variedade de soluções, como barreiras para impedir que os trabalhadores entrem em contato com partes perigosas, sinalização de segurança que alerta sobre perigos e condições inseguras e sistemas de controle de incêndio como extintores ajudando a controlar e extinguir princípios de incêndios.

A integração de Equipamentos de Proteção Coletiva e Equipamentos de Proteção Individual são partes de uma estratégia de segurança proporcionando uma abordagem completa à segurança no trabalho, garantindo tanto a mitigação de riscos coletivos quanto a proteção individual. Os EPIs também podem ser utilizados de maneira conjugada, segundo a NR nº 6 “entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual todo aquele utilizado pelo trabalhador, composto por vários dispositivos que o fabricante tenha conjugado protegendo simultaneamente contra um ou mais riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho”. Ressalta-se a importância de uma análise criteriosa dos riscos no ambiente de trabalho e da compatibilidade dos equipamentos para uso conjugado, de tal maneira que não haja comprometimento da sua eficácia e das normas e regulamentações estabelecidas.

Os Equipamentos de Proteção Individual possuem categorias de acordo com o tipo de atividade ou riscos, tais como: Proteção da cabeça: capacetes e capuz de segurança; Proteção auditiva: Protetores auditivos; Proteção respiratória: respiradores purificadores, máscaras e filtros; Proteção Facial/Ocular: óculos e viseiras; Proteção de mãos: luvas; Proteção dos pés: sapatos, botas, botinas; Proteção do corpo: Vestimentas; Proteção em altura: cinturões, talabartes e trava-quedas. Nesse sentido, é importante destacar que a escolha adequada depende das características específicas do ambiente e dos riscos presentes.

Em síntese, os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva são imprescindíveis, pois resultam em proteção contra riscos físicos como quedas de objetos, partículas voadoras, ruídos excessivos e impactos, assim como reduz a probabilidade de acidentes e lesões relacionadas ao trabalho como cortes, queimaduras, fraturas e lesões nos olhos ou ouvidos. Em ambientes onde há exposição a produtos químicos, EPIs como máscaras, aventais e luvas são necessários para evitar a exposição a substâncias tóxicas que podem causar problemas respiratórios, dermatites ou outras doenças. Alguns dispositivos contribuem para a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, como doenças respiratórias causadas por poeiras ou vapores, e problemas musculoesqueléticos que surgem devido a posturas inadequadas ou esforço físico excessivo.

Verifica-se, portanto, que a satisfação da demanda por proteção contra riscos que afetem a segurança e a saúde de servidores e empregados públicos no ambiente de trabalho requer a aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva, razão pela qual os entes consorciados e cooperados apresentaram solicitação de compra destes bens ao CINCATARINA.

Para atendimento da mesma demanda, já fora realizado o processo licitatório pregão nn 0060/2024 que resultou em 27 itens fracassados/cancelados, de forma que a necessidade demandada pelos órgãos ou entidades ainda não foi completamente atendida com o processo anterior.

O caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê os princípios da administração pública, sendo eles a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Somado a isso,

a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos administrativos, é regida pelos princípios já mencionados e cita-se pelo princípio da motivação, do interesse público e da eficácia, dentre outros. E, como forma de cumprimento desses princípios em prol da sociedade há meios eficazes, como os processos licitatórios públicos para aquisição de bens, de forma que se dê de maneira mais vantajosa para a administração pública e que atenda às necessidades sociais.

No âmbito de atuação do CINCATARINA, a Resolução nº 27/2024, que altera a Resolução nº 186/2022 do CINCATARINA, permite a inclusão de itens desertos, fracassados ou cancelados do processo principal para que sejam relançados em novo processo licitatório denominado como complementar. Desse modo, o presente processo licitatório, em especial, é uma licitação complementar ao e-PAL 0072/2024. Assim, busca avaliar o resultado e corrigir falhas que possam ter ocasionado o fracasso de 27 dos 83 itens do processo anterior. Além disso, novos itens foram incluídos, por demanda da parte de alguns municípios, considerados similares ao objeto do processo licitatório principal nn. 0060/2024 (e-PAL0072/2024). Porém, se tornou inviável a inclusão destes no processo licitatório principal, pois foram solicitados após o fim da IRP daquele processo, razão pela qual serão inseridos neste processo.,

Ademais, apresenta-se inviável a locação dos bens que constituem o objeto da presente licitação, nos termos do art. 44 da Lei Federal n. 14.133/2021, pois os equipamentos são de uso coletivo ou individual, alguns possuem ajustes de proteção adequado, podem estar contaminados, além disso precisam estar disponíveis para o uso, tornando impraticável.

Destaca-se que, apesar da demanda ter sido formalmente apresentada por apenas alguns entes da federação, é evidente pela própria descrição realizada que se trata de uma demanda usual à administração e facilmente manifestável em uma diversidade de outras realidades, eis que inerente às atividades dos entes federativos. Assim, o CINCATARINA inicia o presente processo licitatório a fim de, considerando as diversas realidades dos órgãos e entidades, determinar a viabilidade de soluções para atendimento desta demanda e apresentá-las aos entes da federação, os quais irão optar pela sua contratação ou não em momento futuro deste processo licitatório, confirmando ou não a necessidade de satisfação desta demanda em sua realidade local.

2.1. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

A partir da definição de que a aquisição do objeto supracitado realiza o atendimento da demanda exposta, cumpre retomar as conclusões já realizadas no ETP sobre o modo pelo qual CINCATARINA irá disponibilizar a sua contratação aos entes da federação.

De início, destaca-se que, nos termos da Resolução n. 103/2022 do CINCATARINA, os itens a serem licitados serão de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, razão pela qual sua aquisição encontra-se autorizada, conforme disposição do art. 20 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Descarta-se, sumariamente, a realização de contratação direta pelo CINCATARINA para aquisição dos bens, eis que não enquadrável em qualquer das hipóteses previstas nos arts. 74 e 75 da Lei Federal n. 14.133/2021. Especialmente quanto às hipóteses em que a licitação seria inexigível pela inviabilidade de competição, verificou-se na pesquisa de preços realizada a existência de ampla variedade de fornecedores para os diversos itens que constituirão o objeto deste processo licitatório, viabilizando, assim, a sua competitividade.

A respeito da possibilidade de realização de credenciamento, verifica-se que o presente caso não se subsume a qualquer das situações previstas no *caput* do art. 79 da Lei Federal n. 14.133/2021, eis que,

respectivamente: a) não é vantajosa para a Administração a realização de contratações em condições padronizadas, especialmente quanto ao preço dos itens, em razão do detrimento da economia de escala; b) os bens serão utilizados diretamente pela administração pública, não sendo possível a seleção pelo beneficiário da prestação; e c) não há flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação deste bem.

Assim, não se configurando hipótese de contratação direta, tampouco do procedimento auxiliar de credenciamento, imperioso o cumprimento do dever constitucional de realização de licitação, a qual ocorrerá na modalidade pregão, visto que, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 29, *caput*, da Lei Federal n. 14.133/2021, configura-se como “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns” e deve ser adotado “sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, situação evidente no presente cenário em razão do objeto licitado: bem de natureza comum, podendo ser objetivamente definido no edital.

Realizando-se a licitação pela modalidade pregão, o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n. 14.133/2021 dispõe que, discricionariamente, o seu “critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”, optando-se, no presente caso, pelo critério de menor preço em virtude da impossibilidade de se adotar o orçamento sigiloso – o qual será melhor detalhado adiante – com o critério de maior desconto, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Ocorre que, tratando-se da aquisição, por centenas de órgãos e entidades dos entes da federação, de uma diversidade de itens para atendimento de suas demandas internas, imediatas ou não, as quais podem variar em quantidade no decorrer do tempo, verifica-se que, para a mais adequada satisfação da demanda apresentada, em termos quantitativos e temporais, torna-se imperiosa a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

O Sistema de Registro de Preços é definido pelo art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal n. 14.133/2021 como o “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”. Sua principal vantagem está no fato de que a “existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar” (art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021). Com isso, permite-se que a administração adquira os bens conforme a manifestação da demanda durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, resultado do processo licitatório, o qual, no presente processo será conforme o prazo do processo principal (Edital n. 0060/2024 e-PAL 0072/2024) e poderá ser prorrogado por 1 (um) ano desde que comprovado o preço vantajoso, garantindo o fornecimento contínuo de bens para atendimento da demanda, presente e futura, dos entes da federação.

No âmbito de atuação do CINCATARINA, o Sistema de Registro de Preços encontra-se regulamentado pela Resolução n. 186/2022, a qual definiu, no inciso VII de seu art. 2º, a licitação compartilhada como aquela “realizada pelo CINCATARINA da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados, cooperados e/ou referendados”.

Nesse modelo licitatório, existem duas etapas. A primeira, centralizada, é realizada pela Central de Compras do CINCATARINA, voltada ao planejamento, seleção do fornecedor e, tratando-se de SRP, formalização da ata de registro de preços. A segunda, descentralizada, é voltada na aquisição efetiva dos bens e serviços pelos diversos órgãos e entidades dos entes da federação, denominados Órgãos Participantes, sob sua gestão e responsabilidade.

Assim, os Órgãos Participantes celebram os contratos administrativos para fornecimento de bens ou serviços e, ao CINCATARINA, definido como Órgão Gerenciador, cabe, em suma, a preparação e a realização do processo

licitatório e o gerenciamento da ata de registro de preços, revisando-a ou aplicando penalidades pelo seu descumprimento, conforme disposto no art. 8º da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA:

Art. 8º Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- I - registrar sua intenção de registro de preços e estimar o quantitativo dos itens;
 - II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
 - III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
 - IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, nas hipóteses previstas nesta Resolução e de acordo com regulamento específico;
 - V - confirmar junto aos Órgãos Participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
 - VI - recusar os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados;
 - VII - realizar o procedimento licitatório;
 - VIII - expedir as atas de registro de preços consolidadas e atas individuais por órgão participante;
 - IX - gerenciar a ata de registro de preços e a execução das contratações;
 - X - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
 - XI - receber, analisar e decidir os pedidos de revisão de preços registrados e cancelamentos de registro de preços;
 - XII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
 - XIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações e ou em relação as contratações dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados, cooperados e/ou referendados;
- Parágrafo único. O Órgão Gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos Órgãos Participantes para execução das atividades previstas neste artigo.

Ressalta-se que a intenção com estas definições é uma gestão compartilhada e mais eficaz aos entes da federação, visando minorar os gastos públicos, potencializando a eficiência administrativa, através da racionalização administrativa e otimização de processos repetitivos.

Ante o exposto, verifica-se que o procedimento licitatório mais adequado e que será realizado para a aquisição do objeto supracitado é a realização de licitação compartilhada, na modalidade pregão, pelo critério de menor preço e auxiliada pelo sistema de registro de preços, atuando o CINCATARINA como Órgão Gerenciador.

Tratando-se de processo licitatório visando o registro de preço dos itens listados, a estimativa total de quantidades para contratação é definida através da realização do procedimento público de intenção para registro de preços (IRP), previsto no art. 86 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

Destaca-se que este procedimento se encontra regulamentado no âmbito do CINCATARINA pela Resolução n. 186/2022, a qual dispõe:

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

**CAPÍTULO II
PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**Seção I
Instituição do Procedimento**

Art. 4º Fica instituído o procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP), a ser operacionalizado pelo CINCATARINA, na condição de Órgão Gerenciador, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos neste regulamento, com prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis.

§ 1º O procedimento público de intenção de registro de preços poderá ser dispensado, de forma justificada pelo Órgão Gerenciador, quando for o único contratante ou de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública.

§ 2º Caberá ao Órgão Gerenciador no ato do procedimento público de Intenção de Registro de Preços - IRP:

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP e/ou critérios em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados ou a inclusão de novos itens;

§ 3º É facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

**Seção II
Da Formalização da Intenção de Registro de Preço**

Art. 5º Para receber informações a respeito das Intenções de Registro de Preços, os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados deverão se cadastrar no sistema informatizado utilizado pelo CINCATARINA.

Art. 6º O processamento da Intenção de Registro de Preços será realizado pelo sistema informatizado, devendo ser observada a data de abertura e encerramento da divulgação do procedimento público da IRP, que será definida pelo CINCATARINA, com prazo mínimo de publicação de 8 (oito) dias úteis.

§ 1º O órgão ou entidade do ente da Federação consorciado, não consorciado e/ou cooperado que não realizar a IRP dentro do período do procedimento público, poderá solicitar formalmente ao CINCATARINA sua participação.

§ 2º Caberá ao CINCATARINA deliberar quanto à inclusão posterior dos órgãos do ente da Federação consorciado, não consorciado e/ou cooperado que não manifestaram interesse durante o período do procedimento público da IRP.

§ 3º Os procedimentos constantes nos § 1º e 2º serão efetivados antes de ter iniciado a fase externa do edital de licitação e de seus anexos.

Art. 7º A IRP deverá ser assinada pela autoridade competente do órgão ou da entidade do ente da Federação consorciado, não consorciado e/ou cooperado, podendo ser por meio de certificação digital.

Nos autos do processo administrativo licitatório eletrônico em que se insere este Termo de Referência, dada a definição já realizada no ETP pela utilização do SRP para aquisição do objeto, verifica-se que a IRP já fora realizada, constando todas as manifestações de intenção de registro de preços encaminhadas pelos entes da federação consorciados e cooperados, seus órgãos e entidades. Dessa forma que se encontra plenamente justificada e confirmada pelos próprios entes da federação a necessidade de contratação apresentada, cujos quantitativos encontram-se discriminados nas páginas seguintes.

2.2. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como providências mínimas a serem adotadas, sem exclusão de outras que vierem a ser necessárias para o pleno atendimento da demanda, é importante que os Órgãos Participantes contratantes verifiquem a eventual necessidade de identificação dos riscos associados ao ambiente de trabalho ou às atividades realizadas para escolha adequada do Equipamento de Proteção Individual ou Coletiva. A análise dos riscos existentes resultará na seleção do Equipamento de Proteção pertinente. É fundamental que os usuários recebam um treinamento apropriado sobre como utilizar corretamente os EPIs e os EPCs, incluindo orientações sobre ajuste, manutenção e a necessidade de substituição quando necessário. Todos os envolvidos devem ter a compreensão sobre a relevância do uso contínuo dos EPIs e da importância de cumprir rigorosamente os procedimentos de segurança.

A realização de inspeções periódicas tal como o armazenamento adequado dos equipamentos de proteção é de suma importância, pois identificam quaisquer sinais de desgaste ou danos e previnem a deterioração dos equipamentos. Assim que os EPIs apresentarem indícios de desgaste excessivo ou chegarem ao final de sua vida útil, é imprescindível efetuar sua substituição. O descarte adequado é fundamental para garantir a segurança ambiental.

Importante identificar o tipo de EPI e determinar se está contaminado com substâncias perigosas, produtos químicos ou materiais biológicos. Para os contaminados deve ser utilizado proteção adicional, como luvas, durante o manuseio. Esses itens devem ser armazenados separadamente em sacos ou recipientes adequados com identificação de resíduos perigosos. O descarte deve ser realizado por empresas especializadas em tratamento e descarte de resíduos perigosos. Para os não contaminados deve ser verificada a possibilidade de reciclagem dos materiais. Se a reciclagem for viável, esses itens devem ser encaminhados a centros de reciclagem apropriados. Na hipótese de a reciclagem não ser viável, os EPIs devem ser descartados de acordo com as orientações locais para resíduos não perigosos, que geralmente incorporam serviços de coleta de lixo comum ou gestão de resíduos municipais.

Manter um registro minucioso das inspeções, manutenções e treinamentos realizados é uma prática que ajuda a assegurar que todos os protocolos de segurança sejam devidamente seguidos.

Ainda nas mínimas condições anteriores, para plena satisfação da demanda exposta, é importante que os Órgãos Participantes contratantes verifiquem a eventual necessidade de, para além da aquisição do objeto da presente licitação, realizarem a contratação de Profissionais de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, na ausência destes, como também Especialistas em Treinamento. Os profissionais dessa área desempenham um papel significativo no que refere a segurança do trabalho e em assegurar que os EPIs sejam usados de forma eficaz e que a proteção oferecida aos trabalhadores esteja em conformidade com as práticas e normativas legais. Embora o órgão ou entidade sejam os responsáveis pelo fornecimento dos EPIs, é fundamental que os servidores e empregados públicos sejam adequadamente treinados para usar e manter esses equipamentos, pois esses compartilham da responsabilidade de utilizar os equipamentos fornecidos de forma correta e conforme as orientações recebidas.

Ressalta-se que, como em qualquer contratação decorrente de licitação compartilhada efetivada por consórcio público, cabe ao órgão ou entidade do ente da federação a realização de algumas providências. Previamente à celebração do contrato para aquisição do bem ou prestação do serviço licitado, deverá realizar o seu levantamento de mercado para, considerando sua realidade social e orçamentária, definir quais dos itens licitados serão solicitados e quais providências e contratações deverão ser por si realizadas para o pleno atendimento de sua

demanda específica. Ademais, para a sua execução, deverá realizar a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. OBJETO

O presente processo licitatório tem como finalidade a realização de pregão eletrônico, o qual possui como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, para uso dos órgãos ou entidades dos Entes da Federação consorciados, cooperados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, de acordo com os quantitativos estimados e durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços. As folhas de dados com o texto descritivo completo e informações pertinentes de cada item a ser licitado constam nos autos do processo licitatório em que se insere o presente Termo de Referência e estarão anexas ao Edital, constituindo parte integrante dele.

3.2. NATUREZA

Os itens que constituem o objeto do presente processo licitatório são classificados como bens de natureza comum, de fornecimento contínuo e, nos termos da Resolução n. 103/2022 do CINCATARINA, de qualidade comum.

3.3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o parcelamento do objeto mostra-se viável técnica e economicamente na medida em que é composto de itens de natureza divisível, dado que cada item possui aplicação individual, sendo que tanto aquisição quanto a utilização independem dos demais.

Destaca-se que, conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União e manifestado na atual legislação licitatória, o parcelamento configura-se como regra, sendo uma exceção o agrupamento em lotes, dispensando maiores digressões acerca de sua adoção:

Súmula TCU n. 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Além do mais, em razão da possibilidade de serem fornecidos por empresas distintas e, desse modo, ampliando-se a competição e evitando-se a concentração de mercado, existe alta possibilidade de redução dos preços ofertados, conforme comumente se observa em certames desta natureza.

3.4. QUANTITATIVOS

Após abertura da Intenção de Registro de Preço (IRP), foi possível consolidar os itens constantes no processo licitatório e mensurar os quantitativos a serem licitados, conforme demanda dos órgãos ou entidades dos Entes da Federação, exposta na tabela abaixo.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	14993	UNIDADE	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27108)
2	15284	UNIDADE	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO COM ELÁSTICOS NA CINTURA E TORNOZELO, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27109)
3	16439	PAR	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE AÇO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27110)
4	13748	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE CONFORMAÇÃO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN25076)
5	3576	UNIDADE	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO III (SEM ABA), CLASSE A, CASCO COM VENTILAÇÃO, CARNEIRA COM REGULAGEM, TIRA (JUGULAR) AJUSTÁVEL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27111)
6	3316	UNIDADE	CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E/OU PROCESSOS SIMILARES, MODELO ÁRABE, FECHAMENTO FRONTAL EM VELCRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27112)
7	9703	UNIDADE	CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO, TIPO PESCADOR, CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, BOTÕES DE PRESSÃO NAS LATERAIS DAS ABAS, TAMANHO ÚNICO ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27113)
8	4784	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE CAPACETE DE SEGURANÇA, PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, PROTETOR FACIAL EM TELA E SUPORTE (SLOT). POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PARA CAPACETE E PROTETOR AUDITIVO. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27114)
9	2114	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO FACIAL INTEIRA REUTILIZÁVEL COM UM PAR DE FILTROS COMPATÍVEIS COM O RESPIRADOR. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE FILTROS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE FILTRO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27115)
10	6126	UNIDADE	FILTRO MECÂNICO CLASSE P2S PARA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS. MODELO DE REFERÊNCIA 5N11. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27116)
11	3132	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA E METILAMINAS. MODELO DE REFERÊNCIA M6000 ABEK1. COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR FACIAL JUPITER DELTA PLUS. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN27117)
12	2864	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1. MODELO DE REFERÊNCIA 6003. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27118)
13	4546	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR PRETA. TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27119)
14	5161	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR ZEBRADA, TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27120)

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://www.cincatarina.sc.gov.br/eletronicamente/4ce90b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE https://c.cpm.com.br/p830447c9586a1.



ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
15	10199	UNIDADE	JAQUETA (BLUSÃO) DE CHUVA CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURADA POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, NO MÍNIMO 3(TRÊS) TAMANHOS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27121)
16	11700	UNIDADE	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTÔNOMA DE 60 LEDS DE AUTOBRILHO, BIVOLT, BATERIA DE LÍTIO. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27122)
17	50189	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, CANO LONGO, SEM REVESTIMENTO INTERNO, PALMA ANTIDERRAPANTE, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO NO MÍNIMO PARA TAMANHOS ACIMA DE P. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27123)
18	33515	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX E NEOPRENE NA PALMA E DORSO, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27124)
19	21722	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, REVESTIMENTO EXTERNO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) E ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA REGIÃO PALMAR. DISPONÍVEL NOS COMPRIMENTOS DE 26CM, 35CM e 45CM, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27125)
20	23512	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER, FACE PALMAR COM PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO OVERLOCKE. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27126)
21	21341	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER. ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHOS E TORNOZELOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27127)
22	7764	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, BOTÕES DE PRESSÃO OU VELCRO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E XG, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27128)
23	1466	UNIDADE	MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO/POLIAMIDA, CARNEIRA AJUSTÁVEL FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO COM APARADOR DE SUOR, BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL ATRAVÉS DE CÉLULA SOLAR, CONTROLE MANUAL DE TONALIDADE DE 4/9-13. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27129)
24	2557	UNIDADE	MOSQUETÃO EM ALUMÍNIO. FORMATO "D", COM TRAVA DE ROSCA E SISTEMA KEYLOCK DE GATILHO, ABERTURA DE GATILHO DE NO MÍNIMO 22MM, CARGA DE RUPTURA DE NO MÍNIMO 25KN. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27130)
25	16246	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS EM UMA ÚNICA PEÇA DO MESMO MATERIAL DO VISOR E FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27131)
26	14115	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA TIPO SOBREPOSIÇÃO DE ARMAÇÃO E LENTE DE PROTEÇÃO CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO, HASTES TIPO ESPÁTULA DO MESMO MATERIAL COM PROTEÇÃO LATERAL E SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27132)

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
27	5968	PAR	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, FECHAMENTO POR COSTURA DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHOS PLÁSTICOS OU VELCRO. MÍNIMO DE TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27133)
28	4399	UNIDADE	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO CAVALETE DUPLO "PERIGO! AFASTE-SE" EM AMBAS AS FACES, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO OU POLIPROPILENO. TAMANHO MÍNIMO 400MM X 300MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27134)
29	4170	UNIDADE	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA INFANTIL, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICO REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE ESPUMA NAS LATERAIS E NO INTERIOR, HASTE ALMOFADADA, AJUSTÁVEL, NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 22dB. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27135)
30	8241	UNIDADE	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) COMPOSTO DE COROA DE MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, VISOR INCOLOR E CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO REGULÁVEL ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES PRESO À COROA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS DO VISOR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, DISPONIBILIZADO NO MÍNIMO OS TAMANHOS 6" E 8". NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27136)
31	5871	UNIDADE	RETENTOR PLÁSTICO MODELO 501 PARA USO COMBINADO DE FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. COMPATÍVEL COM O FILTRO 5N1. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27137)
32	2592	UNIDADE	TRAVA-QUEDAS EM AÇO CARBONO PARA CORDA 12MM, PROLONGADOR EM FITA POLIÉSTER, DUPLO TRAVAMENTO NO CORPO, CONECTOR CLASSE T EM AÇO E ABERTURA MÍNIMA DE 17MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27138)

* Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos acima discriminados não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 23 da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA.

Vale ressaltar que alguns itens foram adicionados ao escopo deste processo licitatório após a realização do Estudo Técnico Preliminar pois, uma vez que este processo foi objeto de remissão de ETP, regulamentado pela Resolução n.º 104/2024 do CINCATARINA, alguns órgãos participantes mostraram interesse em registrar sua intenção de quantitativo quanto a outros equipamentos de proteção individual não previstos no ETP de 2024 para atendimento de suas demandas específicas para as quais não havia plena compatibilidade nenhum outro item (Anexo I do TR, no processo eletrônico).

Por esta razão, muito embora não tenham sido contemplados no Estudo Técnico Preliminar, mas atuando o CINCATARINA para atender as demandas manifestadas pelos entes consorciados (os quais bem conhecem as suas realidades e necessidades ao realizarem este pedido), foram adicionados os itens supracitados.

3.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Por se tratar de Processo Administrativo Licitatório Complementar, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será equivalente ao do processo principal (data final de vigência da ata principal – 06/12/2025), e poderá ser prorrogado por 1 (um) ano desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 2º da Resolução nº 27/2024, que altera a redação do art. 19, § 7º da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, conforme art. 19, § 1º, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA.

A opção pela metodologia acima - renovação dos quantitativos em razão da prorrogação da ata-, a despeito de devidamente regulamentada pelo CINCATARINA, justifica-se pelo fato de que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual¹ e, dessa forma, a estimativa feita para a ata de registro de preços é anual. Nesse contexto, sendo vantajosa a manutenção da ata, a prorrogação é adequada para administração, podendo prorrogar, por mais um ano, o quantitativo anual anteriormente previsto.

Além do mais, esta medida – prorrogação de ata com a consequente prorrogação dos quantitativos – impede que as atas de registro de preços sejam superestimadas visando a existência de saldo na sua prorrogação.

Essa temática vem sendo examinada pela doutrina, tendo Ronny Charles atingido à seguinte conclusão:

[...] Também parece inadequado defender que não seria possível renovar os quantitativos porque a prorrogação teria apenas como utilidade a conclusão do resíduo previsto na Ata. Ora, partindo do pressuposto que o planejamento foi sério e anual, o resíduo a ser contratado significaria apenas um pequeno percentual do previsto na ata de registro de preços. Se fosse para tratar a prorrogação da ata de maneira estrita, equiparando-a à continuidade de um contrato de escopo, não faria sentido o texto legal já definir que a prorrogação se daria por mais um ano, mesmo período da vigência inicial da ata de registro de preços, já que na prorrogação de um instrumento para a conclusão da execução (escopo) o período acrescido deve ser o estritamente necessário à conclusão do objeto (fornecimento).

Ao definir que prorrogação (renovação) da ata de registro de preços se dará pelo mesmo período original[4], o legislador parece ter indicado uma modelagem de renovação, similar à outrora admitida para os serviços continuados, nas prorrogações admitidas pelo inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

Nessa linha de entendimento, a decisão administrativa de prorrogação da ata de registro de preços, que apenas deverá ocorrer quando o preço for vantajoso, permitirá a renovação do referido instrumento por mais um ano, admitindo a renovação de seus quantitativos. Exemplificando: se o planejamento da pretensão contratual identificou uma necessidade anual de 10.000 unidades, após o final da vigência ordinária de 01 ano, o instrumento poderia ser prorrogado por mais um ano, com a renovação do quantitativo, admitindo que no segundo ciclo de vigência (renovação) mais 10.000 unidades fossem contratadas pelo gerenciador e eventuais participantes.

Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, o que repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente previstos para o ciclo anual original (<https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-e-renovacao-dos-quantitativos-fixados-na-licitacao/>, sem grifo no original).

Em idêntico sentido dispõe o enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal: no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 19, §§ 3º e 5º, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3.6. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

¹ Art. 40 da Lei Federal n. 14.133/21

A especificação dos produtos requerida pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 está estabelecida nas folhas de dados, nos descritivos e no presente Termo de Referência, observados requisitos de qualidade, rendimento e durabilidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A Lei Federal n. 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõem o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: [...]

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Termo de Referência, apresentando a descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

Art. 6º [...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: [...]

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Assim, para fins de definição das etapas exigidas para a análise do ciclo de vida do objeto, extrai-se do art. 34, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, “entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida”, estão a “manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado”. Da mesma forma, ao dispor sobre a descrição da solução como um todo em seu art. 18, § 1º, inciso VII, a legislação incluiu as “exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso”.

Buscando uma integração da legislação licitatória com as demais normativas existentes, cumpre mencionar ainda que a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 3º, inciso IV, define o ciclo de vida como a “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Por fim, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União, em sua 5ª edição, de agosto de 2022, busca realizar uma divisão mais objetiva do ciclo de vida, fazendo-a em quatro etapas essenciais: produção, distribuição, uso e disposição/destinação final.

Com fundamento nos pontos supracitados, observa-se que a descrição do ciclo de vida deve considerar tanto as características intrínsecas ao uso dos bens quanto as etapas que ocorrem desde a sua produção até a sua disposição final, com a análise, conforme a necessidade, do impacto ambiental em cada uma dessas etapas.

Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final.

- I. Produção:** É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias-primas, a fabricação, a montagem e os testes.
- II. Distribuição:** É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.
- III. Uso:** É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, quem o utilizará, vida útil e segurança.
- IV. Manutenção:** É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.
- V. Disposição final:** É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

4.1. PRODUÇÃO

A produção de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva é um processo detalhado e sistemático com etapas distintas. Esse processo abrange várias etapas e fatores significativos. A pesquisa e desenvolvimento é a primeira fase da produção, momento em que os engenheiros e especialistas em segurança avaliam os tipos de riscos que os EPIs precisam mitigar. Com essas informações os protótipos são desenvolvidos e testados.

Etapla crucial no processo de produção, realizada com precisão, é a escolha do material adequado, que se diferencia conforme o tipo de proteção necessária. São selecionados materiais como plásticos, metais, borrachas, espumas, materiais absorventes e tecidos técnicos. Os materiais são selecionados por suas propriedades específicas como resistência ao impacto, durabilidade ou capacidade de isolamento.

Proteção de Cabeça: O capacete é composto pelo casco e suspensão, o processo inclui moldagem do casco, inserção de revestimentos internos e sistemas de suspensão. Projetado para oferecer uma proteção contra impactos e perfurações. A produção de capacetes envolve o desenvolvimento de protótipos para testes e ajustes de design assim como a seleção de materiais. Normalmente o casco é produzido com materiais como o Polietileno de alta densidade podendo ser reforçado com camadas adicionais para proporcionar maior resistência. A suspensão composta pela carneira, coroa, tira absorvente e jugular devem ser em material antialérgico. Nos modelos que oferecem proteção elétrica não pode haver furos ou metais. Ressalte-se que os capacetes devem possuir a Certificação do INMETRO conforme Portaria nº 502 de 20/12/2021 ou outra(s) que vier(em) a substituir.

Proteção Auditiva: A produção de Protetores Auditivos inicia com a moldagem do protetor envolve a injeção de silicone ou copolímero utilizados na formação dos plugues de inserção ou a compressão de espuma para formação de conchas. Os protetores são cortados e acabados para garantir um ajuste preciso, nessa etapa deve ser garantido que a forma se ajuste confortavelmente ao canal auditivo. Os protetores tipo concha normalmente são feitos de plásticos rígidos de alta resistência como ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) ou Polipropileno. As almofadas são feitas de materiais macios como espuma de poliuretano ou gel. Os componentes são unidos, o que pode incluir a inserção das almofadas nas conchas e a montagem do arco ajustável confeccionado em metal ou plástico. O design das conchas deve assegurar uma vedação adequada e durabilidade do produto.

Proteção Respiratória: O processo de produção do Respirador Purificador Semifacial inicia com o desenvolvimento e design, momento que são criados protótipos e ajustes de design para atender a requisitos específicos de proteção e conforto. Após o design, os materiais são fabricados e preparados. Os respiradores semifaciais são confeccionados com camadas de mantas sintéticas, clip metal e elásticos para ajustes podendo ter ou não válvulas de exalação. Esses materiais são então cortados e unidos, enquanto o respirador facial é composto por visor e filtros específicos. A montagem do respirador facial pode incluir moldagem e ajuste de peças para garantir uma vedação adequada ao redor do rosto.

Proteção Facial/Ocular: A confecção de óculos de segurança, protetores faciais, máscaras e visores envolvem etapas que objetivam a eficácia, conforto e segurança. Os equipamentos visam proteger contra risco como impacto, radiação, partículas, produtos químicos e altas temperaturas. As lentes e visores utilizam materiais como Policarbonato: resistente a impactos; Acrílico: material mais leve que o Policarbonato e Vidro Laminado: utilizado para clareza óptica. As estruturas e armações podem ser produzidas em Plástico: material ajustável e confortável ou Metais: utilizados em estruturas que precisam de maior resistência e durabilidade. Lentes e visores são moldados ou cortados a partir de folhas ou blocos de material. O corte pode ser feito com precisão para garantir uma forma e tamanho exatos. Aplicação de tratamentos adicionais às lentes e visores, como Revestimentos Antirrisco: Para aumentar a durabilidade e resistir a arranhões; Revestimentos Antiembaçantes: Para evitar o embaçamento das lentes em condições de alta umidade e Proteção UV: Para filtrar raios UV e proteger os olhos. A montagem das lentes e visores é feita em estruturas que podem incluir arcos ajustáveis, almofadas nasais e sistemas de fixação.

Proteção das Mãos: Luvas. O design e engenharia avaliam os riscos específicos como cortes, produtos químicos, temperatura, perfurações para escolha do material que resultará na proteção adequada dentre uma gama de aplicações. Destaca-se dentre as opções de materiais o Látex: elasticidade e aderência; Nitrilo: resistência a produtos químicos e perfurações; Couro, resistência ao calor e abrasão, Kevlar proteção contra cortes e abrasões. Após a escolha, o material é moldado e costurado, são adicionados reforços adicionais como revestimentos internos e

externos como palmas antiderrapantes, dessa forma melhorando especificidades e proporcionando conforto necessário.

Proteção dos Pés: Para a produção de Calçados de Segurança e Ocupacionais, a confecção de botas e sapatos é um processo que visa oferecer proteção contra impactos, perfurações e exposição a produtos químicos. Os materiais mais utilizados na produção de calçados são o couro: devido à sua durabilidade e resistência ao desgaste; material sintético: poliéster e nylon utilizados por leveza e resistência, frequentemente combinados com outros materiais para otimizar seu desempenho. Borracha e PVC: utilizados principalmente em solas, pois oferecem proteção e resistência contra produtos químicos. O processo envolve corte e preparação, montagem da sola e incorporação de elementos de proteção como biqueira de aço, composite ou conformação.

Proteção do corpo: A fabricação de vestimentas que protegem o corpo como camisa, calças, macacões, aventais e capas, envolve a avaliação de riscos, criação de protótipos com uso de diferentes materiais que atendam às especificações de proteção de acordo com ambiente e o trabalho. O tecido antichamas, por exemplo utilizados nas calças, camisas e macacões de eletricista, deve retardar a propagação das chamas e ser resistente tempo suficiente para permitir que o usuário se afaste da fonte de perigo. O APTV (Arc Thermal Performance Value) valor em calorias por centímetro quadrado da proteção conferida pelo tecido ao efeito térmico proveniente de um arco elétrico faz parte da composição desse material.

O valor do ATPV é uma estimativa da barreira conferida pelo tecido e, consequentemente, da vestimenta com ele confeccionada. Assim, com base nos cálculos da energia incidente (cal/cm²) determina-se o nível de proteção necessário. Lembrando que, de um modo geral, quanto maior a gramatura do tecido maior a proteção. O algodão outro tecido geralmente utilizado em diversos tipos de vestimentas por suas características como absorção de suor, maciez e conforto. Os materiais impermeáveis como o PVC e Polietileno frequentemente utilizados para proteger contra água e umidade. Na produção desses itens os tecidos são cortados de acordo com padrões e tamanhos específicos para garantir que a vestimenta se ajuste corretamente, costurados e montados. Pode-se incluir a adição de reforços, costuras duplas, a instalação de fivelas, fechos, zíperes, bolsos e faixas refletivas.

Proteção em Altura: Alguns equipamentos de proteção são indispensáveis para o trabalho em altura dentre eles o Cinturão de Segurança tipo paraquedista, o Talabarte em “Y” e o Trava Quedas. A produção desses itens é realizada com materiais que passaram por testes rigorosos de eficácia e proteção. Na fabricação são utilizados materiais resistentes e duráveis como Nylon de alta tenacidade, Poliéster, materiais metálicos em aço ou alumínio utilizados em fivelas, conectores e ganchos. As fitas confeccionadas são cortadas e costurados para formar os cintos, as costuras devem ser feitas com alta resistência para suportar forças de impacto.

Equipamentos de proteção coletiva: estabelecem mecanismos de prevenção a um grupo de pessoas. O desenvolvimento é baseado na criação de soluções eficazes conforme as necessidades do ambiente de trabalho ou situação de risco, considerando fatores como durabilidade, facilidade de instalação/manutenção e normativas de segurança. A produção pode envolver materiais como plástico: PVC/Polietileno flexível e poliestireno empregados na confecção de barreiras de segurança como cavaletes e placas sinalizadoras como também componentes abrasivos aplicados na confecção de fitas de segurança antiderrapantes. A montagem é o momento em que os componentes são unidos, deve garantir que todos funcionem corretamente e que o EPC ofereça a proteção desejada.

Após a fabricação dos componentes e montagem, na etapa seguinte, o controle de qualidade consiste em um processo minucioso no qual os equipamentos são submetidos a inspeções como a qualidade do material, aderência e a uma diversa série de testes que avaliam sua funcionalidade e eficácia. Dentre os testes submetidos estão o de

resistência a impactos, a produtos químicos, a altas temperaturas, a testes de perfuração e a outros específicos conforme o tipo de equipamento e sua funcionalidade. A adoção de práticas rigorosas de controle de qualidade é necessária para assegurar que os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva proporcionem a proteção adequada e sejam confiáveis para os colaboradores em diversos ambientes e situações de trabalho.

4.2. DISTRIBUIÇÃO

Após controle de qualidade e certificação, os EPIs e EPCs devem ser acondicionados em embalagens próprias e preparados para distribuição. A embalagem deve proteger os equipamentos durante o transporte e armazenamento de modo que chegue em condições perfeitas. Na embalagem devem ser observadas informações de garantia, validade, manuseio e armazenamento do equipamento fornecidas pelo fabricante.

Em particular, a distribuição dos Extintores de incêndio, deve ser realizada de forma terrestre. É preciso que estejam corretamente fixados para evitar movimentos bruscos durante o transporte. A segurança durante o transporte é crucial para garantir que os extintores cheguem ao destino sem comprometer sua integridade.

Em relação aos outros itens não foram verificados requisitos especiais quanto ao envio dos bens, podendo ser utilizadas transportadoras terceirizadas, sistema de correios ou outro método que o fornecedor vencedor julgue mais adequado.

4.3. USO

É essencial o fornecimento de instruções sobre o correto uso dos equipamentos, bem como sobre os cuidados necessários para garantir sua durabilidade e eficácia. Isso inclui a maneira correta de vestir, ajustar e utilizar o equipamento, bem como a compreensão das limitações destes. A conscientização coletiva contribui para a importância do uso adequado dos equipamentos e um ambiente de trabalho mais seguro e para a redução de riscos.

Ante do uso os EPIs devem ser inspecionados verificando suas condições, possíveis danos, peças desreguladas, soltas ou desgastadas. Também devem ser ajustados a fim de evitar o comprometimento da proteção. O equipamento foi projetado para uso durante a exposição ao risco, não podendo ser removido mesmo que temporariamente.

4.4. MANUTENÇÃO

Os EPIs devem ser armazenados em locais limpos e secos, longe de fontes de calor, produtos químicos ou luz solar direta que possam danificar o equipamento, assim como devem ser limpos, higienizados e conservados conforme as recomendações do fabricante. Importante que sejam realizadas inspeções regulares para verificação de sinais de desgaste ou danos. Caso esteja fora das condições especificadas, fora de data de validade esses devem ser substituídos.

4.5. DISPOSIÇÃO FINAL

O descarte deve seguir diretrizes específicas para garantir a proteção ambiental e a conformidade com as regulamentações. Muitos componentes dos equipamentos, como plásticos e metais, podem ser reciclados. Utilize serviços especializados de reciclagem que estejam equipados para lidar com resíduos de EPIs. Em contrapartida para materiais como baterias, produtos químicos ou materiais contaminados, substâncias perigosas, devem ser seguidos procedimentos específicos para o tratamento e descarte seguro.

4.6. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO – DEMANDA POR MARCAS ESPECÍFICAS

A necessidade da padronização do objeto em decorrência da indicação de marca surge em virtude da demanda dos seguintes entes/órgãos solicitantes:

ENTE/ÓRGÃO SOLICITANTE	DEMANDA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	KIT FILTRO ABEK1 PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONCÓRDIA	RETENTORES PLÁSTICOS PARA USO COM O FILTRO MECÂNICO PARA PARTICULADOS, MODELO 5N11, CLASSE P2
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONCÓRDIA	FILTRO MECÂNICO PARA PARTICULADOS, MODELO 5N11, CLASSE P2, PARA USO EM RESPIRADOR SEMIFACIAL.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONCÓRDIA	CARTUCHO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1, PARA USO EM RESPIRADOR SEMIFACIAL. DEVE PERMITIR O USO COMBINADO COM O FILTRO MECÂNICO PARA PARTICULADOS, MODELO 5N11, CLASSE P2

As demandas foram formalizadas pelo “Gescon” e estão devidamente comprovadas em documento Anexo ao TR.

Ressalta-se que a Lei Federal nn. 14.133/2021 em seu artigo 41 autoriza de forma excepcional o fornecimento de bens com indicação de marcas ou modelos.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

Ainda, considera-se que não é a simples aplicação da regra geral que dirige o processo decisório, e sim seus aspectos técnicos – de tal modo que essa avaliação precede aquela sob o aspecto econômico, uma vez que não se trata de mero direcionamento, mas sim uma condição para garantia da segurança dos servidores que venham a utilizar esse EPI. Como conclusão do Estudo Técnico Preliminar, o aspecto técnico da marca do insumo dos filtros dos respiradores garante os benefícios da solução – sendo conveniente à Administração que assim seja licitado.

Desse modo, após a solicitação, foi registrada de forma excepcional a indicação de marca específica para os itens abaixo.

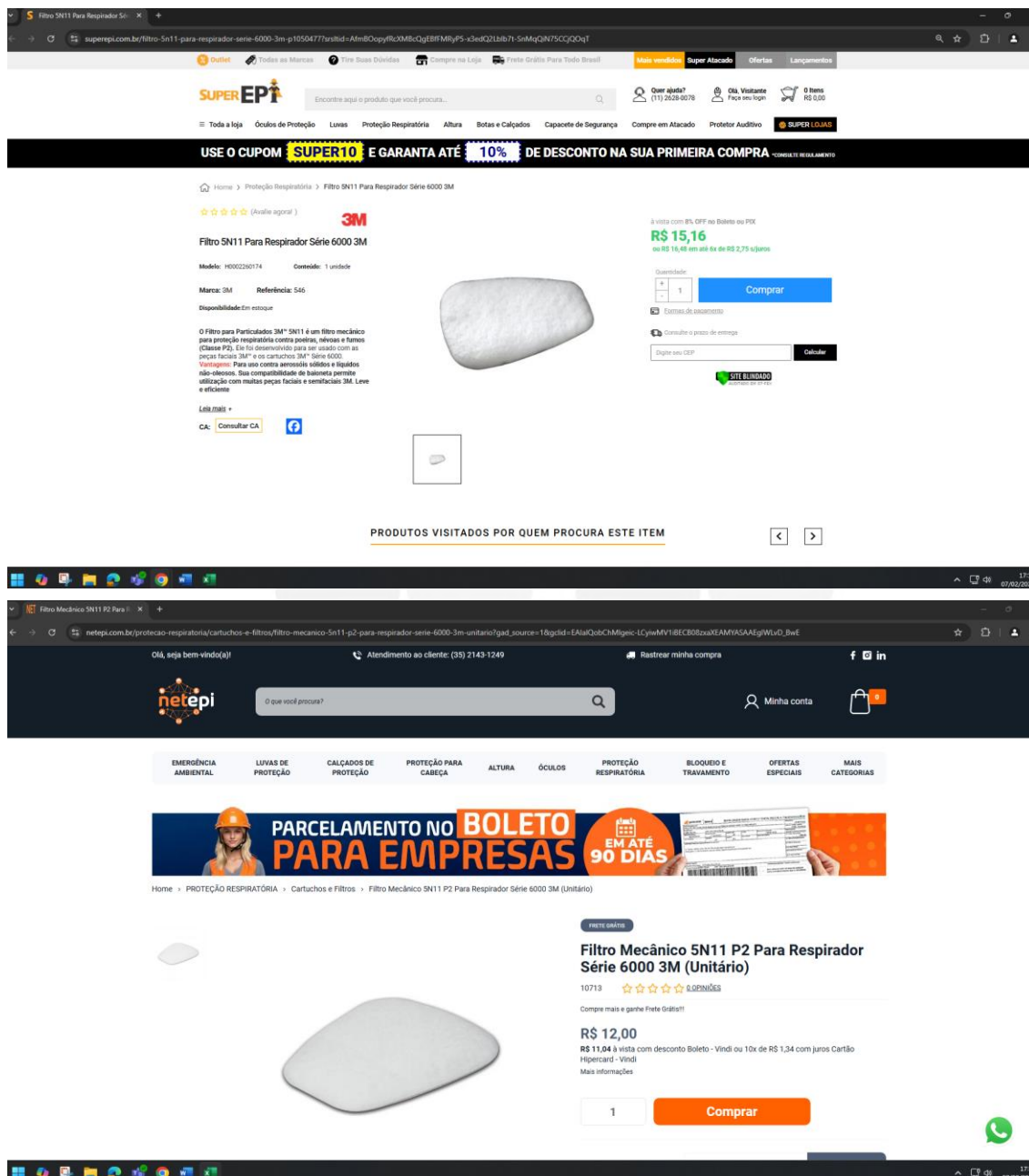
- **FILTRO MECÂNICO CLASSE P2S PARA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS. MODELO DE REFERÊNCIA 5N11. MARCA 3M:** o filtro mecânico foi desenvolvido para ser utilizado combinado com peças faciais e cartuchos para respirador facial. Sem este mecanismo, o EPI deixa de oferecer a proteção contra o

risco respiratório. Assim é essencial para a funcionalidade dos respiradores a substituição pelo modelo de referência assegurando a compatibilidade e continuidade do uso dos Respiradores Faciais.

- **FILTRO QUÍMICO PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA E METILAMINAS. MODELO DE REFERÊNCIA M6000 ABEK1. MARCA DELTA PLUS:** este filtro químico foi desenvolvido para ser utilizado combinado com respiradores faciais, produzido com carvão ativado, proporcionando proteção eficaz contra múltiplos gases e vapores, incluindo vapores orgânicos, gases ácidos, amônia e metilaminas. Para manutenção da funcionalidade dos Respiradores é fundamental seguir as recomendações para troca ou substituição pelo modelo de referência assegurando a compatibilidade e uso adequado dos Respiradores Faciais.
- **FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1. MODELO DE REFERÊNCIA 6003. MARCA 3M:** projetado para ser utilizado com respiradores faciais, este filtro químico oferece proteção contra vapores orgânicos e gases ácidos. Sua tecnologia de filtragem, baseada em carvão ativado, permite a retenção eficiente dos contaminantes presentes no ar. Para garantir a máxima eficiência e segurança, é essencial seguir as recomendações do fabricante quanto a substituição do filtro pelo modelo de referência, assegurando a compatibilidade e o correto funcionamento do respirador.
- **RETENTOR PLÁSTICO MODELO 501 PARA USO COMBINADO DE FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. COMPATÍVEL COM O FILTRO 5N11. MARCA 3M:** Retentor Plástico é utilizado como suporte para filtro, auxilia a manter o filtro posicionado corretamente sobre os cartuchos, permitindo o uso combinado com filtros químicos e mecânicos. Seu uso em conjunto garante a compatibilidade com respiradores faciais proporcionando a proteção respiratória necessária.

Desse modo, verifica-se que a aquisição dos filtros e acessórios mencionados é essencial para garantir a proteção respiratória dos trabalhadores expostos a agentes nocivos, atendendo às normas de segurança e saúde ocupacional. A especificação das marcas, visa assegurar a compatibilidade, padronização do objeto e desempenho adequado, evitando riscos à saúde e reduzindo custos operacionais decorrentes da substituição de equipamentos incompatíveis.

Ressalta-se a existência de diversas empresas no mercado, (internet) que fornecem os filtros químicos, filtros mecânicos e retentores plástico destas marcas, o que permite a disputa pelo item não limitando em nenhum deles a um fornecedor exclusivo.



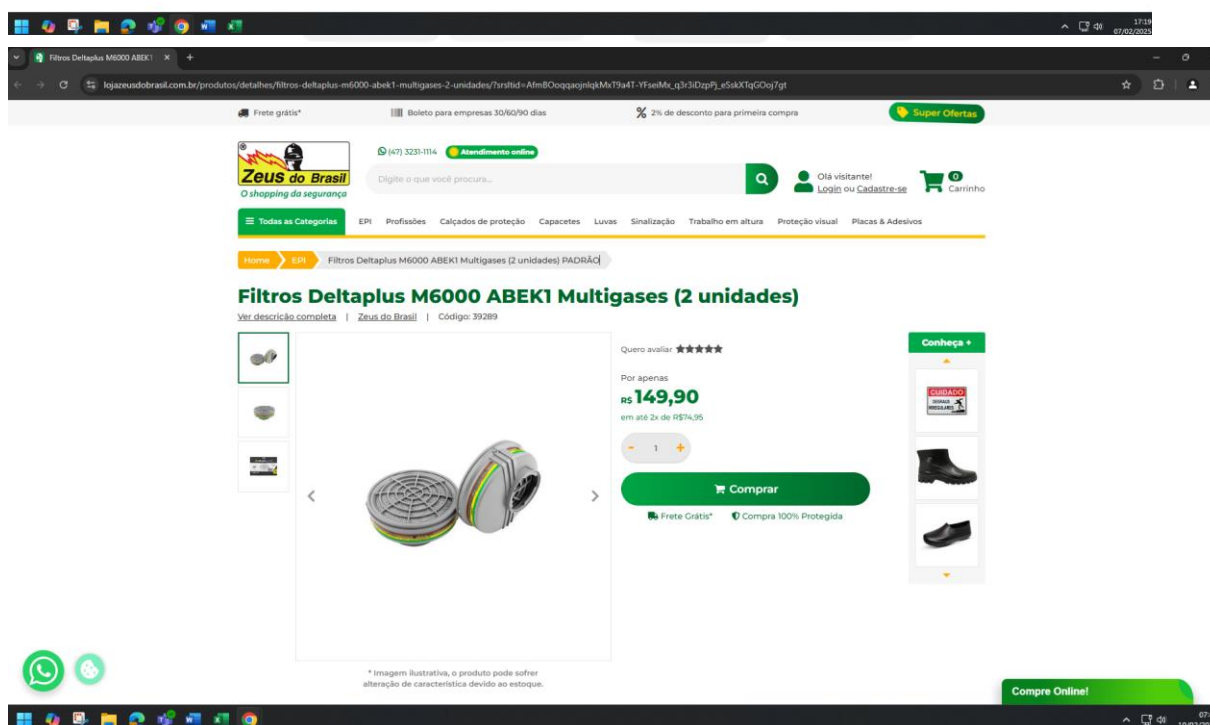
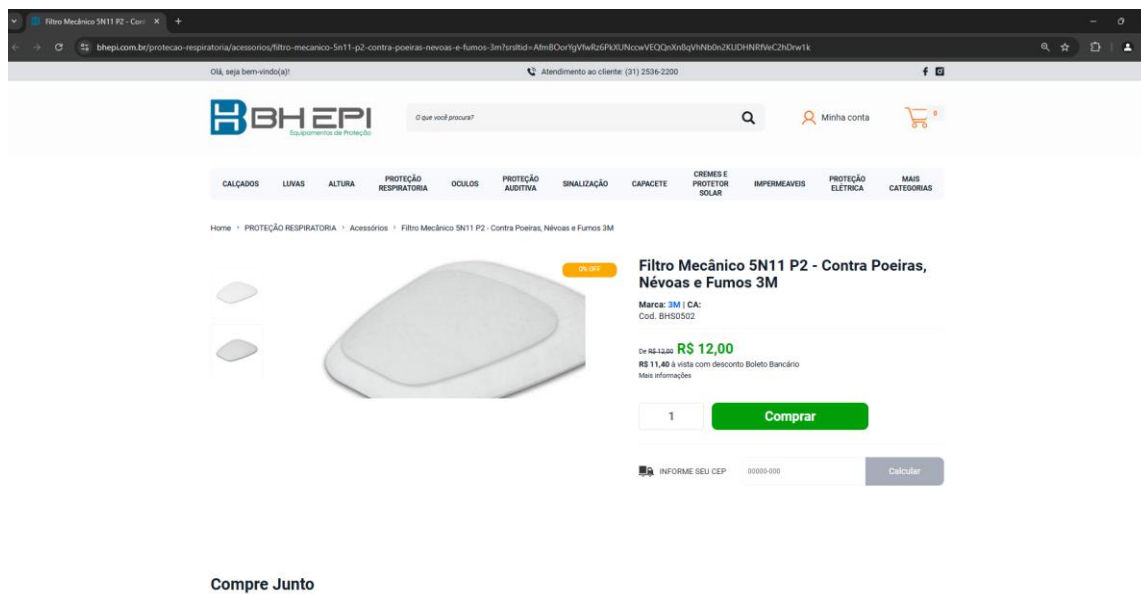
Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



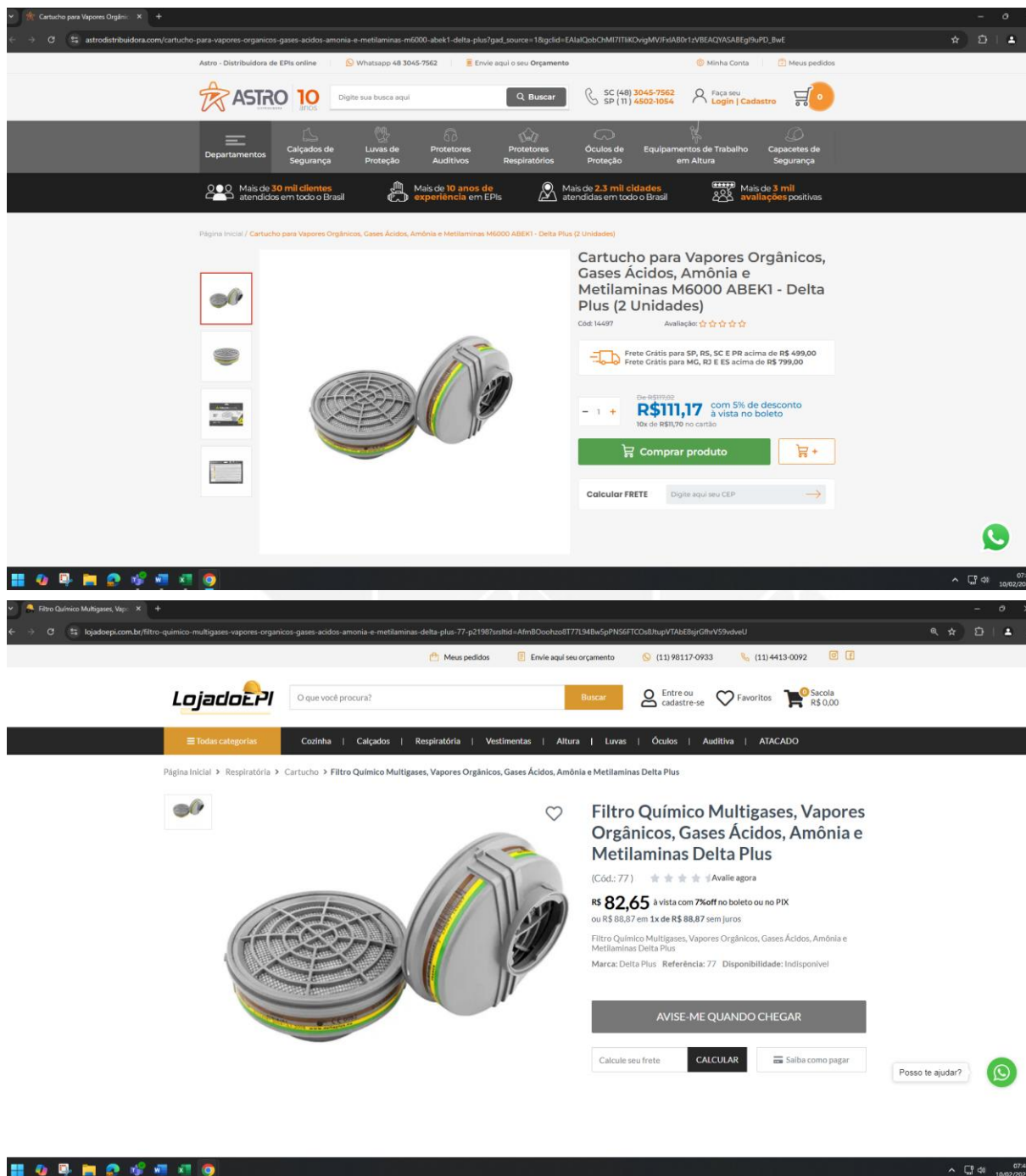


Inovação e Modernização na Gestão Pública

📍 CNPJ: 12.075.748/0001-32
🌐 www.cincatarina.sc.gov.br
✉ cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

📍 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

📍 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



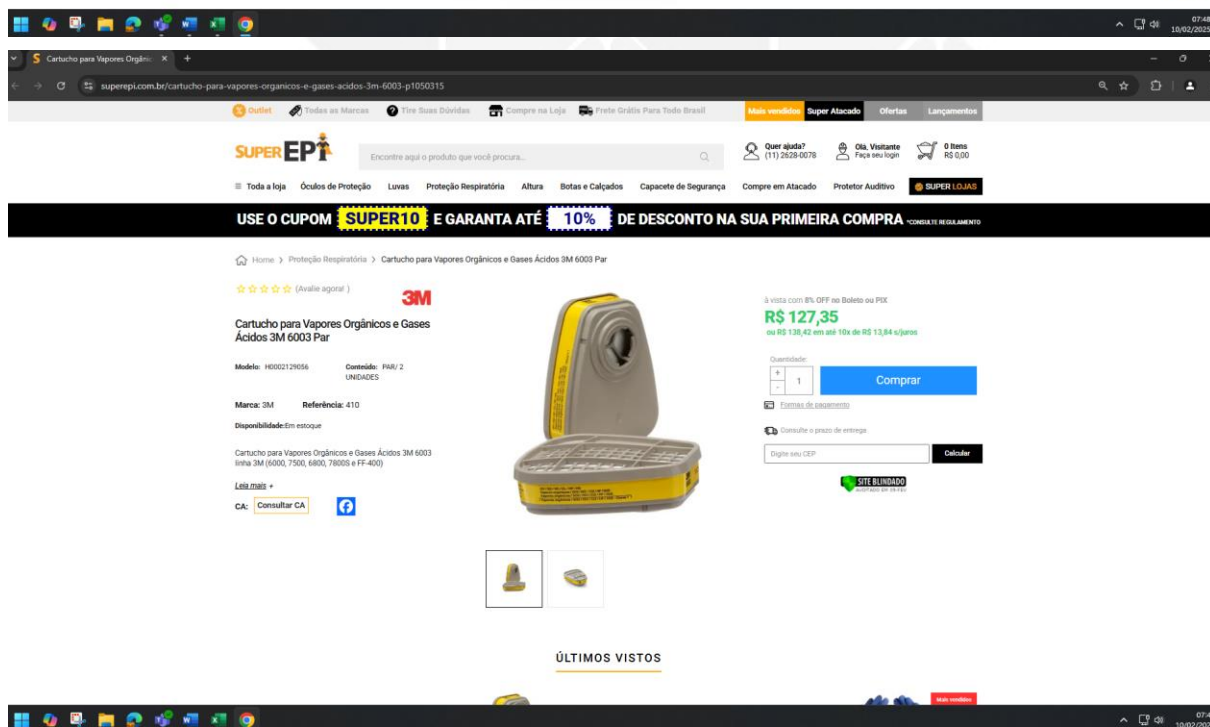
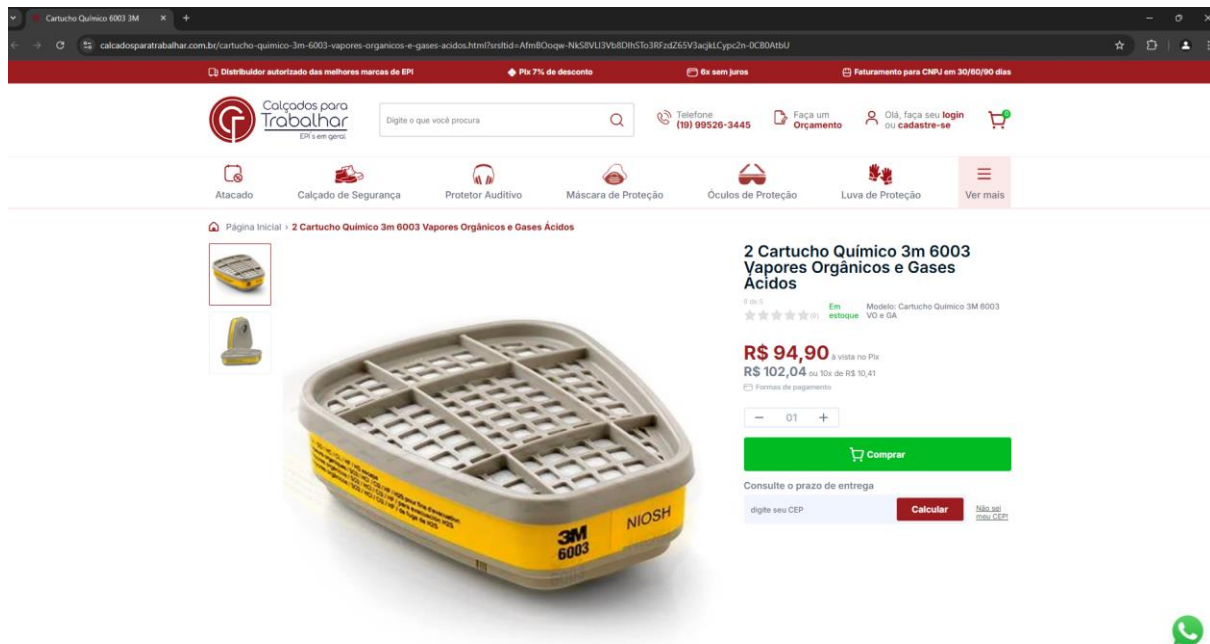
Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621





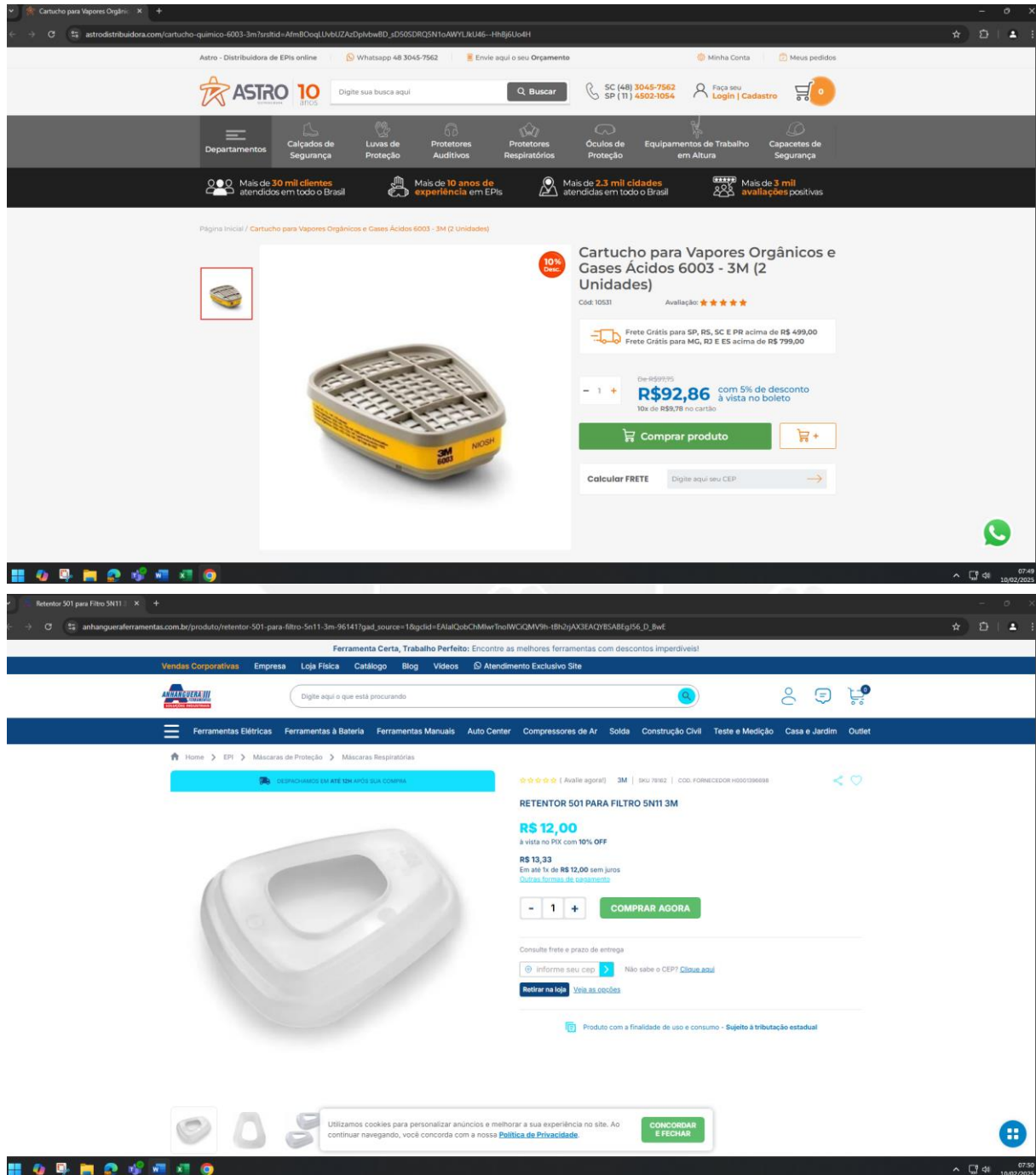
Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621





Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://c.ijm.com.br/p830447c9586a1.

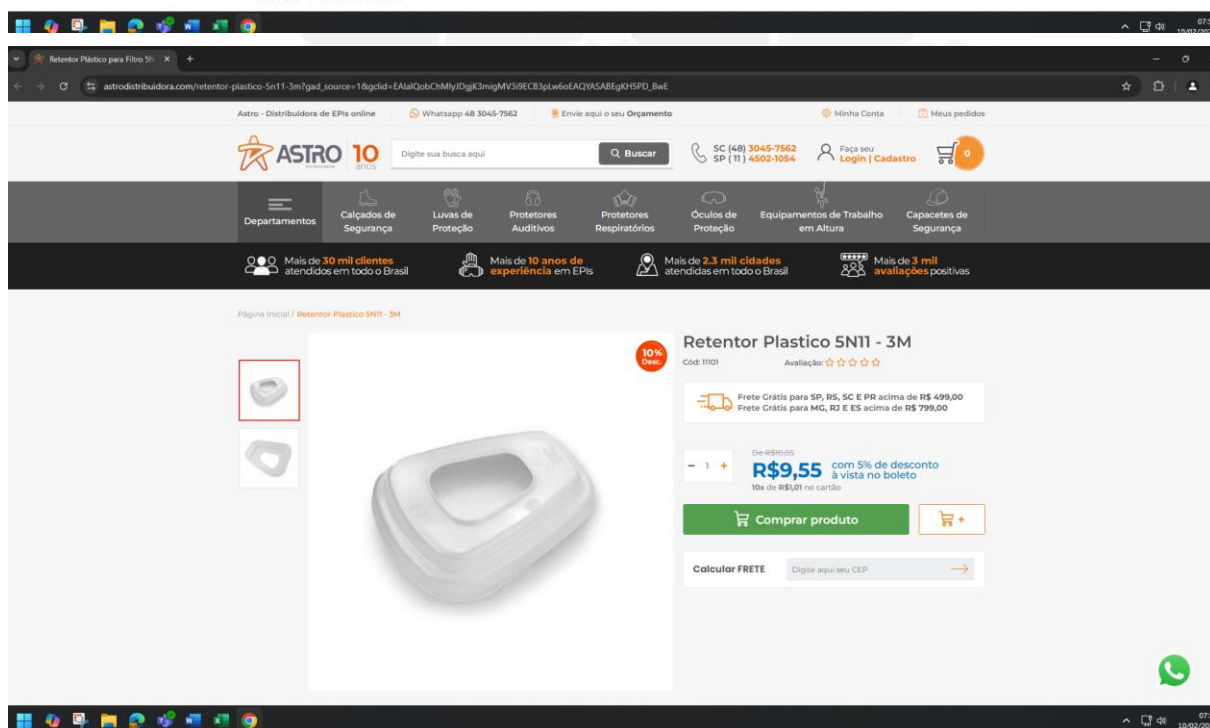
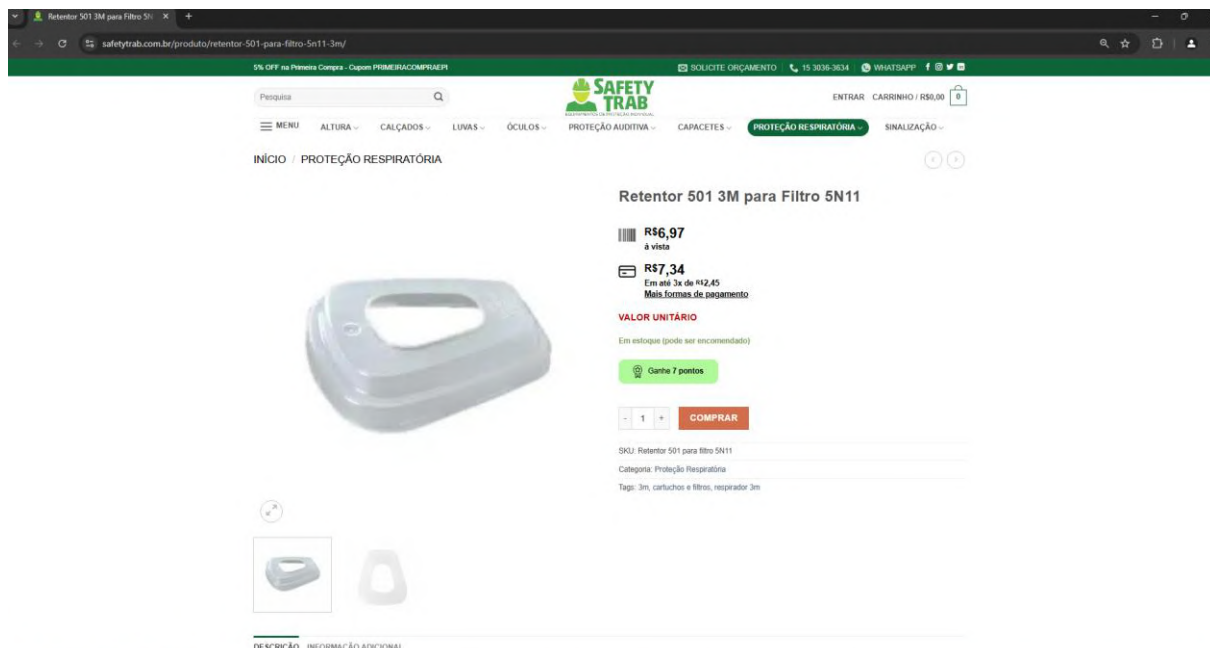


Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 16 da Resolução n. 209/2022 do CINCATARINA –, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as

exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório – em especial neste Termo de Referência e no Edital e nos seus anexos – e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nas folhas de dados presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA.

O inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil preleciona que “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**”.

De forma adicional, a Lei Federal n. 14.133/2021, em seu art. 70, inciso III, estabelece que:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). [sem grifo no original]

Assim, considerando a previsão legal de dispensa parcial da documentação para contratações de entrega imediata, que é o caso, e tratando-se de objeto simples, com pagamento previsto para 30 dias após o recebimento do produto, verifica-se que inexistem grandes operações financeiras. Dessa forma, para o presente objeto, a habilitação econômico-financeira não se apresenta como exigência **indispensável** à garantia do cumprimento das obrigações. Opta-se, portanto, pela não inclusão destes requisitos, objetivando aumentar a competitividade do certame e proporcionar maior economicidade nas aquisições, em consonância com os princípios contidos no art. 5º da Lei Federal n. 14.144/2021.

5.1. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

Sabe-se que “a Administração Pública, ao especificar os objetos das licitações e dos contratos administrativos, deve fazê-lo em consonância às normas da ABNT. Não há espaço de discricionariedade para recusar as normas da ABNT, ainda que, eventualmente, se entenda que elas são desnecessárias ou restritivas à competição”.² Para delas, as normas técnicas de outras entidades também devem ser observadas, conforme dispõe o art. 39, inciso VIII, do CDC:

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 434.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [...]

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Assim, como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem os requisitos de dimensões, material, uso, manutenção, descarte, entre outros. As normas a serem atendidas, a depender do bem em específico e sem exclusão de outras que vierem a ser aplicáveis, são:

- I. **NR 6** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- II. **NR 10** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- III. **NR 35** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Regulamentação do trabalho em altura;
- IV. **NBR 8221/vigente** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Capacete de segurança para uso ocupacional – Especificação e métodos de ensaio.;
- V. **NBR 14626/vigente** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Equipamento de proteção individual contra queda de altura. Trava-queda deslizante incluindo a linha flexível de ancoragem;
- VI. **NBR 15837/vigente** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Equipamento de proteção individual contra queda de altura. Conectores.
- VII. **NBR 13697/vigente** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Equipamentos de proteção respiratório – Filtros para partículas;
- VIII. **PORTARIA Nº 502, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021 INMETRO**, ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para o Equipamento de Proteção Individual (EPI) Capacete de Segurança para uso na Indústria - Consolidado.
- IX. **Portaria MTP nº 672 / Portaria MTE nº 3.906 de 28/12/2023** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: relacionada aos procedimentos de avaliação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6).

Ressalta-se que a exigência de aprovação pelo INMETRO (ou atendimento às suas normativas), quando houver esta indicação nas folhas de dados, é historicamente exigida nos processos licitatórios do CINCATARINA não ocasionando restrição na competitividade do certame.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução n. 104/2022 do CINCATARINA e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, será sigiloso. Isso porque, como extrai-se da obra de Rony Charles Lopes de Torres³:

Ao informar os valores máximos que admite contratar, a Administração acaba sendo prejudicada em uma negociação na qual há evidente assimetria de informações, em seu desfavor, já que ela desconhece o preço de oferta real do fornecedor, embora ele conheça o valor máximo que ela aceita pagar. A publicização prévia da estimativa de custos, notadamente no pregão eletrônico, faz com que os licitantes “ancorem” seus preços em patamar muito próximo a este limite. [...] A ideia de não divulgação da estimativa de custos, junto com o edital, não é inspirada em uma tentativa de fugir ao princípio da publicidade ou de esconder os custos daquela contratação de toda a sociedade; na verdade, ela decorre de um raciocínio natural às relações de negociação, que deve também ser aplicado nas contratações públicas.

O autor conclui que o orçamento sigiloso tem seus fundamentos em dois aspectos:

[...] o combate à corrupção, uma vez que a não divulgação do orçamento dificultaria e inibiria o conluio entre os licitantes, e a obtenção de vantagens de ordem econômica, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, os licitantes acabam obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a balizar máxima admitida no edital.

Portanto, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, adotar-se-á o caráter sigiloso para os orçamentos, expressamente autorizado pelo art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

- I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;
- II - (VETADO).

Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Ademais, esta medida encontra-se regulamentada no âmbito deste Consórcio Público pelo art. 12 da Resolução n. 209/2022 do CINCATARINA:

Art. 12 O edital de licitação conterá as seguintes informações, dentre outras: [...]

§ 2º O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do edital de licitação.

§ 4º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de

³ TORRES, Rony Charles Lopes de. *Leis de Licitações Públicas Comentadas*. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023. p. 211-212.

2011, no art. 20 do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e art. 24, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 6º Constará obrigatoriamente no instrumento convocatório o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto na hipótese em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto.

Dessa forma, compete ao pregoeiro e à equipe de apoio a observância de tais dispositivos, para fins de julgamento e aceitação das propostas, sendo as estimativas dos valores apenas divulgadas após o encerramento do envio de lances.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2025 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 10, parágrafo único, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

8.1. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

Nos termos do art. 17, § 3º, e do art. 41, inciso II, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no presente Termo de Referência e no Edital a ser publicado.

O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras dos itens através de catálogo, prospecto ou ficha técnica, disponibilizado no idioma português (Brasil), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da disputa dos lances.

A amostra deverá conter descrição detalhada do modelo, marca, fabricante, dimensões, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do item pela Equipe do CINCATARINA, não sendo admitida a mera transcrição do descritivo técnico da folha de dados, sem a descrição do item a ser ofertado, a

qual deverá ser a sua realidade. A amostra também deve ser apresentada por imagens (fotografia, ilustração, desenho, figura e outras formas) que permitam a identificação visual do objeto ofertado.

Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita declaração descrevendo a especificação ausente no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do item na forma declarada.

Para os itens que contiverem tal disposição nas folhas de dados, deverá ser fornecido a título de amostra:

- Certificação do INMETRO, podendo ser comprovada por selo de marcação impresso no produto ou ainda por meio do site do INMETRO;
- Certificado de Aprovação – CA, dentro da validade conforme o artigo 167 da CLT assim como a NR nº 6 regulamentam que todo EPI deve possuir. O certificado deve ser expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego. O CA atesta que o EPI atende aos requisitos técnicos estabelecidos por normas brasileiras ou internacionais, é eficaz e garante a proteção necessária para a segurança do trabalhador. No Certificado ainda constam informações sobre o fabricante, tipo de EPI, suas características e a validade. Vale ressaltar que Certificado de Aprovação válido é um requisito legal para que o EPI possa ser vendido ou utilizado.

A documentação referida deverá ser enviada através da Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Caso as amostras nos formatos digitais, através de catálogo ou prospecto ou ficha técnica, não sejam suficientes para sanar todas as dúvidas quanto ao atendimento às exigências das folhas de dados, do Termo de Referência e do Edital a ser publicado, poderá ser exigida também amostra física dos itens, devendo o licitante fazer o envio da mesma no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, condicionada, ainda, a comprovação do envio mediante apresentação de código para rastreamento do produto.

Quando solicitada, a amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item deste Termo de Referência, a marca e o modelo do objeto proposto e deverá ser enviada para a Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102 – Centro – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000. Após analisadas, as amostras poderão ser retiradas no mesmo endereço.

A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade. Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.

8.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Em observância ao disposto no art. 4º, *caput*, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão concedidas às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) as prerrogativas previstas em lei de empate ficto e saneamento de eventual restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar Federal n. 123/2006:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Ressalta-se que, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o tratamento diferenciado para ME e EPP não é aplicável nas contratações que possuam item com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP ou cuja soma dos contratos celebrados no ano-calendário de realização da licitação a superem.

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

Nesse escopo interpretativo, insere-se os arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, os quais assim dispõem:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. **Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

I – (Revogado);

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. [grifo nosso]

Verifica-se que o legislador previu a aplicação do tratamento diferenciado, em especial a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP e o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para a contratação destas, mas não o fez de forma absoluta, prevendo, no art. 49, situações em que o interesse público, manifestado, entre outros, nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, impõe que se afastem estas peculiaridades.

No presente processo licitatório, torna-se imperativo, portanto, afastar a aplicação das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006 em razão da manifesta desvantagem gerada à administração pública e do prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, inciso III, do referido diploma legal.

Em especial nas licitações compartilhadas do CINCATARINA, das quais participam centenas de municípios, faz-se necessário considerar que a contratação abarca a possibilidade de fornecimento a todos os consorciados, visando a obtenção de uma maior economicidade, dada a possibilidade de diluição dos custos dentro de cada item previsto no edital, através do ganho de escala, racionalidade administrativa e otimização de processos repetitivos. Assim, a divisão do objeto para estabelecimento de cota para ME e EPP e a formação de itens em lotes de valor inferior a R\$80.000,00 mostram-se extremamente desvantajosas para a administração, em razão da redução de escala e consequente perda de economicidade, desvirtuando-se, inclusive, a própria razão para a realização de licitações compartilhadas pelo CINCATARINA.

Importante considerar também que as empresas vencedoras da licitação devem possuir capacidade para fornecer seus bens ou serviços, o que inclui entrega, logística e custos operacionais em todo o território catarinense e,

de forma individual, em cada um dos mais de duzentos municípios consorciados, visto que o CINCATARINA é uma autarquia interfederativa com abrangência estadual, inviabilizando a formação de lotes de pequeno valor para a participação dessas empresas sem que ocorra perda de economicidade na licitação compartilhada.

Assim, devidamente justificado, estão asseguradas as prerrogativas da ME e EPP no presente processo administrativo licitatório, com exceção das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 19, §§ 3º e 5º, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 23 da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto no art. 22 da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA.

9.1. ENTREGA DO OBJETO

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCATARINA, que é o Estado de Santa Catarina e seus 295 municípios.

Tratando-se de demanda histórica, o prazo supracitado fora determinado com base naquele utilizado no processo licitatório realizado anteriormente para atendimento da mesma demanda. Assim, em razão da regularidade na realização da ampla maioria das entregas, da compatibilidade com as condições usualmente verificáveis no mercado e do atendimento às necessidades dos órgãos e entidades dos entes da federação, verificou-se a adequabilidade em manter-se o prazo anteriormente utilizado.

Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência e das folhas de dados.

9.2. GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo 3 meses, contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração, sendo o prazo assim definido em razão das condições mínimas verificadas como regularmente ofertadas no mercado aos itens em geral licitados, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

O tipo de garantia fornecida será através de *mail in*, onde o fornecedor solicitará o encaminhamento do bem para - não sendo caso de substituição - o conserto, indicando, preferencialmente, o local mais próximo de onde o item estiver. O envio será realizado por meio dos Correios ou por transportadora, sendo que o fornecedor instruirá o Órgão Participante como proceder e arcará com todos os custos de transportes (envio e retorno dos bens). Não sendo possível o envio, o conserto ou a substituição dever ser realizado no local em que o bem se encontra com a administração.

Para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 (noventa) dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias contados a partir do registro de ocorrência no sistema "Gescon" ou do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCATARINA deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 8º, inciso XIII, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

Em conformidade com o art. 14, inciso VII, da Resolução n. 105/2022 do CINCATARINA, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea "d", da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Por se tratar de simples aquisição de bens comuns e de entrega imediata, inexistem critérios de medição a serem fixados.

11.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor do licitante vencedor mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2025.

Cibele Roma Basalia

Analista Técnico II

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:

2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total
PROPOSTA FINAL: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no item 3 do edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **90 (noventa) dias** contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Por se tratar de um processo licitatório complementar, a ata terá vigência correspondente ao processo principal PE 60/2024, podendo ser prorrogado por **1 (um) ano**.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

4 – OBJETO DA PROPOSTA: (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

ITEM	QUANT. TOTAL ETIMADA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	EMBALAGEM	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	14993	UNIDADE	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27108)				
2	15284	UNIDADE	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO COM ELÁSTICOS NA CINTURA E TORNOZELO, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27109)				
3	16439	PAR	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE AÇO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27110)				
4	13748	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE CONFORMAÇÃO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN25076)				
5	3576	UNIDADE	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO III (SEM ABA), CLASSE A, CASCO COM VENTILAÇÃO, CARNEIRA COM REGULAGEM, TIRA (JUGULAR) AJUSTÁVEL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27111)				
...	...	...	...				
			TOTAL – R\$				

Local e Data

Assinatura do representante da Empresa



ANEXO III

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:
NOME DA CONTA CORRENTE:
CHAVE PIX:
CNPJ DE VINCULAÇÃO DA CONTA PARA PAGAMENTO:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DAS ATAS

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:

E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preço", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado, bem como somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta vinculada, na licitação, salvo em caso de participação em consórcio de empresas.

Local e Data
Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

____<CIDADE>____ (UF), ____<DATA>_____

Assinatura do representante da empresa



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, 2021, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

____<CIDADE>_____ (UF), ____<DATA>_____

Assinatura do representante da empresa



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

____<CIDADE>_____ (UF), ____<DATA>_____

Assinatura do representante da empresa



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura do Representante da empresa

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/documentos/4e990b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/documentos/4e990b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>.



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/documentos/4e990b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>.



ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE RECEITA BRUTA PARA FINS DE BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolaram a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e § 2º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Assinatura do Representante da empresa

ANEXO IX

QUANTITATIVOS ESTIMADOS PARA CONSUMO

1. MANIFESTAÇÃO FORMAL:

1.1. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 04.562.315/0001-83, com sede na AVENIDA PROGRESSO,S/N - CENTRO, na cidade de NOVA ITABERABA-SC, representado por seu(ua) PRESIDENTE, VALMOR JOSÉ FOSQUIERA:

Item/Quantidade: 4/3,0000; 18/10,0000

1.2. CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT,1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, na cidade de FLORIANÓPOLIS-SC, representado por seu(ua) DIRETOR EXECUTIVO, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA:

Item/Quantidade: 1/3460,0000; 2/3527,0000; 3/3794,0000; 4/3184,0000; 5/825,0000; 6/765,0000; 7/2251,0000; 8/1108,0000; 9/488,0000; 10/1414,0000; 11/723,0000; 12/661,0000; 13/1049,0000; 14/1191,0000; 15/2365,0000; 16/2700,0000; 17/11582,0000; 18/7734,0000; 19/5013,0000; 20/5426,0000; 21/4925,0000; 22/1792,0000; 23/338,0000; 24/598,0000; 25/3749,0000; 26/3257,0000; 27/1377,0000; 28/1023,0000; 29/962,0000; 30/1902,0000; 31/1355,0000; 32/598,0000

1.3. EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 07.854.402/0001-00, com sede na AV 4 AVENIDA,250 - CENTRO, na cidade de BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC, representado por seu(ua) DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SERGIO LUIS DE SOUZA:

Item/Quantidade: 7/100,0000; 8/4,0000; 9/12,0000; 16/20,0000; 17/20,0000; 19/20,0000; 25/100,0000; 27/50,0000; 28/10,0000; 30/10,0000

1.4. FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.788.281/0001-16, com sede na LRG HUGO FISCHER,33, TERREO - CENTRO, na cidade de SÃO BENTO DO SUL-SC, representado por seu(ua) DIRETOR PRESIDENTE, BARBARA SIMONE DA SILVA:

Item/Quantidade: 25/3,0000

1.5. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 13.170.158/0001-51, com sede na R. WALTER MARQUARDT,1111 - BARRA DO RIO MOLHA, na cidade de JARAGUÁ DO SUL-SC, representado por seu(ua) SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO:

Item/Quantidade: 13/5,0000; 14/5,0000; 16/10,0000; 17/50,0000; 18/100,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 28/5,0000; 30/50,0000

1.6. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.743.462/0001-61, com sede na R 11 DE NOVEMBRO,2765, CASA - CENTRO, na cidade de MASSARANDUBA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTELA LAIZ NONES LAFFIN:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/10,0000; 4/5,0000; 7/3,0000; 8/1,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/5,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/20,0000; 20/10,0000; 21/5,0000; 22/5,0000; 25/5,0000; 26/2,0000; 27/1,0000; 28/2,0000

1.7. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.712.986/0001-49, com sede na RUA JOÃO MARIA CONRADO,425 - CENTRO, na cidade de OURO VERDE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, MOACIR MOTTIN:

Item/Quantidade: 1/3,0000; 3/6,0000; 4/16,0000; 7/4,0000; 13/2,0000; 15/5,0000; 16/20,0000; 17/45,0000; 18/55,0000; 19/13,0000

1.8. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.345.495/0001-00, com sede na R CORONEL ALMEIDA,60 - CENTRO, na cidade de ARAQUARI-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, VALMIR JOSE SANTHIAIGO JUNIOR:

Item/Quantidade: 1/150,0000; 2/100,0000; 4/80,0000; 7/100,0000; 8/10,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/100,0000; 16/20,0000; 17/100,0000; 18/20,0000; 19/20,0000; 20/30,0000; 21/150,0000; 25/50,0000; 26/30,0000; 27/15,0000; 28/5,0000; 30/50,0000

1.9. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.241.709/0001-03, com sede na RUA DE LOURDES,47 - NOSSA SENHORA DE LOURDES, na cidade de ASCURRA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL, FRANCIELLE BORGUESÃO:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 7/40,0000; 9/2,0000; 10/2,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/20,0000; 17/40,0000; 20/20,0000; 21/30,0000; 27/30,0000; 28/20,0000; 30/20,0000

1.10. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.459.525/0001-43, com sede na R 1500,1100 - CENTRO, na cidade de BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO DE COMPRAS, LEOCADIO SCHROEDER GIOCOMELLO:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/100,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/20,0000; 6/10,0000; 7/50,0000; 8/30,0000; 9/15,0000; 10/300,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/100,0000; 16/300,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/200,0000; 20/300,0000; 21/500,0000; 22/50,0000; 23/2,0000; 24/20,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/50,0000; 28/50,0000; 29/20,0000; 30/200,0000; 31/300,0000; 32/20,0000

1.11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.324.957/0001-47, com sede na , na cidade de BELA VISTA DO TOLDO-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO, MARCELA ADRIANA CZERNIAK:

Item/Quantidade: 25/10,0000

1.12. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.999.257/0001-00, com sede na PC NEREU RAMOS,90, ANEXO CENTRO ADM. PMB - CENTRO, na cidade de BIGUAÇU-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANA FLÁVIA DE ALMEIDA E SILVA:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/10,0000; 3/10,0000; 4/60,0000; 5/5,0000; 6/5,0000; 7/50,0000; 8/10,0000; 9/40,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/40,0000; 13/200,0000; 14/20,0000; 15/40,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/10,0000; 21/3000,0000; 22/15,0000; 23/10,0000; 24/15,0000; 25/30,0000; 26/50,0000; 27/15,0000; 28/10,0000; 29/50,0000; 30/30,0000; 31/15,0000; 32/10,0000

1.13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.941.360/0001-50, com sede na R IRA AMALIA GHELLER,22 - CENTRO, na cidade de CAMPO ALEGRE-SC, representado por seu(ua) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, LUANA SELL MILCZEWSKY:

Item/Quantidade: 2/35,0000; 4/6,0000; 7/35,0000; 13/5,0000; 15/35,0000; 16/10,0000; 30/10,0000

1.14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.692.266/0001-54, com sede na RUA MANOEL ARAGÃO,32 - CENTRO, na cidade de CANELINHA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA DE SAÚDE, VANILDA REVELO:

Item/Quantidade: 14/10,0000; 17/200,0000; 18/100,0000; 21/200,0000; 30/20,0000

1.15. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.455.823/0001-65, com sede na R MARECHAL DEODORO,1280 - CENTRO, na cidade de CONCÓRDIA-SC, representado por seu(ua) DIRETORA DE COMPRAS, CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA:

Item/Quantidade: 7/50,0000; 9/12,0000; 10/120,0000; 12/24,0000; 16/10,0000; 17/300,0000; 26/100,0000; 30/80,0000; 31/24,0000

1.16. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.436.906/0001-70, com sede na AV OLGA WEHMUTH,151, EDIF POLICLINICA - SETE DE SETEMBRO, na cidade de GASPAR-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JÚNIOR:

Item/Quantidade: 1/6,0000; 3/40,0000; 4/40,0000; 9/4,0000; 10/20,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/60,0000; 16/40,0000; 17/200,0000; 18/100,0000; 19/30,0000; 20/20,0000; 21/2000,0000; 22/30,0000; 23/2,0000; 24/10,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/10,0000; 28/50,0000; 29/20,0000; 30/5,0000; 32/2,0000

1.17. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na RUA HENRIQUE FRIDEMANN,155 - CENTRO, na cidade de GUARAMIRIM-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRISTIANE HAFFERMANN WILLE:

Item/Quantidade: 2/15,0000; 3/30,0000; 4/30,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/10,0000; 9/10,0000; 10/15,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/25,0000; 14/25,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 21/25,0000; 22/25,0000; 25/25,0000; 26/25,0000; 29/5,0000; 30/20,0000

1.18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.408.074/0001-88, com sede na R DOM PEDRO II,133, ANDAR PREDIO - CENTRO, na cidade de IBICARE-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EUGENIA BUCCO:

Item/Quantidade: 3/6,0000; 9/2,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/10,0000

1.19. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.788.473/0001-59, com sede na R LEOBERTO LEAL,67 - CENTRO, na cidade de ILHOTA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA DE SAÚDE, SAMARA ANA CARDOSO:

Item/Quantidade: 7/15,0000; 9/6,0000; 15/25,0000; 16/20,0000; 17/10,0000; 24/5,0000; 25/15,0000; 26/15,0000; 30/10,0000

1.20. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.568.451/0001-83, com sede na R NEREU RAMOS,326 - CENTRO, na cidade de IMBITUBA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA DE SAÚDE, MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/50,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/50,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/50,0000; 22/50,0000; 23/50,0000; 24/50,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/50,0000; 28/50,0000; 29/50,0000; 30/50,0000; 31/50,0000; 32/50,0000

1.21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.395.801/0001-10, com sede na R MACHADO,416 - CENTRO, na cidade de IPUAÇU-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, NELSON BRISOLA:

Item/Quantidade: 14/10,0000; 16/6,0000; 17/150,0000; 18/100,0000; 19/50,0000; 21/100,0000; 22/50,0000; 28/10,0000; 30/20,0000

1.22. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.259.606/0001-58, com sede na AV GOVERNADOR ADOLFO KONDER,250 - SAO VICENTE, na cidade de ITAJAÍ-SC, representado por seu(ua) DIRETORA, DANIELA ARAUJO DA SILVA:

Item/Quantidade: 4/405,0000; 5/10,0000; 7/205,0000; 13/2,0000; 14/4,0000; 15/5,0000; 16/2,0000; 17/5,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/205,0000; 25/40,0000; 26/20,0000; 28/2,0000; 30/2,0000

1.23. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 14.007.211/0001-60, com sede na RUA ISIDORO PEDRI,120 - BARRA DO RIO MOLHA, na cidade de JARAGUÁ DO SUL-SC, representado por seu(ua) SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO:

Item/Quantidade: 1/500,0000; 2/500,0000; 3/500,0000; 4/500,0000; 5/100,0000; 6/200,0000; 7/500,0000; 8/500,0000; 9/50,0000; 10/100,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/1000,0000; 18/1000,0000; 19/1000,0000; 20/50,0000; 21/1000,0000; 22/500,0000; 24/50,0000; 25/100,0000; 28/10,0000; 30/100,0000; 31/1000,0000

Item/Quantidade: 1/15,0000; 2/30,0000; 3/20,0000; 4/20,0000; 5/12,0000; 15/20,0000; 16/15,0000; 17/30,0000; 18/30,0000; 19/30,0000; 20/30,0000; 25/40,0000; 26/50,0000; 30/30,0000

1.32. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na R CAPITAO ERNESTO NUNES,89 - CENTRO, na cidade de SÃO BENTO DO SUL-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, MARCELO MARQUES:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/200,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/10,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/5,0000; 10/200,0000; 11/100,0000; 12/50,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/200,0000; 16/100,0000; 17/500,0000; 18/500,0000; 19/500,0000; 20/200,0000; 21/200,0000; 22/100,0000; 24/4,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/100,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/250,0000; 31/250,0000; 32/5,0000

1.33. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.553.540/0001-19, com sede na RUA CONCORDIA,100 - CENTRO, na cidade de SÃO CARLOS-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SIMONE CRISTIANE DOS SANTOS NOTHAFT:

Item/Quantidade: 7/12,0000; 15/6,0000

1.34. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.888.327/0001-68, com sede na RUA AMAZONAS,375 - ABRAMO MIGUEL PRETO, na cidade de SÃO DOMINGOS-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA, SILVIA ROZANI DE BRITO BAGGIO:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/50,0000; 3/5,0000; 4/5,0000; 5/1,0000; 6/1,0000; 7/10,0000; 8/1,0000; 9/1,0000; 10/10,0000; 11/5,0000; 12/5,0000; 13/1,0000; 14/1,0000; 15/20,0000; 16/40,0000; 17/1000,0000; 18/500,0000; 19/100,0000; 20/10,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/1,0000; 24/5,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/1,0000; 28/1,0000; 29/1,0000; 30/50,0000; 31/1,0000; 32/1,0000

1.35. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede na RUA RUI BARBOSA,291 - CENTRO, na cidade de SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL , AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 7/5,0000; 17/100,0000; 25/20,0000; 30/5,0000

1.36. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.299.998/0001-93, com sede na RUA ALZIRO XAVIER,80 - CENTRO, na cidade de PALMEIRA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, SANDRO ALEX MASSELA:

Item/Quantidade: 3/30,0000; 14/5,0000; 16/25,0000; 17/20,0000; 18/20,0000

1.37. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.310.394/0001-09, com sede na RUA JACOB SCHADECK,1207 - CENTRO, na cidade de PAPANDUVA-SC, representado por seu(ua) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EMERSON LUIS SELENKA SZYMCZAK:

Item/Quantidade: 1/200,0000; 2/200,0000; 3/150,0000; 4/100,0000; 7/300,0000; 8/4,0000; 9/1,0000; 10/1,0000; 11/1,0000; 12/5,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/200,0000; 16/150,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 21/100,0000; 22/50,0000; 30/150,0000; 31/4,0000

1.38. HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.376.760/0001-58, com sede na AV PROJETADA,SN - CENTRO, na cidade de MAJOR VIEIRA-SC, representado por seu(ua) SUPERINTENDENTE, JOANA SANTOS NASCIMENTO:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/10,0000; 3/5,0000; 4/5,0000; 5/50,0000; 7/5,0000; 13/50,0000; 14/25,0000; 15/5,0000; 16/30,0000; 17/50,0000; 18/30,0000; 24/30,0000; 25/15,0000; 26/15,0000; 28/5,0000; 29/10,0000; 30/5,0000; 32/5,0000

1.39. MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com sede na PRAÇA JOÃO MACAGNAN,322 - CENTRO, na cidade de ÁGUA DOCE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, GIOVANI LUIZ BRANDALISE:

Item/Quantidade: 3/40,0000; 4/140,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/10,0000; 10/10,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/10,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/10,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/3,0000; 24/3,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 27/3,0000; 28/2,0000; 30/3,0000; 32/5,0000

1.40. MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na R. PORTO UNIÃO,968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, representado por seu(ua) ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, MILENA WEIS OLIVEIRA:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/30,0000; 3/30,0000; 4/30,0000; 5/20,0000; 6/2,0000; 7/2,0000; 8/20,0000; 9/20,0000; 16/100,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/30,0000; 21/30,0000; 22/30,0000; 23/1,0000; 25/300,0000; 26/300,0000; 28/300,0000; 29/600,0000; 30/50,0000; 31/20,0000

1.41. MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.995.221/0001-53, com sede na AV. LAURO MULLER,210 - CENTRO, na cidade de ARABUTÃ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, OLGUIN RICARDO METZ:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 3/10,0000; 4/10,0000; 5/10,0000; 6/2,0000; 7/20,0000; 8/30,0000; 9/1,0000; 13/20,0000; 14/30,0000; 15/30,0000; 16/50,0000; 17/20,0000; 18/20,0000; 19/30,0000; 20/20,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/1,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/5,0000; 28/10,0000; 31/1,0000

1.42. MUNICÍPIO DE ARAQUARI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.228/0001-10, com sede na AV. CEL. ALMEIDA,60 - CENTRO, na cidade de ARAQUARI-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, LUDGERO JASPER JUNIOR:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/10,0000; 3/10,0000; 4/10,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/10,0000; 9/10,0000; 10/10,0000; 11/50,0000; 12/10,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/10,0000; 16/50,0000; 17/100,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/5,0000; 24/10,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/10,0000; 28/10,0000; 29/50,0000; 30/50,0000; 31/10,0000; 32/50,0000

1.43. MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede na RUA XV DE NOVEMBRO,26 - CENTRO, na cidade de ARROIO TRINTA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ANTONIO SERIGHELLI:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/100,0000; 3/70,0000; 4/70,0000; 5/30,0000; 6/30,0000; 7/30,0000; 13/10,0000; 14/20,0000; 15/50,0000; 16/20,0000; 17/60,0000; 18/60,0000; 19/60,0000; 20/60,0000; 21/60,0000; 22/20,0000; 23/2,0000; 24/10,0000; 25/60,0000; 26/60,0000; 27/10,0000; 28/30,0000; 29/30,0000; 30/50,0000; 31/50,0000; 32/10,0000

1.44. MUNICÍPIO DE ARVOREDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.995.247/0001-00, com sede na RUA DO COMÉRCIO,183 - CENTRO, na cidade de ARVOREDO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, AGENOR JOSE ZANCO:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/20,0000; 3/100,0000; 4/5,0000; 6/10,0000; 7/20,0000; 15/50,0000; 17/200,0000; 18/50,0000; 20/20,0000; 23/5,0000; 25/20,0000; 26/5,0000

1.45. MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.511.659/0001-75, com sede na AV. GUANABARA,S/N - CENTRO, na cidade de BALNEÁRIO GAIVOTA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, EVERALDO DOS SANTOS:

Item/Quantidade: 1/80,0000; 3/80,0000; 4/80,0000; 6/60,0000; 7/60,0000; 8/60,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/30,0000; 28/20,0000; 29/30,0000; 30/30,0000

1.46. MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.527/0001-30, com sede na AV. BUENOS AIRES,600 - CENTRO, na cidade de BARRA BONITA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, AGNALDO DERESZ:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/30,0000; 3/55,0000; 4/25,0000; 5/20,0000; 6/20,0000; 7/20,0000; 8/23,0000; 9/2,0000; 10/20,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/15,0000; 14/15,0000; 15/55,0000; 16/70,0000; 17/180,0000; 18/170,0000; 19/30,0000; 20/200,0000; 21/72,0000; 22/20,0000; 23/5,0000; 25/110,0000; 26/100,0000; 28/40,0000; 29/20,0000; 30/20,0000; 31/10,0000; 32/14,0000

1.47. MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.830/0001-57, com sede na AV. GOVERNADOR CELSO RAMOS, 200 - CENTRO, na cidade de BARRA VELHA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, DANIEL PONTES DA CUNHA:

Item/Quantidade: 1/3030,0000; 2/3030,0000; 3/80,0000; 4/80,0000; 5/60,0000; 6/80,0000; 7/80,0000; 8/80,0000; 9/25,0000; 10/1010,0000; 11/310,0000; 12/210,0000; 13/60,0000; 14/60,0000; 15/210,0000; 16/215,0000; 17/520,0000; 18/620,0000; 19/620,0000; 20/820,0000; 21/1030,0000; 22/830,0000; 23/45,0000; 24/60,0000; 25/530,0000; 26/530,0000; 27/530,0000; 28/90,0000; 29/80,0000; 30/810,0000; 31/530,0000; 32/65,0000

1.48. MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.888/0001-86, com sede na R. ESTANISLAU SCHUMANN, 839 - CENTRO, na cidade de BELA VISTA DO TOLDO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, FRANCISCO CARLOS SCHIESSL:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/30,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/50,0000; 8/60,0000; 9/2,0000; 10/2,0000; 11/2,0000; 12/2,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/50,0000; 16/30,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/10,0000; 24/10,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 28/50,0000; 29/50,0000; 30/50,0000; 31/10,0000; 32/50,0000

1.49. MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na PÇA. NEREU RAMOS, 90 - CENTRO, na cidade de BIGUAÇU-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES:

Item/Quantidade: 1/60,0000; 2/30,0000; 3/400,0000; 4/10,0000; 5/50,0000; 6/25,0000; 7/60,0000; 8/50,0000; 9/30,0000; 10/60,0000; 11/70,0000; 12/20,0000; 13/80,0000; 14/50,0000; 15/200,0000; 16/60,0000; 17/250,0000; 18/250,0000; 19/160,0000; 20/550,0000; 21/30,0000; 22/20,0000; 23/20,0000; 24/20,0000; 25/200,0000; 26/150,0000; 27/150,0000; 28/50,0000; 29/60,0000; 30/50,0000; 31/20,0000; 32/50,0000

1.50. MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na PRAÇA VICTOR KONDER, 02 - CENTRO, na cidade de BLUMENAU-SC, representado por seu(ua) DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, LUCIMARA HELENA ROSENBRUCK ANACLETO:

Item/Quantidade: 1/70,0000; 2/44,0000; 3/210,0000; 4/105,0000; 5/65,0000; 6/50,0000; 7/65,0000; 8/55,0000; 9/52,0000; 10/80,0000; 11/105,0000; 12/105,0000; 13/59,0000; 14/59,0000; 15/129,0000; 16/139,0000; 17/264,0000; 18/262,0000; 19/240,0000; 20/240,0000; 21/410,0000; 22/205,0000; 23/5,0000; 24/50,0000; 25/230,0000; 26/230,0000; 27/250,0000; 28/55,0000; 30/100,0000; 31/80,0000; 32/25,0000

1.51. MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na AV. NOSSA SRA DE FÁTIMA, 120 - CENTRO, na cidade de BOM JESUS DO OESTE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, MARCIO JOSÉ STORCK:

Item/Quantidade: 1/3,0000; 2/10,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/5,0000; 6/2,0000; 7/10,0000; 8/5,0000; 9/1,0000; 10/20,0000; 11/5,0000; 12/2,0000; 13/5,0000; 14/2,0000; 15/2,0000; 16/10,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/10,0000; 21/5,0000; 22/5,0000; 23/1,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 28/2,0000; 29/10,0000; 30/10,0000; 31/10,0000

1.52. MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.777.343/0001-21, com sede na AV. MAJOR GENEROSO, 19 - CENTRO, na cidade de BOM RETIRO-SC, representado por seu(ua) PREFEITA, HELENA SCHILD DE OLIVEIRA:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 3/200,0000; 5/3,0000; 7/20,0000; 8/20,0000; 14/5,0000; 16/100,0000; 17/100,0000; 18/200,0000; 19/100,0000; 21/100,0000; 23/5,0000; 25/200,0000; 28/20,0000

1.53. MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.815.379/0001-02, com sede na AV. BALEIA JUBARTE, 328 - JOSÉ AMANDIO, na cidade de BOMBINHAS-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LUIZ HENRIQUE GONÇALVES:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/10,0000; 3/10,0000; 4/10,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/10,0000; 9/10,0000; 11/1,0000; 12/1,0000; 13/1,0000; 14/10,0000; 15/20,0000; 16/50,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 27/10,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/10,0000; 31/10,0000; 32/10,0000

1.54. MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na RUA JOÃO MORELLI,66 - CENTRO, na cidade de BOTUVERÁ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, VICTOR JOSE WIETCOWSKY:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/100,0000; 3/20,0000; 4/20,0000; 5/10,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/10,0000; 9/8,0000; 10/50,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/10,0000; 16/105,0000; 17/20,0000; 18/200,0000; 19/20,0000; 21/100,0000; 22/20,0000; 24/14,0000; 27/15,0000; 28/5,0000; 29/4,0000; 30/50,0000; 31/50,0000; 32/13,0000

1.55. MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.952.230/0001-67, com sede na PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA,25 - CENTRO, na cidade de BRAÇO DO TROMBUDO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ADRIANO TREINATTI:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 13/10,0000; 20/60,0000; 25/30,0000; 26/10,0000

1.56. MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.853/0001-61, com sede na RUA ARMINDO LEOBET,441 - CENTRO, na cidade de BRUNÓPOLIS-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, TANIA CONCEIÇÃO BORTOLINI:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/20,0000; 3/80,0000; 4/80,0000; 5/8,0000; 6/8,0000; 7/30,0000; 8/15,0000; 9/25,0000; 10/8,0000; 11/8,0000; 12/8,0000; 13/8,0000; 14/35,0000; 15/20,0000; 16/70,0000; 17/130,0000; 18/130,0000; 19/130,0000; 20/50,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/8,0000; 24/8,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/40,0000; 28/50,0000; 29/5,0000; 30/20,0000; 31/25,0000; 32/6,0000

1.57. MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na PRAÇA DAS BANDEIRAS,77 - CENTRO, na cidade de BRUSQUE-SC, representado por seu(ua) DIRETOR-GERAL DE GABINETE, BRENO NUNES NEVES:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 3/200,0000; 5/10,0000; 8/10,0000; 9/4,0000; 13/20,0000; 14/10,0000; 15/50,0000; 16/20,0000; 18/30,0000; 19/30,0000; 20/30,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 24/20,0000; 25/60,0000; 26/60,0000; 27/20,0000; 28/20,0000; 29/20,0000; 30/20,0000; 32/20,0000

1.58. MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, na cidade de CAÇADOR-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ALENCAR MENDES:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/100,0000; 3/100,0000; 4/200,0000; 5/50,0000; 6/100,0000; 7/500,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/200,0000; 16/1000,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/200,0000; 20/200,0000; 21/200,0000; 22/200,0000; 23/50,0000; 24/30,0000; 25/300,0000; 26/300,0000; 27/300,0000; 28/20,0000; 30/500,0000; 31/100,0000; 32/30,0000

1.59. MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na R. DOS IMIGRANTES,499 - CENTRO, na cidade de CAIBI-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, EDER PICOLI:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/10,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/5,0000; 6/5,0000; 7/50,0000; 8/5,0000; 9/5,0000; 10/5,0000; 11/5,0000; 12/5,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/5,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/5,0000; 22/5,0000; 23/2,0000; 24/2,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/2,0000; 28/10,0000; 30/5,0000; 31/5,0000; 32/5,0000

1.60. MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.293/0001-45, com sede na R. GETÚLIO VARGAS,77 - CENTRO, na cidade de CAMBORIÚ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, LEONEL ARCANDELO PAVAN:

Item/Quantidade: 11/10,0000; 12/10,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 16/20,0000; 21/100,0000; 22/100,0000

1.61. MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na CEL. BUENO FRANCO,292 - CENTRO, na cidade de CAMPO ALEGRE-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/100,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/100,0000; 6/100,0000; 7/100,0000; 8/100,0000; 9/100,0000; 10/100,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/100,0000; 16/100,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/100,0000; 24/100,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/100,0000; 28/100,0000; 29/100,0000; 30/100,0000; 31/100,0000; 32/100,0000

1.62. MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.777.319/0001-92, com sede na R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO,30 - CENTRO, na cidade de CAMPO BELO DO SUL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, CELIO PEREIRA:

Item/Quantidade: 1/200,0000; 2/500,0000; 3/250,0000; 4/250,0000; 5/150,0000; 6/200,0000; 7/250,0000; 8/150,0000; 9/20,0000; 10/200,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/100,0000; 14/70,0000; 15/500,0000; 16/150,0000; 17/1000,0000; 18/600,0000; 19/500,0000; 20/1000,0000; 21/400,0000; 22/250,0000; 23/20,0000; 24/30,0000; 25/300,0000; 26/300,0000; 27/200,0000; 28/150,0000; 29/25,0000; 30/150,0000; 31/200,0000; 32/30,0000

1.63. MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, com sede na R. FELIPE SCHMIDT,10 - CENTRO, na cidade de CANOINHAS-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO, CARLOS EDUARDO VPIEVSKI:

Item/Quantidade: 3/190,0000; 4/190,0000; 5/50,0000; 7/60,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 13/5,0000; 14/50,0000; 15/200,0000; 16/20,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 22/20,0000; 24/10,0000; 25/50,0000; 32/5,0000

1.64. MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.599.409/0001-39, com sede na R. JOÃO VIEIRA DE OLIVEIRA,500 - CENTRO, na cidade de CAPÃO ALTO-SC, representado por seu(ua) PREFEITA, SADIANA ARRUDA MELO COELHO LOPES:

Item/Quantidade: 1/15,0000; 2/5,0000; 3/46,0000; 4/1,0000; 7/2,0000; 8/10,0000; 9/10,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/7,0000; 14/7,0000; 15/5,0000; 16/5,0000; 17/2,0000; 18/30,0000; 19/30,0000; 20/50,0000; 21/1,0000; 25/42,0000; 26/21,0000; 27/20,0000; 28/4,0000; 29/20,0000; 30/10,0000; 31/2,0000; 32/1,0000

1.65. MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.406/0001-07, com sede na R. CARMELO ZOCOLLI,155 - CENTRO, na cidade de CAPINZAL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, AGUINALDO PEDRO PAGGI:

Item/Quantidade: 2/10,0000; 3/85,0000; 4/50,0000; 5/5,0000; 7/10,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/10,0000; 16/100,0000; 17/45,0000; 18/500,0000; 19/50,0000; 20/75,0000; 24/2,0000; 25/10,0000; 26/5,0000; 32/1,0000

1.66. MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.414/0001-45, com sede na R. FELIPE SCHMIT,1435 - CENTRO, na cidade de CATANDUVAS-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, MONALISA RUARO:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/50,0000; 3/103,0000; 5/10,0000; 7/10,0000; 8/14,0000; 9/5,0000; 10/5,0000; 11/5,0000; 12/5,0000; 15/10,0000; 18/20,0000; 19/20,0000; 20/20,0000; 21/5,0000; 22/2,0000; 23/2,0000; 24/2,0000; 25/40,0000; 26/40,0000; 27/2,0000; 28/20,0000; 30/4,0000; 31/5,0000

1.67. MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.097/0001-58, com sede na AV. ORIDES DELFES FURTADO,739 - CENTRO, na cidade de CERRO NEGRO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ADELAR JOSE DE MORAIS:

Item/Quantidade: 1/250,0000; 2/600,0000; 3/250,0000; 4/250,0000; 5/100,0000; 6/150,0000; 7/200,0000; 8/100,0000; 9/10,0000; 10/100,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/100,0000; 14/20,0000; 15/250,0000; 16/100,0000; 17/500,0000; 18/250,0000; 19/250,0000; 20/1000,0000; 21/600,0000; 22/150,0000; 23/20,0000; 24/50,0000; 25/500,0000; 26/500,0000; 27/250,0000; 28/100,0000; 29/20,0000; 30/200,0000; 31/150,0000; 32/20,0000

1.68. MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.120/0001-27, com sede na RUA ALLAN RÉGIS INÁCIO,15 - CENTRO, na cidade de CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, EUGENIO ANTONIO ROLING:

Item/Quantidade: 1/25,0000; 2/25,0000; 3/130,0000; 4/125,0000; 5/20,0000; 6/10,0000; 7/15,0000; 8/30,0000; 9/20,0000; 10/5,0000; 13/2,0000; 14/2,0000; 16/15,0000; 17/224,0000; 18/140,0000; 19/140,0000; 20/70,0000; 21/1,0000; 22/100,0000; 23/2,0000; 24/1,0000; 25/120,0000; 26/100,0000; 28/5,0000; 30/5,0000

1.69. MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.257/0001-00, com sede na RUA LEONEL MOSELE,62 - CENTRO, na cidade de CONCÓRDIA-SC, representado por seu(ua) DIRETORA DE COMPRAS, CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA:

Item/Quantidade: 3/80,0000; 4/40,0000; 6/10,0000; 7/20,0000; 8/5,0000; 9/4,0000; 10/20,0000; 11/34,0000; 20/10,0000; 21/10,0000; 23/5,0000; 24/4,0000; 25/30,0000; 26/10,0000; 27/5,0000; 30/20,0000; 31/24,0000; 32/3,0000

1.70. MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA,1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, MARTA IONE TOZETTO:

Item/Quantidade: 1/200,0000; 2/100,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/30,0000; 6/20,0000; 7/100,0000; 8/50,0000; 9/2,0000; 10/200,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/100,0000; 16/100,0000; 17/300,0000; 18/300,0000; 19/200,0000; 20/300,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/10,0000; 24/10,0000; 25/300,0000; 26/300,0000; 27/100,0000; 28/30,0000; 29/30,0000; 30/100,0000; 31/50,0000; 32/20,0000

1.71. MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.438.655/0001-45, com sede na AV. DUQUE DE CAXIAS,1569 - CENTRO, na cidade de CORREIA PINTO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, PAULO GERALDO FAE:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/40,0000; 4/120,0000; 15/30,0000

1.72. MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede na AV. GETÚLIO VARGAS,443 - CENTRO, na cidade de CORUPÁ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, EDDY EDGARD EIPPER:

Item/Quantidade: 1/300,0000; 2/300,0000; 3/300,0000; 4/300,0000; 5/100,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/100,0000; 10/100,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/100,0000; 16/500,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/300,0000; 22/300,0000; 24/50,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/50,0000; 28/50,0000; 29/500,0000; 30/200,0000; 31/50,0000; 32/50,0000

1.73. MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, com sede na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, na cidade de CURITIBANOS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, KLEBERSON LUCIANO LIMA:

Item/Quantidade: 4/200,0000; 6/8,0000; 7/250,0000; 9/10,0000; 10/10,0000; 13/50,0000; 17/500,0000; 22/10,0000; 23/4,0000; 25/100,0000; 27/60,0000

1.74. MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na RUA BRASÍLIA,02 - CENTRO, na cidade de DOUTOR PEDRINHO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, GELEADE GADIEL WOLLERT:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 7/10,0000; 8/5,0000; 15/25,0000; 16/20,0000; 17/50,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/150,0000; 23/2,0000; 25/40,0000; 26/40,0000; 27/15,0000

1.75. MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.422/0001-91, com sede na RUA NEREU RAMOS,204 - CENTRO, na cidade de ERVAL VELHO-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, LENITA DADALT FONANA:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/500,0000; 3/500,0000; 4/200,0000; 5/50,0000; 6/10,0000; 7/100,0000; 8/50,0000; 10/10,0000; 14/10,0000; 15/500,0000; 16/50,0000; 17/60,0000; 18/60,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 23/2,0000; 24/2,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/50,0000; 30/50,0000; 32/2,0000

1.76. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.009.910/0001-62, com sede na AV RIO GRANDE DO SUL,50 - CENTRO, na cidade de FAXINAL DOS GUEDES-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, JADER ADRIEL DANIELLI:

Item/Quantidade: 1/300,0000; 2/200,0000; 3/600,0000; 4/100,0000; 5/50,0000; 6/50,0000; 7/100,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/100,0000; 16/100,0000; 17/500,0000; 18/500,0000; 19/500,0000; 20/500,0000; 21/50,0000; 22/50,0000; 23/10,0000; 24/50,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 27/100,0000; 28/20,0000; 29/30,0000; 30/50,0000; 31/100,0000; 32/20,0000

1.77. MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na R. ANTÔNIO CELLA,173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, DOVALDO PALMORIO:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 3/2,0000; 4/100,0000; 21/10,0000; 22/10,0000

1.78. MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.947.979/0001-74, com sede na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, na cidade de FRAIBURGO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR:

Item/Quantidade: 1/1010,0000; 2/200,0000; 3/510,0000; 4/200,0000; 5/30,0000; 6/20,0000; 7/50,0000; 8/70,0000; 9/10,0000; 10/60,0000; 11/60,0000; 12/10,0000; 13/33,0000; 14/30,0000; 15/60,0000; 16/250,0000; 17/1200,0000; 18/1500,0000; 19/550,0000; 20/1500,0000; 21/15,0000; 22/10,0000; 23/6,0000; 24/35,0000; 25/430,0000; 26/430,0000; 28/15,0000; 29/200,0000; 30/100,0000; 31/10,0000; 32/30,0000

1.79. MUNICÍPIO DE GASPARGAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na RUA CORONEL ARISTILIANO RAMOS,435 - CENTRO, na cidade de GASPARGAR-SC, representado por seu(ua) DIRETOR GERAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, RENATO CAUDURO WANROWSKY:

Item/Quantidade: 1/2,0000; 2/20,0000; 3/15,0000; 7/10,0000; 15/10,0000; 16/10,0000; 23/2,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/5,0000; 29/5,0000; 30/10,0000

1.80. MUNICÍPIO DE GRAVATAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.926.569/0001-47, com sede na R. ENG. ANNES GUALBERTO,121 - CENTRO, na cidade de GRAVATAL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, CLEINILS RODRIGUES DA SILVA:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/30,0000; 3/50,0000; 5/10,0000; 7/20,0000; 8/30,0000; 9/3,0000; 13/10,0000; 14/30,0000; 15/50,0000; 16/60,0000; 18/20,0000; 19/20,0000; 20/20,0000; 21/10,0000; 23/3,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 27/10,0000; 28/30,0000

1.81. MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na RUA BRUSQUE,344 - CENTRO, na cidade de GUABIRUBA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, VALMIR ZIRKE:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/50,0000; 5/20,0000; 6/3,0000; 7/20,0000; 8/3,0000; 10/10,0000; 17/10,0000; 20/2000,0000; 23/2,0000; 25/300,0000; 26/300,0000; 30/20,0000; 32/5,0000

1.82. MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na RUA 28 DE AGOSTO,2042 - CENTRO, na cidade de GUARAMIRIM-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ANTONIO ALEXANDRE DE AZEVEDO:

Item/Quantidade: 1/150,0000; 2/300,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/200,0000; 6/50,0000; 7/200,0000; 8/200,0000; 9/10,0000; 10/200,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/200,0000; 16/200,0000; 17/250,0000; 18/250,0000; 19/250,0000; 20/300,0000; 21/250,0000; 22/250,0000; 23/10,0000; 24/30,0000; 25/400,0000; 26/400,0000; 27/100,0000; 28/100,0000; 29/50,0000; 30/130,0000; 31/200,0000; 32/40,0000

1.83. MUNICÍPIO DE IBIRAMA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.418/0001-37, com sede na R. DR. GETÚLIO VARGAS,70 - CENTRO, na cidade de IBIRAMA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, DUILIO GEHRKE:

Item/Quantidade: 25/50,0000; 26/50,0000; 30/50,0000

1.84. MUNICÍPIO DE IMARUÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.538.851/0001-57, com sede na R. JOSÉ INÁCIO DO ROCHA,109 - CENTRO, na cidade de IMARUÍ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO EM EXERCÍCIO, PATRICK CORREA:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/50,0000; 3/30,0000; 4/30,0000; 5/10,0000; 7/20,0000; 8/5,0000; 13/15,0000; 14/30,0000; 15/30,0000; 18/50,0000; 19/30,0000; 20/30,0000; 21/50,0000; 22/20,0000; 24/10,0000; 25/20,0000; 28/20,0000; 30/20,0000; 32/10,0000

1.85. MUNICÍPIO DE IMBUÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.632/0001-93, com sede na AV. BERNARDINO DE ANDRADE,86 - CENTRO, na cidade de IMBUÍ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ANTÔNIO OSCAR LAURINDO:

Item/Quantidade: 1/80,0000; 2/80,0000; 3/25,0000; 4/25,0000; 5/15,0000; 6/25,0000; 7/25,0000; 8/20,0000; 9/25,0000; 10/20,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/15,0000; 16/10,0000; 17/25,0000; 18/25,0000; 19/25,0000; 20/25,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/10,0000; 24/10,0000; 25/25,0000; 26/25,0000; 27/25,0000; 28/10,0000; 29/25,0000; 30/20,0000; 31/10,0000; 32/25,0000

1.86. MUNICÍPIO DE IPUAÇU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.993.028/0001-83, com sede na R. ZANELLA,818 - CENTRO, na cidade de IPUAÇU-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, NELSON BRISOLA:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/50,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 10/10,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 28/5,0000; 29/10,0000

1.87. MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.814.575/0001-02, com sede na R. DOM PEDRO II,230 - CENTRO, na cidade de IPUMIRIM-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, VALDIR ZANELLA:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/20,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/3,0000; 6/3,0000; 7/20,0000; 8/5,0000; 10/10,0000; 11/3,0000; 12/3,0000; 13/3,0000; 14/2,0000; 15/20,0000; 16/25,0000; 17/10,0000; 18/15,0000; 19/10,0000; 20/50,0000; 21/2,0000; 22/2,0000; 23/1,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/1,0000; 28/5,0000; 29/10,0000; 30/10,0000; 32/5,0000

1.88. MUNICÍPIO DE IRANI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.455/0001-31, com sede na RUA ELIRIO DE GREGORI,67 - CENTRO, na cidade de IRANI-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, VANDERLEI CANCI:

Item/Quantidade: 1/72,0000; 2/50,0000; 3/150,0000; 4/150,0000; 5/20,0000; 6/20,0000; 7/20,0000; 8/20,0000; 9/20,0000; 10/20,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/150,0000; 16/150,0000; 17/230,0000; 18/150,0000; 19/175,0000; 20/150,0000; 21/30,0000; 22/15,0000; 23/15,0000; 24/10,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/10,0000; 28/50,0000; 29/30,0000; 30/30,0000; 31/10,0000; 32/30,0000

1.89. MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.558/0001-05, com sede na RUA PARANÁ,200 - CENTRO, na cidade de IRINEÓPOLIS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, JULIANO POZZI PEREIRA:

Item/Quantidade: 1/600,0000; 2/500,0000; 3/300,0000; 4/300,0000; 5/70,0000; 6/110,0000; 7/500,0000; 8/310,0000; 9/2,0000; 10/20,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/100,0000; 16/100,0000; 17/300,0000; 18/400,0000; 19/600,0000; 20/300,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/60,0000; 24/300,0000; 25/600,0000; 26/600,0000; 27/600,0000; 28/150,0000; 29/10,0000; 30/350,0000; 31/10,0000; 32/400,0000

1.90. MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.240/0001-53, com sede na PRAÇA DR. ALDO IVO STUMPF,100 - CENTRO, na cidade de ITÁ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, CLEMOR ANTONIO BATTISTI:

Item/Quantidade: 13/10,0000; 14/10,0000; 15/50,0000; 19/10,0000; 21/10,0000

1.91. MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.517/0001-19, com sede na AV. GETÚLIO VARGAS,308 - CENTRO, na cidade de ITAIÓPOLIS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, IVAN RECH:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 4/100,0000; 5/6,0000; 7/100,0000; 8/30,0000; 9/20,0000; 10/40,0000; 11/40,0000; 12/40,0000; 13/50,0000; 15/50,0000; 16/100,0000; 17/100,0000; 19/150,0000; 20/150,0000; 23/5,0000; 24/4,0000; 25/200,0000; 26/10,0000; 30/20,0000; 32/2,0000

1.92. MUNICÍPIO DE ITAPEMA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.572.207/0001-03, com sede na AV. NEREU RAMOS,134 - CENTRO, na cidade de ITAPEMA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, RAPHAEL SARGILO SARAMENTO VOLTOLINI:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/30,0000; 3/50,0000; 4/30,0000; 7/150,0000; 9/10,0000; 10/20,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/50,0000; 15/100,0000; 16/500,0000; 17/200,0000; 18/500,0000; 19/300,0000; 21/50,0000; 25/400,0000; 26/30,0000; 27/50,0000; 28/10,0000; 32/10,0000

1.93. MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na PRAÇA. DAS BANDEIRAS,200 - CENTRO, na cidade de ITAPIRANGA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ALEXANDRE GOMES RIBAS:

Item/Quantidade: 2/400,0000; 4/25,0000; 6/60,0000; 7/120,0000; 8/8,0000; 9/14,0000; 10/17,0000; 11/17,0000; 12/15,0000; 13/27,0000; 14/25,0000; 15/37,0000; 16/50,0000; 17/100,0000; 18/1000,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/500,0000; 22/100,0000; 23/10,0000; 24/30,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/10,0000; 28/5,0000; 31/50,0000; 32/10,0000

1.94. MUNICÍPIO DE JABORÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.463/0001-88, com sede na R. ANGELO POYER,320 - CENTRO, na cidade de JABORÁ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, CLEVSON RODRIGO FREITAS:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/50,0000; 3/50,0000; 4/50,0000; 5/50,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/50,0000; 22/50,0000; 23/50,0000; 24/50,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/50,0000; 28/50,0000; 29/50,0000; 30/50,0000; 31/50,0000; 32/50,0000

1.95. MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.928.698/0001-74, com sede na R. DUQUE DE CAXIAS,290 - CENTRO, na cidade de JAGUARUNA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, LAERTE SILVA DOS SANTOS:

Item/Quantidade: 1/200,0000; 2/200,0000; 3/30,0000; 4/30,0000; 5/15,0000; 6/15,0000; 7/15,0000; 8/20,0000; 9/20,0000; 10/100,0000; 11/30,0000; 12/30,0000; 13/100,0000; 14/100,0000; 15/200,0000; 16/150,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/30,0000; 24/30,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 27/50,0000; 28/110,0000; 29/20,0000; 30/30,0000; 31/30,0000; 32/30,0000

1.96. MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.939.471/0001-24, com sede na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, na cidade de LACERDÓPOLIS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, HILÁRIO CHIAMOLERA:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/100,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/20,0000; 6/10,0000; 7/50,0000; 8/20,0000; 9/2,0000; 10/10,0000; 11/2,0000; 12/2,0000; 13/10,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/30,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/50,0000; 22/50,0000; 23/20,0000; 24/10,0000; 25/30,0000; 26/30,0000; 27/10,0000; 28/10,0000; 29/20,0000; 30/20,0000; 31/50,0000; 32/5,0000

1.97. MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.993.077/0001-16, com sede na R. VITÓRIA,503 - CENTRO, na cidade de LAJEADO GRANDE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ANDERSON ELIAS BIANCHI:

Item/Quantidade: 1/12,0000; 2/30,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/2,0000; 6/100,0000; 7/40,0000; 8/2,0000; 9/2,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/300,0000; 18/300,0000; 19/300,0000; 20/300,0000; 21/10,0000; 22/10,0000; 23/5,0000; 24/10,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/10,0000; 28/20,0000; 29/10,0000; 30/20,0000; 31/4,0000; 32/10,0000

1.98. MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.510.112/0001-80, com sede na RUA TAMANDARÉ,98 - CENTRO, na cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, FLAVIO LUIZ BENINI:

Item/Quantidade: 3/15,0000; 16/100,0000; 17/20,0000; 19/20,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 27/2,0000

1.99. MUNICÍPIO DE LONTRAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.665/0001-33, com sede na PÇA. HENRIQUE SCHROEDER,01 - CENTRO, na cidade de LONTRAS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, RUBENS ROBERTO DOS SANTOS:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/60,0000; 3/70,0000; 4/50,0000; 5/15,0000; 6/8,0000; 7/40,0000; 8/15,0000; 9/1,0000; 10/5,0000; 11/4,0000; 12/4,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/60,0000; 16/10,0000; 17/50,0000; 18/70,0000; 19/60,0000; 20/100,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/3,0000; 25/40,0000; 26/70,0000; 27/20,0000; 28/15,0000; 29/15,0000; 30/10,0000; 31/5,0000; 32/10,0000

1.100. MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.509.072/0001-56, com sede na R. VIDAL RAMOS,357 - CENTRO, na cidade de MAREMA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, MAURI DAL BELLO:

Item/Quantidade: 3/100,0000; 7/20,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/30,0000; 25/20,0000

1.101. MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na RUA 11 DE NOVEMBRO,2765 - CENTRO, na cidade de MASSARANDUBA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, MOACIR KASMIRSKI:

Item/Quantidade: 1/150,0000; 2/200,0000; 3/10,0000; 4/100,0000; 5/5,0000; 6/10,0000; 7/50,0000; 8/20,0000; 9/5,0000; 10/30,0000; 11/30,0000; 12/30,0000; 13/100,0000; 14/50,0000; 15/100,0000; 16/200,0000; 17/100,0000; 18/200,0000; 19/50,0000; 20/100,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 23/5,0000; 24/20,0000; 25/200,0000; 26/50,0000; 27/30,0000; 28/30,0000; 29/30,0000; 30/50,0000; 31/30,0000; 32/5,0000

1.102. MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.566/0001-51, com sede na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, na cidade de MATOS COSTA-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, DANUZA RODRIGUES:

Item/Quantidade: 1/200,0000; 2/200,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/200,0000; 6/200,0000; 7/200,0000; 8/200,0000; 9/200,0000; 10/200,0000; 11/200,0000; 12/200,0000; 13/200,0000; 14/200,0000; 15/200,0000; 16/200,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/200,0000; 20/200,0000; 21/200,0000; 22/200,0000; 23/200,0000; 24/200,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 27/200,0000; 28/200,0000; 29/200,0000; 30/200,0000; 31/200,0000; 32/200,0000

1.103. MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.996.104/0001-04, com sede na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, na cidade de MONTE CARLO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ALCIONE ROBERTO BUYNO:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/50,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/50,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/50,0000; 22/50,0000; 23/50,0000; 24/50,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/50,0000; 28/100,0000; 29/50,0000; 30/50,0000; 31/50,0000; 32/50,0000

1.104. MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.000.323/0001-02, com sede na RUA 20 DE MAIO,100 - CENTRO, na cidade de MORRO DA FUMAÇA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, EDUARDO SARTOR GUOLLO:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/12,0000; 3/12,0000; 4/12,0000; 5/2,0000; 6/2,0000; 7/12,0000; 8/2,0000; 9/6,0000; 10/2,0000; 11/2,0000; 12/2,0000; 13/6,0000; 14/6,0000; 15/12,0000; 16/2,0000; 17/6,0000; 18/6,0000; 19/6,0000; 20/6,0000; 21/2,0000; 22/2,0000; 23/2,0000; 24/2,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 27/2,0000; 28/2,0000; 29/2,0000; 30/2,0000; 31/2,0000; 32/2,0000

1.105. MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.855/0001-50, com sede na R. JOÃO EMÍLIO,100 - CENTRO, na cidade de NAVEGANTES-SC, representado por seu(ua) DIRETORA DE DEPARTAMENTO, ALESSANDRA CARLA DOS SANTOS:

Item/Quantidade: 3/100,0000

1.106. MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.840/0001-68, com sede na AV. FRANCISCO LOSINA,139 - CENTRO, na cidade de NOVA ERECHIM-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, IARA CRISTINA PERIN:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/10,0000; 3/120,0000; 4/30,0000; 5/12,0000; 6/12,0000; 7/60,0000; 8/20,0000; 9/4,0000; 10/20,0000; 11/5,0000; 12/20,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/20,0000; 16/20,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/6,0000; 22/6,0000; 23/2,0000; 24/5,0000; 25/50,0000; 26/20,0000; 27/20,0000; 28/20,0000; 29/5,0000; 30/10,0000; 31/20,0000; 32/3,0000

1.107. MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.131/0001-70, com sede na R. JOSÉ MAROCCO,1525 - CENTRO, na cidade de NOVA ITABERABA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, MARCIANO MAURO PAGLIARINI:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/100,0000; 3/100,0000; 4/100,0000; 5/50,0000; 6/50,0000; 7/50,0000; 8/50,0000; 9/2,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/30,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/5,0000; 24/1,0000; 25/50,0000; 26/10,0000; 27/10,0000; 28/10,0000; 30/20,0000; 31/10,0000; 32/5,0000

1.108. MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.326.066/0001-75, com sede na AV. VIDAL RAMOS JUNIOR,228 - CENTRO, na cidade de OTACÍLIO COSTA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, FABIANO BALDESSAR DE SOUZA:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/100,0000; 3/180,0000; 4/100,0000; 5/110,0000; 6/100,0000; 7/10,0000; 8/115,0000; 9/100,0000; 10/100,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/110,0000; 14/100,0000; 15/110,0000; 16/120,0000; 17/150,0000; 18/150,0000; 19/150,0000; 20/150,0000; 21/104,0000; 22/100,0000; 23/106,0000; 24/100,0000; 25/180,0000; 26/180,0000; 27/106,0000; 28/120,0000; 29/1,0000; 30/104,0000; 31/100,0000; 32/104,0000

1.109. MUNICÍPIO DE OURO VERDE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.913.031/0001-72, com sede na R. JOÃO MARIA CONRADO,425 - CENTRO, na cidade de OURO VERDE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, MOACIR MOTTIN:

Item/Quantidade: 3/50,0000; 4/60,0000; 7/40,0000; 8/4,0000; 16/45,0000; 17/85,0000; 18/30,0000; 19/15,0000; 20/15,0000; 22/20,0000; 23/1,0000; 25/25,0000; 26/25,0000; 27/9,0000; 28/4,0000

1.110. MUNICÍPIO DE PAIAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.614.376/0001-59, com sede na RUA GOIÁS,400 - CENTRO, na cidade de PAIAL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ADELMO LUIS BRAATZ:

Item/Quantidade: 3/40,0000; 17/40,0000; 25/12,0000; 26/12,0000

1.111. MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.610.566/0001-06, com sede na AV. ROBERTO HEMKMAIER,200 - CENTRO, na cidade de PALMEIRA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, SANDRO ALEX MASSELA:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 7/100,0000; 9/2,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/100,0000; 16/40,0000; 17/20,0000; 18/50,0000; 19/20,0000; 21/50,0000; 22/20,0000; 23/10,0000; 24/10,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 27/20,0000; 28/50,0000

1.112. MUNICÍPIO DE PERITIBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.815.085/0001-20, com sede na R. FREI BONIFÁCIO,63 - CENTRO, na cidade de PERITIBA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, PAULO JOSÉ DEITOS:

Item/Quantidade: 1/18,0000; 3/10,0000; 6/20,0000; 7/25,0000; 17/100,0000; 19/60,0000; 20/60,0000; 23/2,0000; 25/60,0000; 26/60,0000; 27/6,0000

1.113. MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.148/0001-69, com sede na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, na cidade de PINHEIRO PRETO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, MAURO NEI OSMARIN:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/50,0000; 3/100,0000; 7/30,0000; 8/2,0000; 13/3,0000; 14/23,0000; 17/70,0000; 18/20,0000; 19/70,0000; 24/20,0000; 25/30,0000; 26/30,0000; 27/4,0000; 28/10,0000; 32/2,0000

1.114. MUNICÍPIO DE PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.815.481/0001-58, com sede na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, na cidade de PIRATUBA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, VANDERLEI WEBER:

Item/Quantidade: 1/3,0000; 2/30,0000; 3/6,0000; 4/6,0000; 5/5,0000; 7/18,0000; 8/2,0000; 10/10,0000; 15/6,0000; 16/10,0000; 17/20,0000; 19/10,0000; 21/40,0000; 22/20,0000; 30/4,0000; 31/2,0000

1.115. MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.251/0001-04, com sede na RUA 15 DE NOVEMBRO,525 - CENTRO, na cidade de POMERODE-SC, representado por seu(ua) SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, MOACIR BAUMANN:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/10,0000; 3/10,0000; 4/10,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/10,0000; 9/10,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/10,0000; 14/10,0000; 15/10,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/200,0000; 19/30,0000; 20/500,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/5,0000; 24/10,0000; 25/10,0000; 26/50,0000; 27/20,0000; 28/10,0000; 30/10,0000; 31/10,0000; 32/10,0000

1.116. MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.575.812/0001-20, com sede na AV. GOVERNADOR CELSO RAMOS,2500 - CENTRO, na cidade de PORTO BELO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, JOEL ORLANDO LUCINDA:

Item/Quantidade: 3/50,0000; 13/2,0000; 24/6,0000

1.117. MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.681/0001-26, com sede na R. ANTÔNIO CARLOS THIESEN,74 - CENTRO, na cidade de POUSO REDONDO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, RAFAEL NEITZKE TAMBOZI:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/300,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/10,0000; 6/30,0000; 7/50,0000; 8/20,0000; 9/2,0000; 10/250,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/20,0000; 14/10,0000; 15/300,0000; 16/40,0000; 17/150,0000; 18/200,0000; 19/250,0000; 20/250,0000; 21/100,0000; 22/20,0000; 23/6,0000; 24/5,0000; 25/100,0000; 26/100,0000; 27/10,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/10,0000; 31/250,0000; 32/5,0000

1.118. MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.892.357/0001-96, com sede na PÇA. LEONARDO SELL,40 - CENTRO, na cidade de RANCHO QUEIMADO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, TIAGO SCHUTZ:

Item/Quantidade: 3/40,0000; 4/10,0000; 5/10,0000; 7/20,0000; 8/10,0000; 16/10,0000; 19/10,0000; 25/50,0000; 29/20,0000; 30/10,0000

1.119. MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.294/0001-23, com sede na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, na cidade de RIO DAS ANTAS-SC, representado por seu(ua) PREFEITA, GILVANE APARECIDA DE MORAES:

Item/Quantidade: 1/2,0000; 2/6,0000; 3/60,0000; 5/1,0000; 7/6,0000; 13/10,0000; 14/5,0000; 15/6,0000; 16/156,0000; 19/40,0000; 20/20,0000; 23/5,0000; 24/5,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/14,0000; 28/2,0000; 30/10,0000; 32/2,0000

1.120. MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.707/0001-36, com sede na R. 29 DE DEZEMBRO,70 - CENTRO, na cidade de RIO DO CAMPO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, VIDAL BALAK:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/500,0000; 3/250,0000; 4/250,0000; 8/100,0000; 13/20,0000; 14/50,0000; 15/150,0000; 16/200,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/100,0000; 22/100,0000; 25/250,0000; 26/250,0000; 27/200,0000; 28/100,0000; 30/100,0000; 32/50,0000

1.121. MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.806/0001-18, com sede na RUA NEREU RAMOS,205 - CENTRO, na cidade de RIO DOS CEDROS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, JORGE LUIZ STOLF:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 4/50,0000; 7/20,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 16/50,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 20/10,0000; 25/40,0000; 26/40,0000; 27/10,0000; 28/50,0000; 29/100,0000

1.122. MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.756/0001-79, com sede na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, 200 - CENTRO, na cidade de RIO NEGRINHO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, CAIO CESAR TREML:

Item/Quantidade: 1/72,0000; 3/3,0000; 4/3,0000; 5/2,0000; 6/2,0000; 7/3,0000; 8/1,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/4,0000; 16/10,0000; 17/7486,0000; 18/3788,0000; 24/1,0000; 25/50,0000; 26/10,0000; 27/1,0000; 31/4,0000; 32/1,0000

1.123. MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na R. JOÃO MARI, 55 - CENTRO, na cidade de RIQUEZA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, JULIANO LUIZ BORTOLANZA:

Item/Quantidade: 3/50,0000; 4/50,0000; 15/50,0000; 18/500,0000; 19/300,0000; 20/300,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 30/300,0000

1.124. MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na R. 12 DE OUTUBRO, 242 - CENTRO, na cidade de ROMELÂNDIA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, JUAREZ FURTADO:

Item/Quantidade: 3/100,0000; 7/100,0000; 8/10,0000; 13/5,0000; 15/2,0000; 16/100,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 23/2,0000; 25/50,0000; 29/30,0000

1.125. MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.353/0001-24, com sede na TRAVESSA DAS FLORES, 58 - CENTRO, na cidade de SALTO VELOSO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, NEREU BORGIA:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/35,0000; 3/35,0000; 4/25,0000; 5/15,0000; 6/25,0000; 7/25,0000; 8/25,0000; 9/3,0000; 10/25,0000; 11/15,0000; 12/15,0000; 13/25,0000; 14/25,0000; 15/15,0000; 16/7,0000; 17/25,0000; 18/55,0000; 19/55,0000; 20/25,0000; 21/55,0000; 22/10,0000; 23/4,0000; 24/8,0000; 25/25,0000; 26/25,0000; 27/15,0000; 28/25,0000; 29/15,0000; 30/25,0000; 31/25,0000; 32/7,0000

1.126. MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.926.593/0001-86, com sede na RUA 10 DE MAIO, 80 - CENTRO, na cidade de SANTA ROSA DE LIMA-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, SIUZETE VANDRESEN BAUMANN:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 3/70,0000; 4/10,0000; 7/5,0000; 8/5,0000; 10/50,0000; 13/5,0000; 14/10,0000; 15/10,0000; 16/5,0000; 17/20,0000; 18/30,0000; 19/20,0000; 21/5,0000; 22/5,0000; 23/2,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/5,0000; 28/10,0000; 30/5,0000; 32/5,0000

1.127. MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.951.323/0001-77, com sede na R. BRUNO PIECZARKA, 154 - CENTRO, na cidade de SANTA TEREZINHA-SC, representado por seu(ua) PREFEITA MUNICIPAL, VALQUIRIA SCHWARZ:

Item/Quantidade: 2/10,0000; 6/5,0000; 7/30,0000; 8/5,0000; 14/10,0000; 16/15,0000; 17/50,0000; 18/30,0000; 19/20,0000; 20/80,0000; 23/2,0000; 25/40,0000; 26/50,0000; 27/3,0000; 28/10,0000

1.128. MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 86.051.398/0001-00, com sede na R. JORGE LACERDA, 75 - CENTRO, na cidade de SÃO BENTO DO SUL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO:

Item/Quantidade: 1/5,0000; 3/2,0000; 4/23,0000; 5/1,0000; 6/3,0000; 7/4,0000; 10/50,0000; 13/7,0000; 16/8,0000; 17/10,0000; 18/150,0000; 19/150,0000; 20/50,0000; 21/5,0000; 25/120,0000; 26/110,0000; 27/5,0000; 28/2,0000; 29/50,0000; 30/1,0000

1.129. MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na RUA DEMÉTRIO LORENZ, 747 - CENTRO, na cidade de SÃO CARLOS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, DELTON PAULO BALBINOT:

Item/Quantidade: 1/5,0000; 3/150,0000; 16/50,0000; 19/10,0000; 28/8,0000; 30/5,0000

1.130. MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.261/0001-27, com sede na R. JUVENTINO FRANÇA DE MORAES,19 - CENTRO, na cidade de SÃO CRISTÓVÃO DO SUL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, JAIME CESCA:

Item/Quantidade: 1/50,0000; 2/10,0000; 4/100,0000; 6/5,0000; 7/100,0000; 9/5,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/50,0000; 16/20,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/50,0000; 23/5,0000; 24/5,0000; 25/50,0000; 26/20,0000; 27/30,0000; 28/20,0000; 29/20,0000; 30/10,0000; 31/10,0000; 32/5,0000

1.131. MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com sede na PÇA. DEP. WALTER VICENTE GOMES,89 - CENTRO, na cidade de SÃO JOÃO BATISTA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DANIEL RONGALIO:

Item/Quantidade: 1/150,0000; 2/150,0000; 3/300,0000; 4/250,0000; 5/50,0000; 6/30,0000; 7/80,0000; 8/30,0000; 9/20,0000; 10/20,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/100,0000; 14/360,0000; 15/290,0000; 16/205,0000; 17/50,0000; 18/200,0000; 19/200,0000; 20/200,0000; 21/80,0000; 22/80,0000; 23/15,0000; 24/25,0000; 25/70,0000; 26/50,0000; 27/40,0000; 28/152,0000; 29/102,0000; 30/60,0000; 31/20,0000; 32/52,0000

1.132. MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.911.936/0001-03, com sede na R. ENCANTADO,66 - CENTRO, na cidade de SÃO JOÃO DO OESTE-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CLAUDIR RAUBER:

Item/Quantidade: 3/30,0000; 4/30,0000; 5/20,0000; 7/20,0000; 8/30,0000; 13/15,0000; 14/15,0000; 15/48,0000; 16/20,0000; 17/50,0000; 18/50,0000; 19/50,0000; 20/40,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/1,0000; 24/2,0000; 25/50,0000; 26/40,0000; 27/8,0000; 28/20,0000; 30/30,0000; 32/2,0000

1.133. MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,789 - CENTRO, na cidade de SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI:

Item/Quantidade: 9/10,0000

1.134. MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na R. MARECHAL CASTELO BRANCO,3201 - CENTRO, na cidade de SCHROEDER-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, JAIR BRIDAROLI:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 3/50,0000; 4/55,0000; 5/10,0000; 7/55,0000; 8/5,0000; 9/15,0000; 10/5,0000; 11/5,0000; 12/5,0000; 13/5,0000; 14/1,0000; 15/55,0000; 16/30,0000; 17/50,0000; 18/15,0000; 19/50,0000; 20/10,0000; 21/100,0000; 24/5,0000; 25/35,0000; 26/30,0000; 27/15,0000; 30/50,0000; 31/5,0000

1.135. MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede na AV. ANITA GARIBALDI,371 - CENTRO, na cidade de SEARA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, GILBERTO DE MORAES GONÇALVES:

Item/Quantidade: 4/400,0000; 5/10,0000; 7/100,0000; 8/5,0000; 14/50,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/400,0000

1.136. MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.999/0001-01, com sede na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, na cidade de TANGARÁ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, ALDAIR BIASIOLO:

Item/Quantidade: 8/2,0000; 13/2,0000; 14/2,0000; 16/4,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 24/20,0000; 25/50,0000; 26/50,0000; 32/2,0000

1.137. MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.764/0001-15, com sede na AVENIDA GETÚLIO VARGAS,700 - CENTRO, na cidade de TIMBÓ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, FLÁVIO GERMANO BUZZI :

Item/Quantidade: 16/4,0000; 17/10,0000

1.138. MUNICÍPIO DE TREVISÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.614.019/0001-90, com sede na AV. PROF. JOSÉ ABATTI, 258 - CENTRO, na cidade de TREVISÓ-SC, representado por seu(ua) PREFEITO MUNICIPAL, LUCIANO RUBENS MIOTELLI:

Item/Quantidade: 3/50,0000; 4/50,0000; 7/10,0000; 15/5,0000; 17/10,0000; 18/15,0000; 19/15,0000; 20/20,0000; 21/8,0000; 23/1,0000; 25/20,0000; 26/8,0000; 27/8,0000; 28/4,0000; 30/8,0000

1.139. MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.777.251/0001-41, com sede na PÇA. MINISTRO ANDREAS THALER, 25 - CENTRO, na cidade de TREZE TÍLIAS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, ARMINDO ANSILIERO JUNIOR:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/5,0000; 3/15,0000; 4/15,0000; 5/5,0000; 6/5,0000; 7/10,0000; 8/2,0000; 10/5,0000; 13/5,0000; 14/10,0000; 16/20,0000; 17/5,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/10,0000; 23/1,0000; 25/10,0000; 26/10,0000; 28/20,0000; 29/10,0000; 30/1,0000; 31/20,0000; 32/1,0000

1.140. MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.731/0001-75, com sede na PÇA. ARTUR SIEWERDT, 01 - CENTRO, na cidade de TROMBUDO CENTRAL-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, MARLON GOEDE:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/10,0000; 3/400,0000; 4/400,0000; 5/15,0000; 7/70,0000; 9/20,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/15,0000; 17/1200,0000; 18/1900,0000; 19/2000,0000; 20/2000,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 24/10,0000; 25/350,0000; 26/640,0000; 27/60,0000; 30/30,0000; 32/10,0000

1.141. MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na R. JOÃO CASTILHO, 111 - CENTRO, na cidade de TUNÁPOLIS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, MARINO JOSÉ FREY:

Item/Quantidade: 1/5,0000; 3/20,0000; 4/10,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/10,0000

1.142. MUNICÍPIO DE TURVO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede na R. NEREU RAMOS, 588 - CENTRO, na cidade de TURVO-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, HERIBERTO AFONSO SCHMIDT:

Item/Quantidade: 1/500,0000; 2/50,0000; 3/200,0000; 4/200,0000; 5/30,0000; 6/30,0000; 7/30,0000; 8/30,0000; 13/20,0000; 14/20,0000; 15/60,0000; 16/60,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/200,0000; 20/200,0000; 21/200,0000; 22/200,0000; 23/1,0000; 25/200,0000; 26/200,0000; 27/2,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/30,0000

1.143. MUNICÍPIO DE URUBICI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.843.582/0001-32, com sede na PÇA. FRANCISCO PEREIRA SOUZA, 53 - CENTRO, na cidade de URUBICI-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, LEANDRO DE SOUZA CORREA:

Item/Quantidade: 3/120,0000; 4/100,0000; 5/14,0000; 7/30,0000; 8/15,0000; 13/45,0000; 14/20,0000; 15/5,0000; 16/127,0000; 17/25,0000; 18/35,0000; 19/35,0000; 20/45,0000; 25/50,0000; 28/20,0000

1.144. MUNICÍPIO DE URUSSANGA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.930.181/0001-10, com sede na PRAÇA DA BANDEIRA, 12 - CENTRO, na cidade de URUSSANGA-SC, representado por seu(ua) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, VANIO COMIN:

Item/Quantidade: 1/100,0000; 2/200,0000; 3/100,0000; 4/50,0000; 5/30,0000; 7/20,0000; 8/30,0000; 9/4,0000; 10/30,0000; 11/20,0000; 12/20,0000; 13/50,0000; 14/50,0000; 15/100,0000; 16/200,0000; 17/200,0000; 18/200,0000; 19/100,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/20,0000; 24/35,0000; 25/50,0000; 26/30,0000; 28/30,0000; 29/170,0000; 32/4,0000

1.145. MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.376/0001-34, com sede na AV. JORGE LACERDA, 1180 - CENTRO, na cidade de VIDAL RAMOS-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, LAÉRCIO DA CRUZ:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 2/20,0000; 3/20,0000; 4/20,0000; 5/20,0000; 6/20,0000; 7/20,0000; 8/20,0000; 17/100,0000; 18/100,0000; 19/100,0000; 20/100,0000; 21/20,0000; 22/20,0000; 23/20,0000; 25/30,0000; 26/30,0000; 28/30,0000; 29/20,0000; 30/20,0000

1.146. MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, na cidade de VIDEIRA-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, WILMAR CARELLI:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/10,0000; 3/50,0000; 5/10,0000; 6/5,0000; 7/10,0000; 8/20,0000; 9/10,0000; 10/10,0000; 11/10,0000; 12/10,0000; 13/15,0000; 14/15,0000; 15/10,0000; 16/10,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/15,0000; 21/30,0000; 22/30,0000; 23/2,0000; 24/50,0000; 25/50,0000; 26/30,0000; 27/40,0000; 28/10,0000; 29/10,0000; 30/20,0000; 31/10,0000; 32/4,0000

1.147. MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.372.520/0001-85, com sede na R. SANTA CATARINA,1122 - CENTRO, na cidade de VITOR MEIRELES-SC, representado por seu(ua) PREFEITO, MARCELO DAROLT:

Item/Quantidade: 1/30,0000; 2/10,0000; 3/50,0000; 4/20,0000; 5/2,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/3,0000; 9/3,0000; 10/10,0000; 11/5,0000; 12/5,0000; 13/2,0000; 14/4,0000; 15/10,0000; 16/20,0000; 17/10,0000; 18/10,0000; 19/10,0000; 20/50,0000; 21/10,0000; 22/5,0000; 23/1,0000; 24/1,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 27/10,0000; 28/5,0000; 29/3,0000; 30/5,0000; 31/3,0000; 32/3,0000

1.148. SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 30.753.960/0001-93, com sede na R MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, na cidade de VIDEIRA-SC, representado por seu(ua) DIRETOR PRESIDENTE, FERNANDO ROBERTO TAFFAREL FÁVERO:

Item/Quantidade: 2/20,0000; 3/30,0000; 4/20,0000; 7/5,0000; 13/5,0000; 14/5,0000; 15/30,0000; 16/10,0000; 18/60,0000; 19/30,0000; 20/20,0000; 23/1,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 32/1,0000

1.149. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPARGAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.636.028/0001-84, com sede na R RUA JOAO VIEIRA,138 - SANTA TEREZINHA, na cidade de GASPARGAR-SC, representado por seu(ua) DIRETOR PRESIDENTE, CICERO GIOVANE AMARO:

Item/Quantidade: 1/10,0000; 3/300,0000; 4/300,0000; 5/12,0000; 7/30,0000; 8/25,0000; 9/50,0000; 10/50,0000; 11/50,0000; 12/50,0000; 13/30,0000; 14/50,0000; 15/60,0000; 16/25,0000; 17/120,0000; 18/80,0000; 19/80,0000; 20/80,0000; 23/4,0000; 24/12,0000; 25/150,0000; 26/150,0000; 27/6,0000; 32/12,0000

1.150. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 84.438.381/0001-85, com sede na RUA ERWINO MENEGOTTI,478 - CHICO DE PAULO, na cidade de JARAGUÁ DO SUL-SC, representado por seu(ua) DIRETOR PRESIDENTE, ONÉSIMO JOSÉ SELL:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/20,0000; 3/300,0000; 4/200,0000; 5/150,0000; 6/20,0000; 7/100,0000; 8/50,0000; 9/50,0000; 10/200,0000; 11/100,0000; 12/100,0000; 13/50,0000; 14/500,0000; 15/200,0000; 16/30,0000; 17/3000,0000; 18/3000,0000; 19/2000,0000; 20/500,0000; 21/2000,0000; 22/100,0000; 24/50,0000; 25/200,0000; 26/50,0000; 28/100,0000; 30/10,0000; 31/50,0000; 32/50,0000

1.151. SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JAGUARUNA , pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.702.879/0001-88, com sede na RUA LAGUNA,235, SALA - CENTRO, na cidade de JAGUARUNA-SC, representado por seu(ua) DIRETORA, ANA PAULA NANDI TRICHES:

Item/Quantidade: 1/20,0000; 2/50,0000; 3/25,0000; 4/25,0000; 5/10,0000; 6/10,0000; 7/10,0000; 8/15,0000; 10/10,0000; 14/2,0000; 15/7,0000; 16/5,0000; 17/15,0000; 18/10,0000; 19/50,0000; 20/100,0000; 22/30,0000; 25/20,0000; 26/20,0000; 28/10,0000; 29/5,0000

1.152. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 84.591.890/0001-43, com sede na RUA TIRADENTES ,123 - CENTRO, na cidade de JOAÇABA-SC, representado por seu(ua) AUXILIAR ADMINISTRATIVA, PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN:

Item/Quantidade: 8/6,0000; 9/10,0000; 16/100,0000; 24/10,0000; 25/100,0000; 26/30,0000; 27/10,0000; 30/10,0000; 32/10,0000

2. TOTAL DO QUANTITATIVO ESTIMADO PARA CONSUMO:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	14993	UNIDADE	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27108)
2	15284	UNIDADE	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO COM ELÁSTICOS NA CINTURA E TORNOZELO, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27109)
3	16439	PAR	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE AÇO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENTIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27110)
4	13748	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE CONFORMAÇÃO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENTIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN25076)
5	3576	UNIDADE	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO III (SEM ABA), CLASSE A, CASCO COM VENTILAÇÃO, CARNEIRA COM REGULAGEM, TIRA (JUGULAR) AJUSTÁVEL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27111)
6	3316	UNIDADE	CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E/OU PROCESSOS SIMILARES, MODELO ÁRABE, FECHAMENTO FRONTAL EM VELCRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27112)
7	9703	UNIDADE	CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO, TIPO PESCADOR, CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, BOTÕES DE PRESSÃO NAS LATERAIS DAS ABAS, TAMANHO ÚNICO ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27113)
8	4784	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE CAPACETE DE SEGURANÇA, PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, PROTETOR FACIAL EM TELA E SUPORTE (SLOT). POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PARA CAPACETE E PROTETOR AUDITIVO. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27114)
9	2114	CONJUNTO	CONJUNTO COMPOSTO DE RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO FACIAL INTEIRA REUTILIZÁVEL COM UM PAR DE FILTROS COMPATÍVEIS COM O RESPIRADOR. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE FILTROS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE FILTRO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27115)
10	6126	UNIDADE	FILTRO MECÂNICO CLASSE P2S PARA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS. MODELO DE REFERÊNCIA 5N11. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27116)
11	3132	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA E METILAMINAS. MODELO DE REFERÊNCIA M6000 ABEK1. COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR FACIAL JUPITER DELTA PLUS. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN27117)
12	2864	PAR	FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1. MODELO DE REFERÊNCIA 6003. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27118)
13	4546	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR PRETA. TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27119)
14	5161	ROLO	FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR ZEBRADA, TAMANHO 50MM X 20M. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27120)
15	10199	UNIDADE	JAQUETA (BLUSÃO) DE CHUVA CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURADA POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, NO MÍNIMO 3(TRÊS) TAMANHOS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27121)

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://www.cincatarina.sc.gov.br/assinaturas/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a0a6c.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE https://c.ipm.com.br/p830447c9586a1.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
16	11700	UNIDADE	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTÔNOMA DE 60 LEDS DE AUTOBRILHO, BIVOLT, BATERIA DE LÍTIO. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27122)
17	50189	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, CANO LONGO, SEM REVESTIMENTO INTERNO, PALMA ANTIDERRAPANTE, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO NO MÍNIMO PARA TAMANHOS ACIMA DE P. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27123)
18	33515	PACOTE	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX E NEOPRENE NA PALMA E DORSO, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27124)
19	21722	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, REVESTIMENTO EXTERNO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) E ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA REGIÃO PALMAR. DISPONÍVEL NOS COMPRIMENTOS DE 26CM, 35CM e 45CM, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27125)
20	23512	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER, FACE PALMAR COM PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO OVERLOQUE. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27126)
21	21341	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER. ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHOS E TORNOZELOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27127)
22	7764	UNIDADE	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, BOTÕES DE PRESSÃO OU VELCRO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E XG, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27128)
23	1466	UNIDADE	MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO/POLIAMIDA, CARNEIRA AJUSTÁVEL FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO COM APARADOR DE SUOR, BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL ATRAVÉS DE CÉLULA SOLAR, CONTROLE MANUAL DE TONALIDADE DE 4/9-13. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27129)
24	2557	UNIDADE	MOSQUETÃO EM ALUMÍNIO. FORMATO "D", COM TRAVA DE ROSCA E SISTEMA KEYLOCK DE GATILHO, ABERTURA DE GATILHO DE NO MÍNIMO 22MM, CARGA DE RUPTURA DE NO MÍNIMO 25KN. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27130)
25	16246	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS EM UMA ÚNICA PEÇA DO MESMO MATERIAL DO VISOR E FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27131)
26	14115	UNIDADE	ÓCULOS DE SEGURANÇA TIPO SOBREPOSIÇÃO DE ARMAÇÃO E LENTE DE PROTEÇÃO CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO, HASTES TIPO ESPÁTULA DO MESMO MATERIAL COM PROTEÇÃO LATERAL E SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27132)
27	5968	PAR	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, FECHAMENTO POR COSTURA DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHOS PLÁSTICOS OU VELCRO. MÍNIMO DE TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27133)
28	4399	UNIDADE	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO CAVALETE DUPLO "PERIGO! AFASTE-SE" EM AMBAS AS FACES, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO OU POLIPROPILENO. TAMANHO MÍNIMO 400MM X 300MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27134)

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://www.cincatarina.sc.gov.br/assinamentos/4e9e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a0a6c.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE https://c.ipm.com.br/p830447c9586a1.



ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
29	4170	UNIDADE	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA INFANTIL, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICO REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE ESPUMA NAS LATERAIS E NO INTERIOR, HASTE ALMOFADADA, AJUSTÁVEL, NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 22dB. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27135)
30	8241	UNIDADE	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) COMPOSTO DE COROA DE MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, VISOR INCOLOR E CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO REGULÁVEL ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES PRESO À COROA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS DO VISOR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, DISPONIBILIZADO NO MÍNIMO OS TAMANHOS 6" E 8". NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27136)
31	5871	UNIDADE	RETENTOR PLÁSTICO MODELO 501 PARA USO COMBINADO DE FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. COMPATÍVEL COM O FILTRO 5N1. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27137)
32	2592	UNIDADE	TRAVA-QUEDAS EM AÇO CARBONO PARA CORDA 12MM, PROLONGADOR EM FITA POLIÉSTER, DUPLO TRAVAMENTO NO CORPO, CONECTOR CLASSE T EM AÇO E ABERTURA MÍNIMA DE 17MM. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN27138)

Obs.: O quantitativo acima, como preleciona as normas sobre Sistema de Registro de Preço, representa uma mera expectativa de contratação, não vinculando a administração à sua efetivação.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse portal.cincatarina.sc.gov.br/portal/assinaturas/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a0a6c.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.cipm.com.br/p830447c9586a1>.



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse portal.cincatarina.sc.gov.br/portal/assinaturas/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a0a6c.

ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V
do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ <DATA> _____

Diretor ou representante legal
CPF nº:

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse
cincatarina.sc.gov.br/assinamentos/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://cincatarina.sc.gov.br/assinamentos/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Observação: Os licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensados do cumprimento da reserva de cargos descrito nesta declaração, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

____<CIDADE>_____ (UF), ____<DATA>_____

Assinatura do representante da empresa



ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

____<CIDADE>_____ (UF), ____<DATA> _____

Assinatura do representante da empresa

ANEXO XIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC..../2025.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0010/2025-e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0015/2025
REGISTRO DE PREÇOS**

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e vinte e cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. André Luiz de Oliveira, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a União, Estado de Santa Catarina e os Municípios de: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitópolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabitã, Araranguá, Araruama, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guaramirim, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaipópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontas, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Paineira, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Saletê, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tilias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta, os órgãos ou entidade cooperadas, mediante convênio aprovado por lei, doravante denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES**, do Sistema de Registro de Preços e passam a integrar a Ata de Registro de Preços após manifestação RESOLVEM Registrar os Preços das empresas: pessoa jurídica de direito privado, situada na nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Resolução nº 186, de 21 de setembro de 2022, Resolução nº 0209, de 31 de outubro de 2022, Resolução nº 226, de 27 de novembro de 2023, Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Inovação e Modernização na Gestão Pública

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO/VALIDADE/GARANTIA

3.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.1.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.1.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.2.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

3.3 – O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como

regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

3.4 - Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **3 (três) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

3.5 - No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.

3.6 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta Ata, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

4.1.3 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.1.3.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

4.1.3.2 – Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

4.1.4 – Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ATA, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital e da cláusula nona, desta ata.

4.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula sexta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br;
- manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA;
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.
- emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos.
- a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.
- Respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA, Resolução nº 226/2023.

5.2 – Será de responsabilidade do Órgão Participante:

- pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- indicar prepostos para contato com os responsáveis da fornecedora;
- cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- demais disposições contidas nesta ata e na lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- advertência;
- impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**;
- por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCATARINA ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCATARINA deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

7.2 – O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 8º, inciso XIII, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

7.3 – A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

7.4 – Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

7.5 – Em conformidade com o art. 14, inciso VII, da Resolução n. 105/2022 do CINCATARINA, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 186/2022, do CINCATARINA ou outra que vier a substituir.

9.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – tiver presentes razões de interesse público;
- V – sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI – for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII – não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

10.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e seguintes.

11.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0010/2025-e, Pregão, na Forma Eletrônica Nº 0015/2025, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

13.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será do dia ... de ... de 2025 ao dia 06 de dezembro de 2025.

13.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13.3 – O prazo de vigência para a execução dos contratos (autorizações de fornecimento) decorrentes desta Ata de Registro de Preços será idêntico ao prazo de entrega do bem.

13.3.1 – O prazo de vigência do contrato (autorização de fornecimento) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

13.3.2 – O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de entrega do bem, e a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

13.3.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

15.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

15.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO

16.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por

conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
..	..	..	..	..	..	..

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

18.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total
..	..	..
Total Global (R\$)		

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

20.1 – Aplicam-se à execução desta Ata e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

ANEXO XIV**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT25CIN....****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0010/2025 - e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0015/2025
REGISTRO DE PREÇOS**

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e vinte cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. André Luiz de Oliveira, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a União, Estado de Santa Catarina e os Municípios de: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabitã, Araquari, Aranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guaramirim, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontas, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Paineira, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Saletê, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tilias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta, os órgãos ou entidade cooperadas, mediante convênio aprovado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, do Sistema de Registro de Preços, e passam a integrar a Ata de Registro de Preços após manifestação, **RESOLVEM** Registrar os Preços das empresas: pessoa jurídica de direito privado, situada na nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Resolução nº 0186, de 21 de setembro de 2022, Resolução nº 0209, de 31 de outubro de 2022, Resolução nº 226, de 27 de novembro de 2023, Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos casos omissos.

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://www.cincatarina.sc.gov.br/assinaturas/4e9e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://cjm.com.br/p830447c9586a1.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO/VALIDADE/GARANTIA

3.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.1.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.1.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficarà sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.2.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

3.3 – O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados

estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

3.4 - Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **3 (três) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

3.5 - No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.

3.6 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta Ata, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

4.1.3 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.1.3.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

4.1.3.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

4.1.4. - Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ATA, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital e da cláusula nona, desta ata.

4.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula sexta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA;
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- i) emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;
- j) a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.
- k) Respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA, Resolução nº 226/2023.

5.2 – Será de responsabilidade do órgão participante:

- a) pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- b) fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) indicar prepostos para contato com os responsáveis da FORNECEDORA;
- d) cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- e) demais disposições contidas nesta ata e na lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**;
- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCATARINA ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCATARINA deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

7.2 – O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 8º, inciso XIII, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

7.3 – A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

7.4 – Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

7.5 – Em conformidade com o art. 14, inciso VII, da Resolução n. 105/2022 do CINCATARINA, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 0186/2022, do CINCATARINA ou outra que vier a substituir.

9.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – tiver presentes razões de interesse público;
- V – sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI – for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII – não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

10.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e seguintes.

11.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0010/2025-e, Pregão, na Forma Eletrônica Nº 0015/2025, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

13.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será do dia ... de ... de 2025 ao dia 06 de dezembro de 2025.

13.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13.3 – O prazo de vigência para a execução dos contratos (autorizações de fornecimento) decorrentes desta Ata de Registro de Preços será idêntico ao prazo de entrega do bem.

13.3.1 – O prazo de vigência do contrato (autorização de fornecimento) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

13.3.2 – O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de entrega do bem, e a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

13.3.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

15.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

15.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO

16.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por

conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
..	..	..	..	..	..

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

18.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.:;;;;;;;;;
.....;.....;.....;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

20.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços.

Florianópolis (SC), .../...../ 2025

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo do CINCATARINA
Órgão Gerenciador

Fornecedor

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

ANEXO XV

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE Nº
ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT25CIN....**

ÓRGÃO GERENCIADOR:
ÓRGÃO PARTICIPANTE:
FORNECEDOR:
CNPJ DO FORNECEDOR:
OBJETO:
VIGÊNCIA:
PRAZO DE ENTREGA:
VINCULAÇÃO:

O ÓRGÃO PARTICIPANTE,, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº., neste ato representado pelo (a), através desta manifestação concordamos com o processo administrativo licitatório vinculado e passamos a integrar a Ata de Registro de Preços acima, aprovando os seus termos, sendo permitida a utilização do registro de preços, a partir da sua assinatura, servindo o presente documento como comprovação para os fins legais.

Fica previamente autorizado o Órgão Gerenciador processar, autorizar e formalizar o remanejamento interno de itens entre os Órgãos Participantes, com a redução ou acréscimo do quantitativo inicialmente informado na Intenção de Registro de Preços - IRP, cooperando para atendimento das necessidades dos demais Órgãos Participantes.

Através da presente manifestação ficamos cientificados que a contratação deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, sendo de total autonomia e responsabilidade deste Órgão Participante o momento a justificativa e vantajosidade da contratação, observadas a disponibilidade orçamentária e prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

Fica autorizado o Órgão Gerenciador a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Órgão Participante.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a esta Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

E por estar compromissado, assina a presente manifestação.

..... (SC),/...../ 2025

ÓRGÃO PARTICIPANTE
Assinatura

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

ANEXO XVI

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27108**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA)

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Avental de segurança confeccionado em PVC com forro. Utilizado para proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Confeccionado em PVC;

1.2.2. Forro de poliéster ou misto de algodão;

1.2.3. Tiras de ajuste costuradas por solda eletrônica;

1.2.4. Sem componentes metálicos;

1.2.5. Tamanho: 1,20cmx60 +/-10cm;

1.2.6. Cor: Branco, amarelo ou preto;

1.2.7. A cor será informada na Autorização de Fornecimento (AF).

1.2.8. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27109

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO COM ELÁSTICOS NA CINTURA E TORNOZELO, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Calça de segurança confeccionada em filme de polietileno, elásticos na cintura e tornozelo, sem componentes metálicos. Utilizado para proteção das pernas do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água.
- 1.2. Características mínimas:
- 1.2.1. Confeccionada em Filme de Polietileno
 - 1.2.2. Com elásticos na cintura e tornozelo;
 - 1.2.3. Sem componentes metálicos;
 - 1.2.4. Tamanho: Único;
 - 1.2.5. Cor: Incolor;
 - 1.2.6. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27110

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE AÇO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Calçado de segurança tipo Botina confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico lateral, palmilha em material sintético, biqueira de aço, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante. Utilizado para proteção dos pés do usuário contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e contra agentes abrasivos e escoriantes.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em couro curtido ao cromo;
- 1.2.2. Fechamento em elástico lateral;
- 1.2.3. Palmilha em material sintético montada pelo sistema Strobel;
- 1.2.4. Biqueira de aço;
- 1.2.5. Solado em Poliuretano Bidensidade Antiderrapante;
- 1.2.6. Cor: Preto
- 1.2.7. Tamanho: 35 ao 45
- 1.2.8. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.9. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN25076

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA EM MATERIAL SINTÉTICO, BIQUEIRA DE CONFORMAÇÃO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 A 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Calçado ocupacional tipo botina confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em cadarço, palmilha em material sintético, biqueira de conformação, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante. Utilizado para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Tipo: Botina;
- 1.2.2. Confeccionada em couro curtido ao cromo;
- 1.2.3. Fechamento em cadarço;
- 1.2.4. Palmilha em material sintético montada pelo sistema strobel;
- 1.2.5. Biqueira de conformação;
- 1.2.6. Solado em Poliuretano Bidensidade Antiderrapante;
- 1.2.7. Cor: Preto;
- 1.2.8. Tamanho: 35 ao 45;
- 1.2.9. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.10. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27111

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO III (SEM ABA), CLASSE A, CASCO COM VENTILAÇÃO, CARNEIRA COM REGULAGEM, TIRA (JUGULAR) AJUSTÁVEL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Capacete de segurança, Tipo III (Sem Aba), Classe A. Utilizado para proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Tipo III, Sem Aba, Classe A;
- 1.2.2. Casco de Polietileno de alta densidade ou ABS;
- 1.2.3. Casco com sistema de ventilação;
- 1.2.4. Carneira com ajuste;
- 1.2.5. Jugular ajustável;
- 1.2.6. Suporte para lanterna;
- 1.2.7. Cor: Branco, Vermelho, Amarelo;
- 1.2.8. A cor será informada na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.9. Deve apresentar Certificação INMETRO,
- 1.2.10. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27112

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E/OU PROCESSOS SIMILARES, MODELO ÁRABE, FECHAMENTO FRONTAL EM VELCRO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Capuz de segurança modelo árabe. Utilizado para proteção do crânio e pescoço do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Modelo árabe;
 - 1.2.2. Confeccionado em tecido;
 - 1.2.3. Tamanho único;
 - 1.2.4. Fechamento frontal em velcro
 - 1.2.5. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27113**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO, TIPO PESCADOR, CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, BOTÕES DE PRESSÃO NAS LATERAIS DAS ABAS, TAMANHO ÚNICO.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Chapéu operacional modelo australiano. Utilizado para proteção da cabeça e pescoço.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Modelo Australiano tipo pescador;
 - 1.2.2. Confeccionado em material 100% Poliéster;
 - 1.2.3. Tamanho único;
 - 1.2.4. Protetor de nuca;
 - 1.2.5. Cordão regulador para ajuste;
 - 1.2.6. Botões de pressão nas laterais das Abas.

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27114

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CONJUNTO COMPOSTO DE CAPACETE DE SEGURANÇA, PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, PROTETOR FACIAL EM TELA E SUPORTE (SLOT). POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) PARA CAPACETE E PROTETOR AUDITIVO.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Conjunto composto por capacete de segurança, protetor auditivo tipo concha com atenuação mínimo de 12db, constituído por duas conchas acopladas ao capacete; e protetor facial em tela com orifícios nas extremidades para acoplar o suporte slot. Utilizado para proteção da cabeça contra impactos de objetos sobre crânio e contra choques elétricos, proteção da face contra impactos de partículas volantes e proteção do sistema auditivo.

1.2. Características mínimas - CAPACETE:

- 1.2.1. Aba Frontal;
- 1.2.2. Casco injetado de Polietileno;
- 1.2.3. Suspensão com regulagem de tamanho;
- 1.2.4. Tira absorvedora de suor;
- 1.2.5. Jugular com regulagem de tamanho;
- 1.2.6. Fendas laterais;
- 1.2.7. Deve atender a Norma ABNT NBR 8221:2019 Classe B;
- 1.2.8. Deve apresentar Certificação INMETRO;
- 1.2.9. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

1.3. Características mínimas - PROTETOR AUDITIVO:

- 1.3.1. Tipo Concha;
- 1.3.2. Constituído por 2(duas) conchas confeccionadas em plástico revestidas com almofadas de espumas nas laterais e no interior;
- 1.3.3. Hastes em plástico;
- 1.3.4. Encaixe nas fendas laterais do capacete;
- 1.3.5. Nível de atenuação mínimo de 12dB;
- 1.3.6. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

1.4. Características mínimas – PROTETOR FACIAL

- 1.4.1. Composto de tela em aço, plástico ou nylon;

1.5. Características mínimas – SUPORTE (SLOT)

- 1.5.1. Suporte para acoplar Protetor Auditivo tipo concha e Protetor Facial em tela;

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27115

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: CONJUNTO COMPOSTO DE RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO FACIAL INTEIRA REUTILIZÁVEL COM UM PAR DE FILTROS COMPATÍVEIS COM O RESPIRADOR. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE FILTROS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE FILTRO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Conjunto composto de respirador purificador de ar tipo facial inteira reutilizável com um par de filtros compatíveis com a respirador. Proteção das vias respiratórias do usuário contra a inalação de partículas sólidas quando utilizado com filtros mecânicos ou combinados, e contra gases e vapores quando utilizado com filtros químicos ou combinados.

1.2. Características mínimas – RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR FACIAL INTEIRA:

- 1.2.1. Tipo facial Inteira;
- 1.2.2. Material: Borracha Termoplástica, Elastômero ou silicone
- 1.2.3. Visor em material plástico transparente com amplo campo de visão;
- 1.2.4. Suspensão com mínimo 4 (quatro) pontos de ajustes;
- 1.2.5. Conexão filtro (compatível com o respirador) baioneta ou rosca;
- 1.2.6. Deverá ser fornecido catálogo de filtros;
- 1.2.7. O tipo do filtro será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.8. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

1.3. Características mínimas - FILTRO:

- 1.3.1. Um par de filtro com conexão compatível com o modelo do respirador;
- 1.3.2. Devem ser disponibilizados no mínimo os seguintes tipos de filtros:

Filtros Químicos Classe 1:

Filtros para partículas:

Filtros combinados:

- 1.3.3. O tipo de filtro será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.3.4. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. VALIDADE

- 3.1. Validade do respirador facial de 54 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27116

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: FILTRO MECÂNICO CLASSE P2S PARA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS. MODELO DE REFERÊNCIA 5N11. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Filtro Mecânico Classe P2S modelo 5N11 para poeiras, névoas não oleosas e fumos. Utilizado para proteção das vias respiratórias.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Composto por não tecido de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente;
 - 1.2.2. Uso conjunto com o retentor modelo 501;
 - 1.2.3. O filtro deve ser compatível com respiradores faciais 3M;

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27117

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: FILTRO QUÍMICO PARA MULTIGASES, VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA E METILAMINAS. MODELO DE REFERÊNCIA M6000 ABEK1. COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR FACIAL JUPITER DELTA PLUS.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Par de filtro químico ABEK1 para multigases, vapores orgânicos, gases ácidos, amônia e metilaminas. Utilizado para proteção das vias respiratórias.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Par de Filtro Químico M6000 ABEK1;
 - 1.2.2. Confeccionado em ABS e preenchido com carvão ativado granulado;
 - 1.2.3. Conexão Baioneta;
 - 1.2.4. O filtro deve ser compatível com respirador Jupiter Delta Plus.

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27118

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CLASSE 1. MODELO DE REFERÊNCIA 6003. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES FACIAIS 3M.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Cartucho químico para vapores orgânicos e gases ácidos Classe 1. Utilizado para proteção das vias respiratórias.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Par de Filtro Químico modelo 6003;
 - 1.2.2. Confeccionado em cartucho plástico composto por carvão ativado granulado;
 - 1.2.3. Conexão Baioneta;
 - 1.2.4. O filtro deve ser compatível com respiradores faciais 3M;

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27119

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR PRETA. TAMANHO 50MM X 20M.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Fita de segurança adesiva antiderrapante preta. Utilizado para evitar acidentes como quedas e escorregões em escadas, pisos lisos e rampas.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Confeccionado em PVC ou Poliéster com grãos abrasivos;

1.2.2. Tamanho 50mmx20m;

1.2.3. Cor: Preta;

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 6 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://portaltransparencia.org.br/docId/4e90b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ic.jp.m.com.br/p830447c9586a1>.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27120

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: FITA DE SEGURANÇA ADESIVA ANTIDERRAPANTE. COR ZEBRADA, TAMANHO 50MM X 20M.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Fita de segurança adesiva antiderrapante zebraada. Utilizado para evitar acidentes como quedas e escorregões em escadas, pisos lisos e rampas.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Confeccionado em PVC ou Poliéster com grãos abrasivos;

1.2.2. Tamanho 50mmx20m;

1.2.3. Cor: Zebraada (Preto e Amarelo);

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 6 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27121

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: JAQUETA (BLUSÃO) DE CHUVA CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURADA POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, NO MÍNIMO 3(TRÊS) TAMANHOS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Jaqueta (blusão) de chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster. Utilizado para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e de precipitação pluviométrica.
- 1.2. Características mínimas:
- 1.3. Tipo Blusão;
- 1.3.1. Confeccionada em PVC;
- 1.3.2. Forrada com poliéster;
- 1.3.3. Mangas Longas;
- 1.3.4. Capuz fixo;
- 1.3.5. Costura por meio de solda eletrônica;
- 1.3.6. Fechamento frontal com botões de pressão;
- 1.3.7. Impermeável;
- 1.3.8. Cor: Amarela;
- 1.3.9. Deverá ser fornecido catálogo de tamanhos. Mínimos 3 (três) tamanhos;
- 1.3.10. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.3.11. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA);

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27122

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTÔNOMA DE 60 LEDS DE AUTOBRILHO, BIVOLT, BATERIA DE LÍTIO.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Luminária de emergência autônoma de 60 LEDS. Utilizada para situações de emergência em locais com falta de energia.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Luminária com 60 LEDS;
 - 1.2.2. Fluxo Luminoso mínimo: de 90lm (lúmens);
 - 1.2.3. Bateria de Lítio;
 - 1.2.4. Autonomia Fluxo luminoso máximo: 3h;
 - 1.2.5. Autonomia Fluxo luminoso mínimo: 6h;
 - 1.2.6. Ligado automático;
 - 1.2.7. Bilvolt 127v/220v

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 6 meses, conforme disposto no Termo de Referência

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27123

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, CANO LONGO, SEM REVESTIMENTO INTERNO, PALMA ANTIDERRAPANTE, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO NO MÍNIMO PARA TAMANHOS ACIMA DE P. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Luva de segurança em borracha natural cano longo sem revestimento interno, palma antiderrapante. Utilizada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos, contra agentes químicos e contra umidade proveniente de operações com o uso de água.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em Borracha Natural (Látex Natural ou Látex);
- 1.2.2. Sem revestimento interno;
- 1.2.3. Antiderrapante na palma;
- 1.2.4. Cano Longo;
- 1.2.5. Ranhura no punho no mínimo para os tamanhos acima de P;
- 1.2.6. Tamanho: P, M, G e GG;
- 1.2.7. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.8. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27124

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX E NEOPRENE NA PALMA E DORSO, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Luva de segurança confeccionada em Látex e Neoprene na palma e dorso, revestimento interno em algodão flocado, antiderrapante na palma e dedos. Utilizada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes e contra agentes químicos.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em Látex (Borracha Natural) e Neoprene (Policloropreno);
- 1.2.2. Revestimento interno em algodão flocado;
- 1.2.3. Antiderrapante na palma e dedos;
- 1.2.4. Tamanhos P, M, G, GG;
- 1.2.5. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.6. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27125

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, REVESTIMENTO EXTERNO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) E ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA REGIÃO PALMAR. DISPONÍVEL NOS COMPRIMENTOS DE 26CM, 35CM e 45CM, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão, revestimento externo em Policloreto de Vinila (PVC), antiderrapante na região palmar. Utilizada para proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmicos (calor de contato) e contra agentes químicos.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em suporte têxtil de algodão;
- 1.2.2. Revestimento externo em Policloreto de Vinila (PVC);
- 1.2.3. Acabamento antiderrapante na região palmar;
- 1.2.4. Tamanhos de comprimentos mínimos: 26cm, 35cm e 45cm;
- 1.2.5. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.6. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27126

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER, FACE PALMAR COM PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO OVERLOQUE. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Luva de segurança tricotada em fios de algodão e poliéster com pigmentos antiderrapantes de PVC na face palmar. Utilizada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Tricotada em fios de algodão e poliéster;
- 1.2.2. Acabamento pigmentado antiderrapante em PVC na face palmar;
- 1.2.3. Punho com elástico e acabamento em overloque;
- 1.2.4. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27127

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER. ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHOS E TORNOZELOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Macacão de Segurança. Utilizado para proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores contra riscos de origem química.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em não tecido de Polipropileno;
- 1.2.2. Capuz, punhos e tornozelos com elástico;
- 1.2.3. Fechamento Frontal com zíper;
- 1.2.4. Cor: Branco;
- 1.2.5. Tamanhos P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG;
- 1.2.6. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.7. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27128

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, BOTÕES DE PRESSÃO OU VELCRO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E XG, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Macacão de Chuva confeccionado em PVC com forro de poliéster. Utilizado para proteção do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionada em PVC;
- 1.2.2. Forrada com poliéster;
- 1.2.3. Mangas Longas;
- 1.2.4. Capuz fixo;
- 1.2.5. Costura através de Solda Eletrônica;
- 1.2.6. Fechamento Frontal com zíper, botões de pressão ou velcro;
- 1.2.7. Cor: Amarelo;
- 1.2.8. Tamanhos P, M, G, GG e XG;
- 1.2.9. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.10. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27129

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO/POLIAMIDA, CARNEIRA AJUSTÁVEL FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO COM APARADOR DE SUOR, BATERIA DE LÍTIU RECARREGÁVEL ATRAVÉS DE CÉLULA SOLAR, CONTROLE MANUAL DE TONALIDADE DE 4/9-13. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Máscara de solda tipo escurecimento automático. Utilizado para proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes, luminosidade intensa e radiações provenientes de serviços de soldagem.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Carcaça/Escudo confeccionada em Policarbonato/Poliamida;
- 1.2.2. Carneira ajustável em material plástico com aparador de suor;
- 1.2.3. Bateria de Lítio recarregável através de Célula Solar;
- 1.2.4. Filtro de escurecimento automático;
- 1.2.5. Controle manual de tonalidade 4/9-13;
- 1.2.6. Nível de sensibilidade ajustável;
- 1.2.7. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27130

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: MOSQUETÃO EM ALUMÍNIO. FORMATO “D”, COM TRAVA DE ROSCA E SISTEMA KEYLOCK DE GATILHO, ABERTURA DE GATILHO DE NO MÍNIMO 22MM, CARGA DE RUPTURA DE NO MÍNIMO 25KN.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Mosquetão em Alumínio formato “D”.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Formato “D”;

1.2.2. Confeccionado em Alumínio;

1.2.3. Trava de rosca e sistema Keylock de gatilho;

1.2.4. Abertura de gatilho mínimo 22mm;

1.2.5. Carga de ruptura mínima de 25kn.

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27131

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS EM UMA ÚNICA PEÇA DO MESMO MATERIAL DO VISOR E FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Óculos de segurança armação e visor confeccionados em peça única de policarbonato. Utilizado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes e contra Raios Ultravioleta.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Confeccionado em Policarbonato;
- 1.2.2. Hastes tipo espátula em policarbonato fixadas por parafusos metálicos;
- 1.2.3. Ponte e apoio nasal injetados em policarbonato;
- 1.2.4. Proteção Contra Raios Ultravioleta e Tratamento Antirrisco;
- 1.2.5. Cor: Incolor, Cinza;
- 1.2.6. A cor será informada na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.7. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. VALIDADE

3.1. Validade de no mínimo 42 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27132

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: ÓCULOS DE SEGURANÇA TIPO SOBREPOSIÇÃO DE ARMAÇÃO E LENTE DE PROTEÇÃO CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO, HASTES TIPO ESPÁTULA DO MESMO MATERIAL COM PROTEÇÃO LATERAL E SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, TRATAMENTO ANTIRRISCO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Óculos de segurança tipo sobreposição armação e visor confeccionados em peça única de Policarbonato. Utilizado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes e contra Raios Ultravioletas.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Tipo: Sobreposição;
- 1.2.2. Confeccionado em Policarbonato;
- 1.2.3. Hastes tipo espátula em policarbonato;
- 1.2.4. Proteção lateral e sistema de ventilação indireta;
- 1.2.5. Proteção Contra Raios Ultravioletas e Tratamento Antirrisco;
- 1.2.6. Cor: Incolor, Cinza;
- 1.2.7. A cor será informada na Autorização de Fornecimento (AF);
- 1.2.8. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. VALIDADE

3.1. Validade de no mínimo 54 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27133

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, FECHAMENTO POR COSTURA DE SOLDA ELETRÔNICA, FECHOS PLÁSTICOS OU VELCRO. MÍNIMO DE TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Perneira em material sintético. Utilizado para proteção das pernas do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Confeccionado em Material Sintético;
 - 1.2.2. Fechamento por costura de solda eletrônica, fechos plásticos ou velcro;
 - 1.2.3. Mínimo 3 (três) talas frontais;
 - 1.2.4. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27134

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO CAVALETE DUPLO “PERIGO! AFASTE-SE” EM AMBAS AS FACES, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO OU POLIPROPILENO. TAMANHO MÍNIMO 400MM X 300MM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Placa de sinalização tipo cavalete. Utilizado como sinalização de alerta em ambientes externos e internos que necessitam de interdições temporárias. Permite ser transportado e removido com facilidade.

1.2. Características mínimas:

- 1.2.1. Tipo Cavalete
- 1.2.2. Confeccionada em Poliestireno ou Polipropileno;
- 1.2.3. Dobradiças;
- 1.2.4. Altura mínima: 400mm;
- 1.2.5. Largura mínima: 300mm;
- 1.2.6. Informações na cor preta: “Perigo! Afastese.” em ambas as faces;
- 1.2.7. Cor da placa: Amarela.

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa – Placa de Sinalização tipo cavalete duplo

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27135**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA INFANTIL, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICO REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE ESPUMA NAS LATERAIS E NO INTERIOR, HASTE ALMOFADADA, AJUSTÁVEL, NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE NO MÍNIMO 22dB. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Tipo de produto: Protetor Auditivo tipo Concha Infantil. Abafador de ruídos utilizado para proteção do sistema auditivo para crianças com audição sensível ou intolerância a ruídos. Atenuando efetivamente a hipersensibilidade a ruídos.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Tipo Concha Infantil;

1.2.2. Constituído por duas conchas, confeccionadas em plástico revestidas com almofadas de espumas nas laterais e no interior;

1.2.3. Haste almofadada;

1.2.4. Dimensões mínimas fora de uso: 16X12,5X8,5cm. Aceitação de variação de 2cm (para mais ou menos);

1.2.5. Nível de atenuação de no mínimo 22dB;

1.2.6. Para crianças a partir de 3 anos de idade;

1.2.7. Cores sólidas no mínimo duas das seguintes: Preto, Azul, Verde, Rosa;

1.2.7.1. Adicionalmente poderão ser ofertados modelos com estampa ou outras cores sólidas. O fornecedor deverá enviar catálogo com todas as opções disponíveis.

1.2.8. A cor será informada na Autorização de Fornecimento (AF).

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Figura 1. Imagem meramente ilustrativa – Protetor auditivo tipo concha infantil.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27136

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) COMPOSTO DE COROA DE MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, VISOR INCOLOR E CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO REGULÁVEL ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES PRESO À COROA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE TAMANHOS DO VISOR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA, DISPONIBILIZADO NO MÍNIMO OS TAMANHOS 6" E 8". NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Protetor Facial composto por Visor incolor, Coroa e Carneira de Material Plástico. Utilizado para proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Coroa confeccionada em material plástico resistente;
 - 1.2.2. Carneira de material plástico regulável;
 - 1.2.3. Visor Incolor;
 - 1.2.4. Deverá ser fornecido catálogo de tamanhos. Tamanhos mínimos: 6", 8";
 - 1.2.5. O tamanho será informado na Autorização de Fornecimento (AF);
 - 1.2.6. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA).

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS

(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27137

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: RETENTOR PLÁSTICO MODELO 501 PARA USO COMBINADO DE FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. COMPATÍVEL COM O FILTRO 5N11.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. Tipo de produto: Retentor Plástico utilizado para fixar Filtro modelo 5N11. Utilizado para proteção das vias respiratórias.
- 1.2. Características mínimas:
 - 1.2.1. Retentor modelo 501 confeccionado em material plástico;
 - 1.2.2. Compatível com o Filtro 5N11;
 - 1.2.3. Cor: Branca translúcido;
 - 1.2.4. O filtro deve ser compatível com respiradores faciais 3M;

2. GARANTIA

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN27138**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: TRAVA-QUEDAS EM AÇO CARBONO PARA CORDA 12MM, PROLONGADOR EM FITA POLIÉSTER, DUPLO TRAVAMENTO NO CORPO, CONECTOR CLASSE T EM AÇO E ABERTURA MÍNIMA DE 17MM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1.1. Trava-quedas em aço carbono para corda 12mm. Utilizado para proteção do usuário em atividades superiores a 2 metros de altura. Utilizado para neutralizar risco de queda em movimentação vertical e utilizado em conjunto com cinturões paraquedistas.

1.2. Características mínimas:

1.2.1. Confeccionado em aço carbono;

1.2.2. Para corda de 12mm;

1.2.3. Prolongador em fita poliéster;

1.2.4. Travamento Duplo;

1.2.5. Conector Classe "T" em aço e abertura mínima de 17mm;

1.2.6. Em conformidade com Norma ABNT NBR 14626 e 15837.

2. GARANTIA

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Assinado eletronicamente por:

* ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA (**.546.959-**))

em 06/03/2025 08:34:20 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cincatarina-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/4ce96b77-9acc-478b-b6dd-969006a00a6c>

